

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANA CAROLINA DE ANDRADE EVANGELISTA

**PRÁTICAS DESENVOLVIMENTISTAS IMPLICAM O DESENVOLVIMENTO?!:
(RES)SIGNIFICAÇÕES DO LUGAR, PRÁTICAS SOCIOPRODUTIVAS E A
REPARAÇÃO DO ALTO RIO DOCE (MG) APÓS O DESASTRE DA SAMARCO**

**Porto Alegre
2023**

ANA CAROLINA DE ANDRADE EVANGELISTA

**PRÁTICAS DESENVOLVIMENTISTAS IMPLICAM O DESENVOLVIMENTO?!:
(RES)SIGNIFICAÇÕES DO LUGAR, PRÁTICAS SOCIOPRODUTIVAS E A
REPARAÇÃO DO ALTO RIO DOCE (MG) APÓS O DESASTRE DA SAMARCO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Evangelista, Ana Carolina de Andrade
Práticas desenvolvimentistas implicam o
desenvolvimento?: (res)significações do lugar,
práticas socioprodutivas e a reparação do Alto Rio
Doce (MG) após o desastre da SAMARCO / Ana Carolina de
Andrade Evangelista. -- 2023.
112 f.
Orientador: Jalcione Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Projetos de Desenvolvimento. 2. Desastres
Ambientais. 3. Fundação Renova. 4. Reparação. 5.
Práticas Socioprodutivas. I. Almeida, Jalcione,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANA CAROLINA DE ANDRADE EVANGELISTA

**PRÁTICAS DESENVOLVIMENTISTAS IMPLICAM O DESENVOLVIMENTO?!:
(RES)SIGNIFICAÇÕES DO LUGAR, PRÁTICAS SOCIOPRODUTIVAS E A
REPARAÇÃO DO ALTO RIO DOCE (MG) APÓS O DESASTRE DA SAMARCO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jalcione Almeida – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Janise Dias
UFMG

Profa. Dra. Cristiana Losekann
UFES

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury
UFRGS

*Ei, Povoada é um-um nome curioso,
porque a gente sempre fala de Povoada em
relação à Terra.*

A Terra é povoada.

Mas, também sou terra.

A gente também é terra de povoar.

Povoada!

Quem falou que eu ando só?

*Nessa terra, nesse chão de meu Deus,
sou uma, mas não sou só...*

*Tenho em mim mais de muitas,
sou uma, mas não sou só.*

Sued Nunes (2021)

AGRADECIMENTOS

É com essa epígrafe – música *Povoada*, de Sued Nunes –, que começo agradecendo àquelas que me guiam, acompanham e protegem. Gratidão, aos seres de luz, por chegarmos até aqui!

À minha vovozinha, Terezinha, por me ensinar a ser firme e doce; por me indicar o sutil e me ater de que há simplicidade e beleza na vida e em todos os processos.

Honro meus pais, Ilma e Gilmar, pela escolha e dádiva da vida.

Ao Leleo, meu companheiro, por me enraizar e participar do meu florescer.

Às minhas pequenas, Aurora e Clara, por me fazerem sorrir, divertir, desacelerar e me preencher com leveza e esperança.

À minha comadre, Amanda, por sua doçura e generosidade, pelas acolhidas e por me convidar a perceber e respeitar meus ciclos e desenvolvimentos.

Às melhores, Dedé, Gabi e Wesley, por acreditarem em mim, até mesmo em momentos de PEIA, e pelas inúmeras escutas e partilhas. Que feliz sou por este reencontro. É um privilégio caminhar e partilhar o viver com vocês!

À Bela, meu presente, por ser tão presente! Pelo seu afeto e carinho; por me encorajar e fomentar minha criatividade e fluidez; pelas cervejinhas e escapes; por impulsionar minha introspecção nos momentos mais caóticos.

Ao Victor (querido!), pelo seu cuidado e carinho, por sua companhia de escrita e busca (incansável, rs) dos melhores sinônimos.

Ao Jal, por seu comprometimento com a docência; por sua atenção, liberdade e orientação. Por me incentivar, me trazer confiança e respeitar meu tempo e processo.

Aos colegas de turma do mestrado, pelos aprendizados, em especial à Pati Ribeiro, pela sua amorosidade e afeto.

Aos professores e técnicos do PGDR, pelo zelo nas tratativas e por tornarem, cotidianamente, a UFRGS uma universidade sonhada e possível.

Aos colegas do TEMAS, pelas ricas contribuições ao meu trabalho, desde a gênese.

À CAPES por financiar, por meses, esta pesquisa.

Àquelas que vieram antes de mim e que tornaram o presente possível.

Escrevo para *honrar minha ancestralidade*, AHO.

RESUMO

Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração, controlada pelas empresas Vale S.A e BHP Billiton. Esse desastre resultou ocasionou o derramamento de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos no rio Doce, levando à morte de 19 pessoas, destruindo centenas de residências e afetando significativamente as atividades econômicas das comunidades ribeirinhas. Nesse contexto, a Fundação Renova foi estabelecida através do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, assinado entre a Samarco, suas acionistas, o Governo Federal e instituições estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo. A instituição emerge como aparelhamento técnico-científico, com o objetivo de condução do processo de reparação com celeridade, eficácia, harmonia coerciva e consenso. Decorridos mais de sete anos desde o desastre constitui-se com corpo técnico atuante sob a ótica de promoção do *legado*, estabelecendo narrativas *desenvolvimentistas* ao processo de reparação. Com este trabalho procuro refletir de que modo o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova relaciona-se com a (res)significação do lugar para os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce. Para isso, utilizei entrevistas semiestruturadas e observação junto às agricultoras e agricultores atingidos no alto rio Doce e aos (ex)técnicos da Fundação Renova, buscando investigar as motivações por trás da adesão e das propostas dos programas/projetos ambientais, bem como compreender os sentidos e sentires da reparação. Este estudo se justifica pela avaliação das ações executadas pela Fundação Renova na bacia do rio Doce, especialmente no que diz respeito à implementação de técnicas/tecnologias de produção voltadas para a sustentabilidade econômica e produtiva das áreas rurais afetadas. Pretendo contribuir para uma discussão mais aprofundada sobre as ferramentas e estratégias utilizadas para conduzir a reparação, além de analisar a manutenção da dependência do neoextrativismo como modelo econômico e político. A análise revela a interligação entre os projetos/programas de reparação ambiental e outros processos da Fundação Renova, assim como a persistência subjacente da sensação de injustiça ambiental.

Palavras-chave: Projetos de Desenvolvimento. Desastres Ambientais. Fundação Renova. Reparação. Lugar. Práticas Socioprodutivas.

RESUMEN

En noviembre de 2015, ocurrió la ruptura de la represa de desechos de Fundão, propiedad de Samarco Mineração, controlada por las empresas Vale S.A y BHP Billiton. Este desastre resultó en el derrame de 50 millones de metros cúbicos de desechos en el río Doce, causando la muerte de 19 personas, destruyendo cientos de viviendas y afectando significativamente las actividades económicas de las comunidades ribereñas. En este contexto, se estableció la Fundación Renova a través del Término de Transacción y Ajuste de Conducta, firmado entre Samarco, sus accionistas, el Gobierno Federal y las instituciones estatales de Minas Gerais y Espírito Santo. La institución emerge como un aparato técnico-científico, con el objetivo de dirigir el proceso de reparación con rapidez, eficacia, armonía coercitiva y consenso. Después de más de siete años desde el desastre, se ha consolidado como un cuerpo técnico activo desde la perspectiva de promover un legado, estableciendo narrativas de desarrollo dentro del proceso de reparación. Con este trabajo, busco reflexionar sobre cómo el proyecto de desarrollo de la Fundación Renova se relaciona con la (re)significación del lugar para los agricultores en el alto río Doce. Para lograrlo, realicé entrevistas semiestructuradas y observaciones con los agricultores afectados en el alto río Doce y con los (ex) técnicos de la Fundación Renova, buscando investigar las motivaciones detrás de la adhesión y las propuestas de los programas/proyectos ambientales, así como comprender los sentidos y emociones de la reparación. Este estudio se justifica por la evaluación de las acciones realizadas por la Fundación Renova en la cuenca del río Doce, especialmente en lo que respecta a la implementación de técnicas/tecnologías de producción dirigidas a la sostenibilidad económica y productiva de las áreas rurales afectadas. Mi objetivo es contribuir a una discusión más profunda sobre las herramientas y estrategias utilizadas para llevar a cabo la reparación, además de analizar el mantenimiento de la dependencia del neoextractivismo como modelo económico y político. El análisis revela la interconexión entre los proyectos/programas de reparación ambiental y otros procesos de la Fundación Renova, junto con la persistencia subyacente del sentimiento de injusticia.

Palabras Clave: Proyectos de Desarrollo. Desastres Ambientales. Fundación Renova. Reparación. Lugar. Prácticas Socioproductivas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–Mapa localizando a bacia do rio Doce.....	28
Figura 2– Mapa da bacia do rio Doce e suas regiões.....	29
Figura 3– Mapa localizando o alto rio Doce.....	30
Figura 4 – Santa Cruz do Escalvado com enfoque na Igreja de Santa Cruz.....	33
Figura 5– Rio Doce com enfoque na Igreja Matriz de Santo Antônio.....	33
Figura 6– Placas para Chopotó.....	34
Figura 7– Chegada ao Sítio Simplício.....	34
Figura 8– Nuvem de palavras sobre as trajetórias/formações dos (ex)técnicos da FR.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Eventos de falhas de barragens de armazenamento de rejeitos de mineração no Brasil.....	20
Quadro 2– Caracterização das interlocutoras da pesquisa.....	37
Quadro 3– Objetivos e conceitos da pesquisa.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas
ANM	Agência Nacional de Mineral
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ES	Espírito Santo
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FR	Fundação Renova
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MPE	Manejo de Pastagem Ecológica
ONGs	Organizações Não Governamentais
PASEA	Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental das Propriedades Rurais
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PRP	Projeto Renovando Paisagem
SAFs	Sistemas Agroflorestais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UD	Unidade Demonstrativa
UHE	Usina Hidrelétrica
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DO PROJETO (NEO)EXTRATIVISTA AO DESASTRE DASAMARCO/VALE/BHP BILLITON .16	
2.1	O ALTO RIO DOCE E A REPARAÇÃO	26
2.2	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	35
3	DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP BILLITON AO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DA FUNDAÇÃO RENOVA: O RENOVANDO PAISAGEM NA PERSPECTIVA DOS (EX)TÉCNICOS INSTITUCIONAIS	44
3.1	ESCOPO, APLICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO RENOVANDO PAISAGEM.....	45
3.2	“O PROJETO RENOVANDO PAISAGEM FOI SÓ UM GOSTINHO”: PERCEPÇÕES SOBRE RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS	56
4	DO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DA FUNDAÇÃO RENOVA À (RES)SIGNIFICAÇÃO DO LUGAR: O PROJETO RENOVANDO PAISAGEMNA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES E AS AGRICULTORAS	69
4.1	MEMÓRIAS, SENTIDOS E SENTIRES DO DESASTRE: PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES E DAS AGRICULTORAS PRÉ E PÓS ROMPIMENTO ...	72
4.2	“MINHA PROPRIEDADE VIROU UM ELEFANTE BRANCO!”: EXPECTATIVAS E REALIDADES DO PROJETO RENOVANDO PAISAGEM.....	77
5	O PROJETO RENOVANDO PAISAGEM E O(S)SENTIDO(S)/SENTIR(ES) DA REPARAÇÃO	87
6	CONCLUSÕES	96
	REFERÊNCIAS.....	100
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	111

1 INTRODUÇÃO

O estudo em tela deriva da pesquisa de mestrado em desenvolvimento rural, desenvolvida a partir da investigação das relações entre políticas neoextrativistas, sobretudo no sul global, e os desastres envolvendo o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton em Minas Gerais.

Considerando essa conjuntura, as perspectivas no campo da Ecologia Política, da Sociologia Ambiental e dos estudos sobre desastres relacionam a intensificação da exploração extensiva da natureza, impulsionada pelo neoextrativismo. Esse cenário se desenvolve em meio à redução dos custos de produção de *commodities*, sobretudo o minério, à queda dos preços em nível internacional e da ocorrência de desastres resultantes do rompimento de barragens. Esses eventos estão associados aos processos de degradação ambiental e às estruturas político-econômicas persistentes que perpetuam a exclusão de grupos sociais marginalizados, exacerbando as desigualdades existentes.

Em novembro de 2015, a barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração, cujo capital é controlado pelas empresas Vale S.A e BHP Billiton, rompeu despejando 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia do rio Doce, causando 19 mortes imediatas, destruição de centenas de moradias e prejuízos às atividades socioprodutivas de comunidades ribeirinhas.

Nesse contexto, a Fundação Renova¹ é estabelecida para a condução da reparação, a partir do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, assinado entre Samarco e suas acionistas, Governo Federal e instituições estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo. Decorridos mais de sete anos desde o desastre, a instituição constitui-se com corpo técnico atuante sob a ótica de promoção do *legado*, estabelecendo narrativas *desenvolvimentistas* ao processo de reparação, como a

¹ A Fundação Renova é a instituição encarregada de conduzir a reparação pelos danos decorrentes do rompimento da Vale/Samarco/BHP Billiton na bacia do rio Doce. Foi estabelecida mediante o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado em 2016. Este acordo envolveu a União, as Unidades Federativas (Minas Gerais e Espírito Santo), a Samarco e suas mantenedoras (Vale e BHP Billiton), com o propósito de formular e implementar programas destinados à recuperação ambiental e à reparação socioeconômica. A entidade é delineada como uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, sujeita aos requisitos legais. Seu objetivo é elaborar, conceber e executar todas as medidas estipuladas pelo referido TTAC.

“melhoria da qualidade de vida” das populações atingidas e o “fazer mais e melhor”. Mais especificamente, esta pesquisa faz um recorte empírico no projeto proposto pela Fundação Renova, o Projeto Renovando Paisagem (PRP).

Ensejando situar meu lugar de fala (escuta e observação), esta pesquisa é motivada pela minha trajetória (co)criada com o cenário supracitado. O interesse em aprofundar o tema aflorou a partir da minha atuação como analista de diálogo, entre maio de 2017 e agosto de 2019, no acompanhamento das ações de *reparação* junto às agricultoras nos municípios de Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG). Movimentada pelo intuito da troca de experiências, participei de fases iniciais do Projeto Renovando Paisagem e acompanhei imersões às localidades em que já havia implementado tecnologias agrícolas. Na minha percepção, como desdobramento dessas vivências, os agricultores e as agricultoras atingidas interessaram-se em tornar suas propriedades Unidades Demonstrativas.

Esta atuação me motivou a investigar a temática em questão, principalmente, por ensejar compreender os desdobramentos do projeto através da minha perspectiva, focando nos agricultores e agricultoras, em seus interesses e na transformação do *lugar* pós-rompimento, e como essa interação ressignifica suas relações com a terra. Concomitantemente, esse contexto despertou meu interesse em avaliar as alternativas propostas pela Fundação Renova para (buscar) dar conta da reparação. Mais intensamente, busquei compreender uma das minhas primeiras frustrações ao participar desse processo.

Essa escrita, portanto, elabora um ciclo do meu percurso e incita a revisitar e reviver pensamentos, ou seja, a pensar como quem rememora. Minha voz é construção coletiva, por ecoar o sentir-pensar. Assim, este estudo enfatiza o eu pesquisadora, colocando-me ao longo do texto, incumbida de crenças, experiências, vivências e da (co)produção de afetações e afetos.

Considerando o contexto apresentado, surgem interrogações relacionadas à implantação de tecnologias, ou uso de aparatos sociotécnicos, que buscam a “reparação” no alto rio Doce:

- a) como as ações e afetações do processo de reparação implicam nas práticas socioprodutivas dos agricultores e das agricultoras? e

- b) quais as motivações e para quem ou para o quê se destinam os projetos de desenvolvimento da Fundação Renova?

Nessa perspectiva, este trabalho propõe investigar de que modo o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova relaciona-se com a (re)significação do lugar para os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce. Mais especificamente, intenciono:

- a) descrever as disputas em torno da atividade minerária e do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton em Minas Gerais;
- b) identificar as motivações e as narrativas institucionais que embasaram os (ex)técnicos da Fundação Renova a propor e implementar o Projeto Renovando Paisagem;
- c) investigar as relações entre os agricultores e as agricultoras atingidas no alto rio Doce com o lugar, pré e pós rompimento, e diante da implementação do Projeto Renovando Paisagem;
- d) analisar os sentidos e sentires da reparação, focalizando o Projeto Renovando Paisagem e suas afetações para as práticas socioprodutivas (re)produzidas pelos agricultores e agricultoras no alto rio Doce.

Cabe salientar que, embora reconheça a existência de controvérsias, estruturas sociais e assimetrias de poder sobre o ambiente² (Barbosa; Fleury, 2020), este estudo não tem a pretensão de discutir os conflitos ambientais estabelecidos pelo rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton.

O percurso metodológico adotado se fundamenta na pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com (ex)técnicos da Fundação Renova atuantes no PRP, bem como agricultores e agricultoras do alto rio Doce participantes do projeto. Além disso, inclui observações de campo durante o desenvolvimento das práticas socioprodutivas.

² Irei me referir ao termo ambiente a partir da compreensão da coprodução e reinterpretação das relações sociedade-natureza (Fleury; Almeida; Premebida, 2014).

Como ponto de partida teórico, este estudo debruça-se em pesquisas sobre o desenvolvimento, projetos de desenvolvimento e autoras da ecologia política e da sociologia ambiental.

A temática é relevante por analisar a reparação ambiental conduzida pela Fundação Renova. Nesse sentido, justifica-se ao expor e avaliar a implementação de tecnologias agrícolas em propriedades rurais atingidas, visando compreender as ressignificações dos agricultores e das agricultoras com o lugar.

Dessa forma, entender como a interação desses aspectos se apresenta diante dos acordos e políticas estabelecidos pode contribuir, tendo em vista a apropriação dos corpos-territórios (Cabnal, 2010) pelo setor minerário no Brasil e a ameaça para a agricultura familiar.

Esta proposta de trabalho justifica-se, portanto, ao ampliar as discussões que correlacionam as disputas em torno da mineração, o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton, as práticas socioproductivas e seus desdobramentos para o desenvolvimento (rural), podendo ainda direcionar a formulação de políticas públicas nesse âmbito.

O resultado é apresentado e discutido nos quatro capítulos que seguem, além desta introdução e da conclusão. Estes compreendem:

- a) O tema, abordagem teórico-metodológica, contexto, quadro teórico-conceitual, área de estudo e as metodologias que aportam esta pesquisa;
- b) desdobramento da pesquisa e os principais resultados obtidos, baseados nas percepções dos (ex)técnicos da Fundação Renova;
- c) perspectivas dos agricultores e das agricultoras do alto rio Doce sobre as ações realizadas para a reparação ambiental da Fundação Renova e pelo Projeto Renovando Paisagem;
- d) Análise sobre os sentidos e sentires da reparação ligados ao processo de reparação para ambos os grupos envolvidos na pesquisa (agricultoras e agricultores do alto rio doce e (ex)técnicos da Fundação Renova).

2 DO PROJETO (NEO)EXTRATIVISTA AO DESASTRE DASAMARCO/VALE/BHP BILLITON

Partindo da concepção de que a investigação dos desastres ambientais demanda uma visão sistêmica de abordagens, que considera diferentes recortes e perspectivas, inicialmente situo as conjunturas e implicações que circundam minhas questões de pesquisa. Isso envolve a análise da atividade minerária na sociopolítica e economia de diversos países desde o sul do mundo. A partir desse sobrevoo, busco estabelecer conexões entre o cenário global e a atividade minerária, com a intenção de demonstrar como essa relação está intrinsecamente ligada ao aumento do risco de desastres. Essa interligação desencadeia disputas e a (re)definição dos usos e apropriações dos lugares atingidos. Assim, tratarei o (neo)extrativismo mineral como uma das principais atividades econômicas de países na geopolítica global que avança sobre pessoas e territórios.

Desde a segunda metade do século XX, a noção de desenvolvimento torna-se cerne das políticas e ideologias globais, constituindo-se a partir do princípio fundante de que as nações avançam em uma mesma direção, de um modo linear, rumo ao progresso e à civilização industrial. A ideia do desenvolvimento em voga, como atitude mental e/ou monocultivos da mente (Shiva,2003), é ditada por nações “desenvolvidas”, situadas no norte global, para as nações ao sul, chamadas de “subdesenvolvidas”. Em outras palavras, os países do norte engendram “o marco de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, chantagem e opressão que caracterizou as políticas dirigidas ao sul” (Sachs, 2000, p.11).

Em aderência, o paradigma do desenvolvimento foi simplificado à modernização e, como efeito, os países centrais, considerados desenvolvidos, passaram a ditar modelos culturais e econômicos aos países periféricos. Por consequência, o mundo reproduz um padrão único de modernização, refletindo a tendência de considerar "em atraso" os países categorizados como "subdesenvolvidos" (Almeida, 2006).

O debate crítico, que ganhou força nas últimas três décadas, especialmente após as crises generalizadas nos países do sul do mundo, evidenciou que o conceito de progresso ou desenvolvimento não é uma virtude natural, unânime e disposta a

todos os sistemas e todas as sociedades humanas. Tornou-se evidente que o avanço técnico-científico não implica necessariamente o desenvolvimento socioeconômico, o crescimento ou o progresso.

Essas crises podem ser categorizadas em dois segmentos distintos e, ao mesmo tempo, conectados: primeiro, a crise ambiental, representada pelas mudanças climáticas, pela degradação e escassez dos “recursos naturais”; segundo, as crises sociais, manifestadas pela concentração de renda e terra, no empobrecimento do rural, nos efeitos sobre as migrações, na violência e na simplificação e generalização de costumes e linguagens (Almeida, 2006; Sachs, 2021). Assim, a ontologia da modernidade resulta na produção de riquezas por meio do domínio e da exploração da natureza (Rodrigues, 2022). culminando em danos irreversíveis.

O extrativismo, caracterizado pela extração massiva de bens naturais destinados à exportação sem processamento, é uma atividade econômica central em vários países do sul global (Gudynas, 2009). O controle material e simbólico das corporações extrativistas sobre a natureza tem fomentado uma intensificação na extração e acumulação mineral nesses países, o que caracteriza o neoextrativismo (Gudynas, 2009; Gudynas, 2020; Svampa, 2020). Esse cenário aprofunda ainda mais os danos ambientais e sociais.

Sob a “estratégia de crescimento econômico”, o neoextrativismo implica na degradação ambiental, muitas vezes ignorando ou flexibilizando os códigos ambientais estabelecidos (Tierney, 2007³ *apud* Milanez, 2021). Nessa ótica, a mineração impõe novos padrões de uso e apropriação dos corpos-territórios e, ao (re)definir as configurações para os lugares, torna-se uma atividade inerente a conflitos ambientais e à perpetuação de injustiças sociais (Gonçalves; Milanez, 2019).

O Brasil tem optado por um projeto econômico de desenvolvimento que fomenta a especialização primária exportadora de *commodities* agrícolas e minerais (Silva; Calaça; Machado, 2019), processo intitulado por Svampa (2013) como *consenso de commodities*. Em outras palavras, o país adota uma modalidade de acumulação primário-exportadora de origem colonial (Acosta; Brand, 2018), tendo

³ Tierney 2007 – TIERNEY, Kathleen. From the Margins to the Mainstream? Disaster Research at the Crossroads. *Annual Review of Sociology*. n.33, p.503–25, p.2007.

como pano de fundo o discurso do superávit primário e da relevância da balança comercial favorável à aceleração industrial brasileira.

Como exemplo de processo de produção de *commodities*, o neoextrativismo fundamenta o projeto de desenvolvimento na América Latina, e o Brasil torna-se central para a acumulação de capital e a exploração de bens e “recursos minerais”. Advém da reconfiguração de aspectos sociais, relações de trabalho e da transformação da (dita) natureza em mercadorias comercializáveis (Acosta; Brand, 2018). Essa dinâmica incorpora a noção do desenvolvimento (e seus múltiplos sinônimos) sustentável (Acosta, 2019; Gudynas, 2020).

O ambiente então torna-se gerador de riquezas e a *doxa* da política ambiental (Carneiro, 2003) é estruturada de modo a compatibilizar os megaempreendimentos com as pressões globais de proteção ambiental (Zhouri; Assis, 2011). Isso porque, o neoextrativismo, a mineração e seus desdobramento, (ainda) é concebido como alicerce do crescimento econômico e vinculado, no imaginário coletivo social, ao projeto de desenvolvimento, associado a qualidade de vida, conforto e acúmulo material (Enriquez, 2007⁴ *apud* Santos; Milanez, 2018).

Com base nessa discussão, Acosta (2019, p.112) aponta que se aceita “o extrativismo como fonte de financiamento para o desenvolvimento”, destacando seu papel no impulso à expansão das fronteiras de extração mineral e do (neo)extrativismo.

Além disso, Svampa (2020) reflete sobre o neoextrativismo como um modelo sociopolítico e territorial central na acumulação contemporânea de capital. A autora discorre sobre a crise da modernidade, o que torna possível estabelecer conexões entre o neoextrativismo, como o principal projeto de desenvolvimento, e as crises socioecológicas da contemporaneidade.

Perspectivas oriundas da ecologia política (Acselrad; Zhouri, 2005) e do bem-viver (Acosta, 2019) têm assinalado questionamentos sobre a apropriação e a exploração extensiva da natureza, decorrentes desse estilo de desenvolvimento e os

⁴ Enriquez 2007 – ENRIQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva. Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. São Paulo: Signus Editora, 2007.

conflitos ambientais gerados. Essas abordagens também relacionam a dependência que os países têm dos produtos minerais, a intensificação do neoextrativismo e suas correlações com as taxas de crescimento econômico, identificando que muitas dessas economias têm apresentado baixos índices de desenvolvimento social (Santos; Milanez, 2013).

Nessa ótica de mercantilização da vida e da natureza e privatização dos bens comuns (Jacobi; Sinisgalli, 2012), a política nacional neoextrativista evidencia a dinâmica de ciclos de demanda e preços de exportação e exploração mineral. Isto é, quando os preços se elevam no mercado internacional, as empresas mineradoras buscam aumentar sua oferta rapidamente, muitas vezes por meio da construção e da operação de novas explorações, fase conhecida como *boom* mineral. Quando a demanda mineral reduz, os preços caem, a produção se retrai e algumas minas são fechadas, o que caracteriza a fase do *bust* mineral (Santos; Milanez, 2018; Silva; Calaça; Machado, 2019).

Considerando a lógica capitalista de maximização do lucro, pode-se traçar panoramas entre a intensificação da exploração de “recursos minerais”, o rebaixamento dos custos de produção e o superciclo dessa *commodity* brasileira. Em contrapartida, investiga-se indícios e correlação estrutural entre ciclos da mineração a partir da queda internacional dos preços do minério e desastres envolvendo o rompimento de barragens (Mansur *et al.*, 2016).

A Agência Nacional de Mineral (ANM), apoiada por outras instituições públicas e privadas, é responsável pelo monitoramento e o controle da segurança de barragens no Brasil. No Estado de Minas Gerais, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) possui papel ativo nas delimitações desse tema. Dados do Inventário de Barragens da Fundação (2016) demonstram que, em 2015, havia cerca de 456 barragens de mineração cadastradas no Banco de Declarações Ambientais. Dessas, 31 não tinham estabilidade garantida, o que foi evidenciado a partir de estudos geotécnicos, hidrológicos e hidráulicos, análises visuais, avaliações das condições de construção e das estruturas, ou por falta de dados e/ou documentos técnicos que atestaram sua estabilidade. Entretanto, no inventário de 2014, a barragem do Fundão foi considerada estável (Mansur *et al.*, 2016).

Esses dados evidenciam a histórica relação do estado de Minas Gerais com um projeto extrativista, desde o período colonial (Milanez; Magno; Pinto, 2019). Como desdobramento, o que se apresenta é a intensificação de eventos de rompimento envolvendo barragens na última década (Milanez; Losekann, 2016).

Conforme sistematizado no quadro abaixo, nota-se que o rompimento da barragem da Samarco, no dia 05 de novembro de 2015, e da Vale, em 25 de janeiro de 2019, não são casos isolados.

Quadro 1– Eventos de falhas de barragens de armazenamento de rejeitos de mineração no Brasil

Ano	Município	Empresa	Mortes instantâneas
1986	Itabirito/MG	Itaminas	7
2001	Nova Lima/MG	Rio Verde	5
2003	Cataguases/MG	Indústria Cataguases de Papel	0
2006	Muriaé/MG	Rio Pomba	0
2007	Muriaé/MG	Rio Pomba	0
2008	Congonhas/MG	CSN	0
2014	Itabirito/MG	Herculano	3
2015	Mariana/MG	Samarco	19
2018	Barcarena/PA	Norsk Hydro	0
2019	Brumadinho/MG	Vale	272
2019	Machadinho D'Oeste/RO	Metalmig	0
2021	Nova Lima/MG	Vallourec	0

Fonte: Adaptado de Braga (2021).

Nesse sentido, torna-se fundamental analisar a trajetória de rompimentos de barragens no Brasil e a sua relação com os procedimentos de monitoramento de sua segurança. Tais eventos explicitam a ineficácia dos estudos/relatórios de impacto

ambiental (EIA-RIMA) e as lacunas dos processos de licenciamento ambiental que são insuficientes para prognosticar cenários extremos e/ou efeitos de grande magnitude (Mansur *et al.*, 2016).

Este estudo parte da premissa de que os desastres são material e socialmente construídos (Oliver-Smith, 2001⁵, *apud* Oliveira, 2018) e, no cenário específico do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, correlacionam-se ao neoextrativismo mineral, enquanto modelo econômico e político brasileiro.

Cabe destacar o uso do conceito de *desastre* como alternativa à abordagem cartesiana tecnicista⁶, conforme discutido por Valêncio (2014), correlacionando-o a uma questão social estruturante que evidencia injustiças socioambientais, refletidas, em maior escala, em grupos sociais específicos. Essa escolha enfatiza o *fenômeno em processo* (Silva, 2004, p. 204) e reforça um posicionamento conceitual, visto que o termo “engloba a sucessão de eventos que perduram no tempo e se mostram persistentes nos seus efeitos negativos diretos e indiretos sobre os habitats, hábitos e coabitantes” (Espindola; Nodari; Santos, 2019, p.144).

Nessa perspectiva, os desastres são apresentados como formas disruptivas de ação social, que desvelam facetas do neoextrativismo, e reverberam efeitos perversos e contínuos sob a dinâmica e as formas de vida, a organização social e os significados historicamente compartilhados (Oliveira, 2018).

A implementação e a operação da mineradora Samarco relacionam-se ao cenário supracitado e ao *consenso das commodities*(Svampa, 2013), associando a *reprimarização da economia* (Gudynas, 2015) a elementos neoliberais e aspectos neodesenvolvimentistas, caracterizando o contexto socioeconômico e político recente do Brasil. Para o estabelecimento de tal conjuntura, o Estado criou e fomentou condições que permitiram o florescimento da mineração, por exemplo, com a flexibilização do processo de licenciamento ambiental(Milanez; Losekann, 2016).

⁵ Oliver-Smith 2001 – OLIVER-SMITH, A. Theorizing Disasters. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. M. (Orgs.). *Catastrophe & culture: anthropology of disaster*. New Mexico: School of American Research Press, 2001.

⁶ Abordagem fundamentada em uma visão linear, mecanicista e racionalista da sociedade e da natureza. Baseia-se na concepção do ser humano como possuidor da natureza e da natureza enquanto “máquina” governada por leis exatas e absolutas e de comportamento previsível. Em síntese, o enfoque cartesiano é embasado na disciplinaridade, reducionismo, especialização, validação experimental e na priorização dos aspectos quantitativos (Miguel *et.al.*, 2018, p. 12).

O rompimento da barragem das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton, no município de Mariana, ocasionou imediatas 19 mortes e o despejo de 60 milhões de m³ de rejeitos de minério no rio Doce, que percorreram quase 700 km até a foz do rio, no litoral do Espírito Santo, atingindo 39 municípios (IBAMA, 2015). Dentre os inumeráveis impactos ocasionados, cito: perdas de vidas humanas, de outros animais e de habitats; desarticulação socioeconômica de comunidades; contaminação de solos e recursos hídricos; falta de água em diversos municípios mineiros; deslocamento físico compulsório de centenas de famílias desabrigadas; destruição de comunidades rurais de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) e de Barra Longa (Gesteira); além de danos emocionais imensuráveis (Minas Gerais, 2016).

Concomitante à des-territorialização das famílias (Haesbaert, 1997⁷ *apud* Haesbaert, 2003), destacam-se os efeitos ambientais, culturais e econômicos diversificados. Os rejeitos provocaram destruição de localidades/lugares ocupados por populações rurais e ribeirinhas ao longo do rio Doce e seus afluentes; quintais produtivos; roças; pastagens; criadouros de peixes e lotes de assentamentos (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016). Os modos de vida e as condições de socialização, lazer e trabalho dessas populações foram assolados pela lama, ameaçando a permanência e a geração de renda (Mansur *et al.*, 2016).

Enfatiza-se que os desdobramentos do desastre ainda estão em curso, evidenciados pelos conflitos ambientais (im)postos e pelo tempo da incerteza (Espindola; Nodari; Santos, 2019). Ou seja, as pessoas seguem inseguras e amedrontadas, mesmo decorridos mais de sete anos desde o rompimento. Compreende-se, portanto, que a temporalidade dos impactos é processual, de modo que os desdobramentos desse conflito, as (re)existências e lutas das atingidas, podem se arrastar por décadas (Gonçalves; Milanez, 2019).

Dessa forma, para além dos danos imediatos do desastre, é necessário considerar os efeitos de médio e longo prazo, refletidos no ambiente e na saúde das populações atingidas, além das implicações da deposição de lama no leito do rio Doce e dos impactos de seu assoreamento. Perspectivas apontam que, com as mudanças climáticas, prevê-se aumento das chuvas intensas no Sudeste (Margulis; Dubeux,

⁷ Haesbaert 1997 – HAESBAERT, Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF.1997.

2010⁸ *apud* Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016), podendo acarretar o aumento dos eventos de inundações às margens do rio Doce e, com o assoreamento da calha, há a tendência de acentuamento, agravamento e maior recorrência deste problema (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016).

Além disso, o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton ainda pode ser enquadrado na condição de racismo ambiental, uma vez há indícios da intensificação das situações de risco predominantemente com a população socialmente mais vulnerável (pobres, negros, mulheres e demais minorias sociopolíticas), devido à sua proximidade da exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco (Mansur *et al.*, 2016; Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016).

Desse contexto, em março de 2016, a Fundação Renova emerge como aparelhamento técnico-científico (Leeuwen, 2021a), estabelecida sob a narrativa de celeridade, eficácia, harmonia coerciva e consenso (Carvalho; Almeida, 2018; Zhouri, *et al.*, 2016) e por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre Samarco, suas acionistas (Vale e BHP Billiton), Governo Federal e instituições dos governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo. O objetivo da Fundação Renova é promover (possíveis) reparações e compensações dos impactos e danos causados pelo rompimento da barragem (Minas Gerais, 2016).

Estruturada em narrativas sobre e para o cumprimento das ações previstas no TTAC, a Fundação Renova foi organizada e compartimentada em 42 programas, segregados entre os socioeconômicos e socioambientais, em três eixos temáticos: pessoas e comunidades; terra e água; reconstrução e infraestrutura. Dentre esses, o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias é cerne deste estudo, tendo como escopo a reparação dos danos especificamente, em propriedades rurais (Fundação Renova, 2023a, 2023b)

No âmbito do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, foi formulado o Projeto Renovando Paisagem⁹, em parceria com a WRI Brasil, Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF, sigla em inglês) e Fazenda Ecológica.

⁸ Margulis; Dubeux 2010 – MARGULIS, S. e DUBEUX, C. B. S. 2010. Economia da Mudança do Clima no Brasil. Custos e Oportunidades. São Paulo: s.n., 2010. p. 82.

⁹ Buscando maior elucidação à leitora, é importante ressaltar que o Renovando Paisagem é um projeto que está inserido dentro do escopo das ações do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias da Fundação Renova.

De acordo com a Fundação Renova, o projeto visa contribuir com a restauração de paisagens.

O Projeto Renovando Paisagem foi iniciado em janeiro de 2018, tendo como escopo a restauração de paisagens e florestas, a partir da implantação de Unidades Demonstrativas de Silvicultura de Espécies Nativas, Sistemas Agroflorestais e Manejo Ecológico da Pastagem (WRI,2023). As ações do projeto focam na recomposição e ampliação da cobertura florestal, na recuperação ambiental e na geração de renda, através da implementação de três práticas: sistemas agroflorestais (SAFs), manejo ecológico de pastagem e silvicultura de espécies nativas. Propõem, ainda, implementar propriedades-modelo – denominadas Unidades Demonstrativas (Fundação Renova, 2019) –, no intuito de fomentar uma produção sustentável a partir do uso de tecnologias e metodologias de recuperação de áreas degradadas (Comitê Interfederativo, 2019).

Em análise, trata-se de um projeto de desenvolvimento (rural) que pretende trazer a “modernização” para a bacia do rio Doce, por meio de intervenção ambiental e (im)posição de práticas que envolvem, sobretudo, princípios da extensão rural, a partir da retórica da sustentabilidade e do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Wanderley (2001) discute que as concepções e os interesses expressos em projetos de desenvolvimento, podem não se originar exclusivamente do rural, sendo aspirados e elaborados por sujeitos urbanos, de modo que trazem riscos à autonomia local na implementação de um modelo de governança. As disputas entre distintos projetos de sociedade atravessam o rural, não somente o politizando, mas o abrangendo em forças sociais que (re)apresentam tanto formas tradicionais de dominação e políticas arcaicas delas remanescentes, quanto a dinâmica das mudanças sociais.

Apoiando-me em Little (2002), nota-se que a inserção de grupos diversificados¹⁰ dentro de estruturas uniformes e/ou *outsiders* desenvolvimentistas (Ribeiro, 2008) pode culminar na perda de poder de atuação dos sujeitos locais, homogeneizando as especificidades do rural. Nessa lógica, a Fundação Renova

¹⁰ Grupos com concepções distintas a respeito do que é o rural e dos usos que podem ser dados a esses espaços (Ribeiro, 2008).

transforma traços do neodesenvolvimentismo em alicerces simbolizados pela cooperação para o desenvolvimento.

Em paralelo, as populações locais atingidas pelo desastre também (re)elaboram construções e entendimentos sobre os conflitos e se somam às organizações sociais que protagonizam resistências e críticas aos projetos de desenvolvimento e ao neoextrativismo (Gonçalves; Milanez, 2019).

Cabe considerar ainda que a agricultura familiar historicamente fundamenta as relações de pertencimento no vale do rio Doce e seus afluentes, imbricando os processos de ocupação, a partir da territorialização dos solos férteis que possibilitou o cultivo de alimentos, a criação animais, o consumo e o abastecimento de água. Desse modo, as margens do rio Doce tornaram-se densas de territorialidades e da (re)existência coletiva das camponesas que as habitaram e habitam (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016).

Percebe-se que a finalidade projetista de modelos de desenvolvimento se contrapõe à necessidade de tradução dos anseios político-econômicos de grupos sociais em projetos estruturados. Isso permite tecer análises de poder (Bourdieu, 1996), por exemplo, comparando as relações entre saberes, práticas socioprodutivas e o aparelhamento técnico-científico disposto pela Fundação Renova. Assim, as relações refletem as consequências e as afetações às localidades/lugares, por meio dos projetos de desenvolvimento e suas divergências.

Jean Anil (2007) tece reflexões sobre as intervenções e a reivindicação do/no (campo) rural que, por vezes, negligenciam a influência do desenvolvimentismo e dos projetos de desenvolvimento, desconsiderando a prática social das desigualdades de poder em um contexto imperialista. Adicionalmente, discute que as entidades à frente dos projetos de desenvolvimento, sejam ONGs, consultorias e/ou assessorias, são organismos de desenvolvimento.

Dessa forma, projetos de desenvolvimento se entrelaçam com a gestão de sujeitos e recursos, protagonizados em relações assimétricas de poder, orquestradas pelas mineradoras (suas derivações) e terceirizadas. Essas estratégias resultam na subordinação de lugares e pessoas aos imperativos de fluidez do mercado (Iorio;

Magno, 2019). Isso acarreta a espoliação econômica e a desterritorialização de comunidades (Silva; Calaça; Machado, 2019; Haesbaert, 2007).

Nesse caso, a Fundação Renova, com uma visão linear do desenvolvimento, vem estabelecendo um estado pré-rompimento e outro pós-rompimento. Com isso, aduzindo os conflitos ambientais e exacerbando as frustrações e as desigualdades. Por sua vez, o conflito ambiental, a disputa de narrativas e os comportamentos dos tomadores de decisão potencializam as incertezas das atingidas, contribuindo para o sentimento de que ainda estão por vir outras ocorrências decorrentes do desastre.

Em contraposição, diante da degradação/exploração intensiva na bacia do rio Doce, há a concepção da necessidade de (re)usos e ressurgências de saberes e/ou manejos que (re)integrem o dualismo humanos-natureza. Em outras palavras, é preciso aliar aspectos econômicos ao ambiente. Em aderência, às tecnologias agrícolas e os agroecossistemas apresentam-se como formas alternativas que possibilitam a multifuncionalidade e podem contribuir para o processo multifacetado do desenvolvimento rural (Kageyama, 2004). Nessa perspectiva, as práticas socioprodutivas se apresentam como possíveis alternativas para a reparação, pois envolvem aspectos sociotécnicos que influenciam as transformações nas interações entre sociedade e natureza (Rocha, 2013).

Sem pretensão de esgotar as reflexões que subsidiam esta pesquisa, proponho à leitora um olhar para o (projeto de) desenvolvimento (e o) rural, a partir do enfoque da reparação e das ações do Projeto Renovando Paisagem no alto rio Doce, lugar que será mais bem descrito a seguir.

2.1 O ALTO RIO DOCE E A REPARAÇÃO

Nesta seção apresento uma breve caracterização do alto rio Doce, fundamentada em referências descritas na literatura e das observações durante minha atuação para a Fundação Renova entre 2017 e 2019. Além disso, acrescento experiências e reflexões provenientes das imersões realizadas em campo durante a pesquisa, realizada em 2022, detalhada posteriormente neste trabalho.

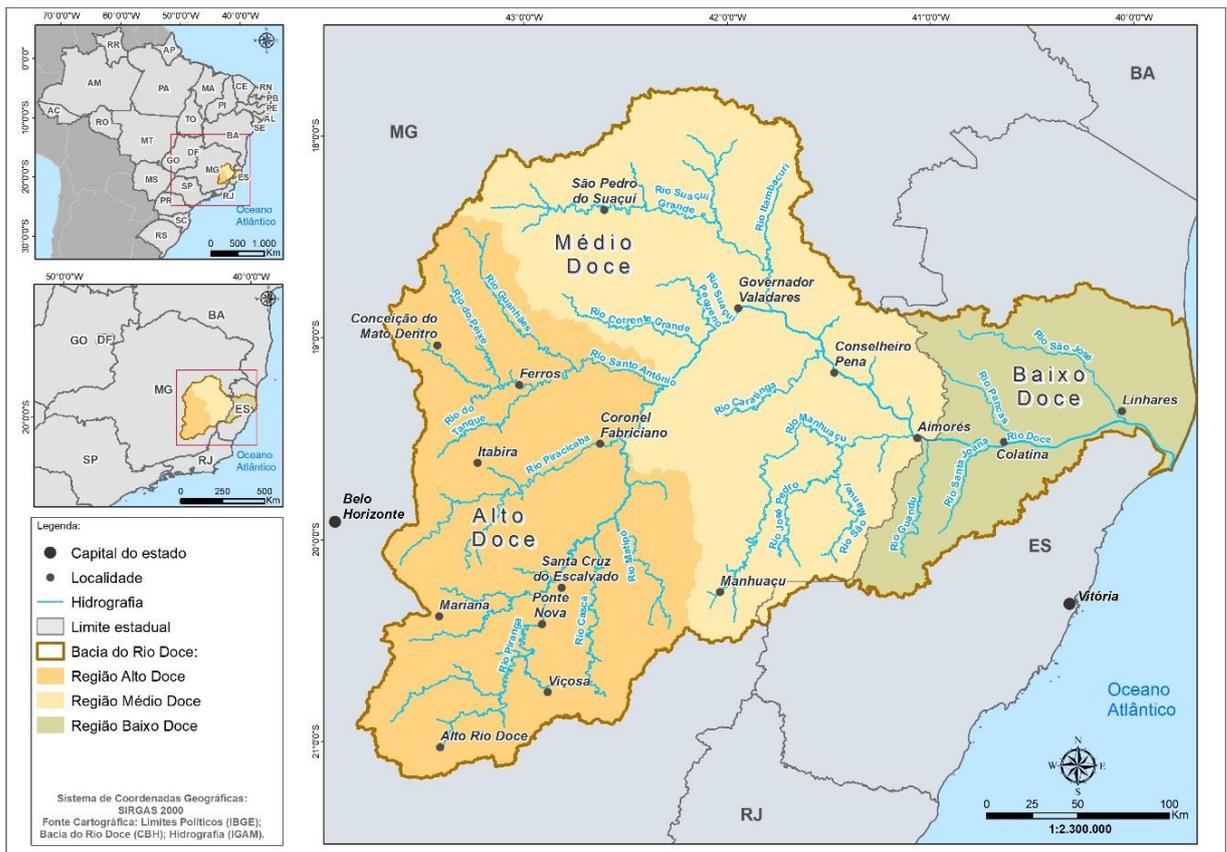
A bacia do rio Doce abrange 225 municípios, dos quais 200 estão inseridos em Minas Gerais e 25 no Espírito Santo (IBGE, 2010). Segundo dados da Agência Nacional das Águas, a população total residente nesses municípios é de cerca de 3,6 milhões de habitantes (ANA, 2016). Desse total, 70% da população localiza-se em sedes urbanas, enquanto em 100 municípios há uma predominância da população rural (IBGE, 2010).

A ocupação intensiva da bacia do rio Doce relaciona-se ao ciclo do ouro, que marcou a economia e os processos de des-territorialização (Haesbaert, 2003) de Minas Gerais. O povoamento por colonizadores bandeirantes e mineradores iniciou no fim do século XVII, constituindo inicialmente os arraiais de Ribeirão do Carmo e Vila Rica, atualmente os municípios de Mariana e Ouro Preto (Silva, 1995). A Figura 1 localiza a bacia do rio Doce.

Historicamente, o modo de vida rural está presente nas cidades interioranas de Minas Gerais, sobretudo nas pequenas e médias, que foram mais densamente ocupadas a partir da mineração e da agricultura. Essa paisagem tem suas formas de vida transformadas com a exploração mineral intensiva (Coutinho, 2022).

Nessa perspectiva, a partir de sua fisiografia, algumas autoras (IBIO, 2005; Coelho, 2007; Hora *et al.*, 2012) categorizam a bacia do rio Doce em três regiões principais: Alto Rio Doce, entre as nascentes e a confluência com o rio Piracicaba; Médio Rio Doce, entre a confluência com o rio Piracicaba até a divisa de Minas Gerais e Espírito Santo; e o Baixo Rio Doce, da divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo até a foz no Oceano Atlântico. A Figura 2 situa a bacia do rio Doce e suas regiões.

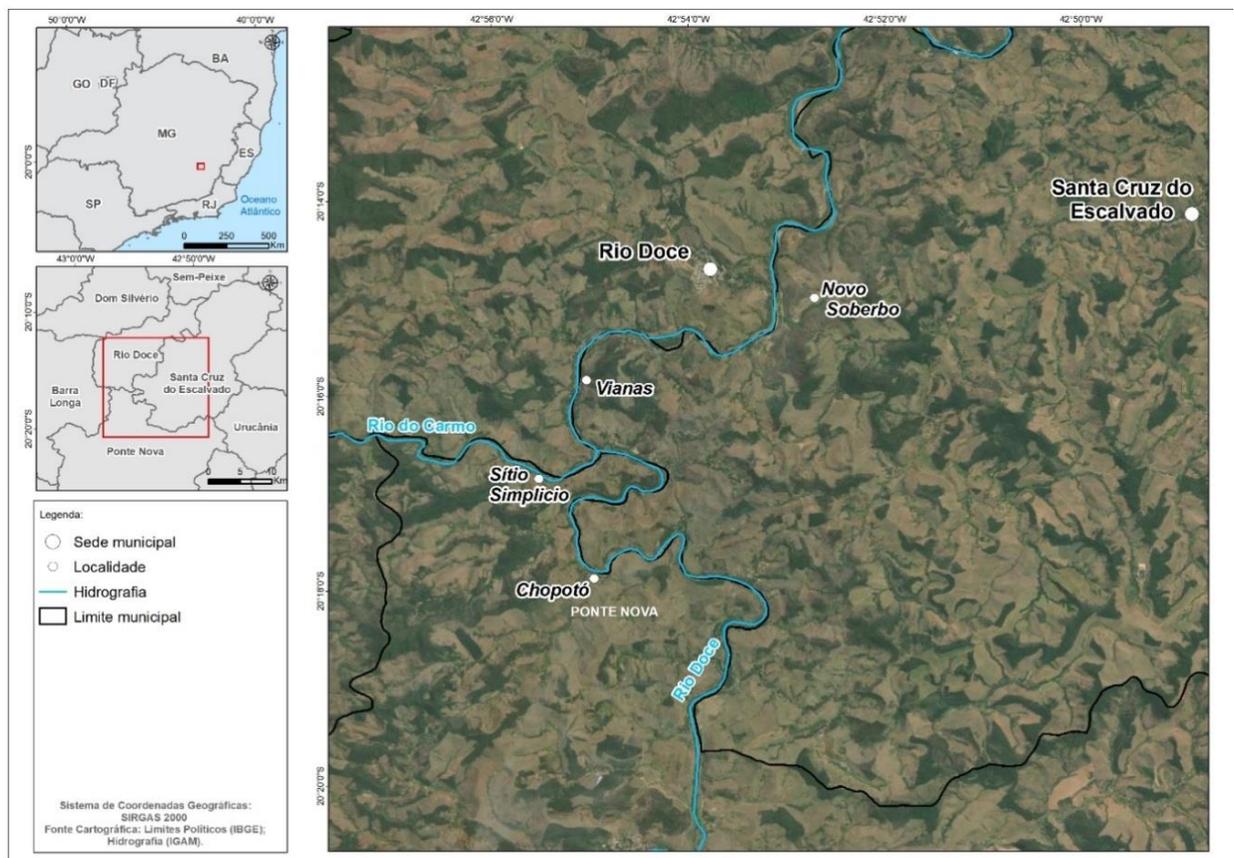
Figura 2– Mapa da bacia do rio Doce e suas regiões



Fonte: Elaboração da autora (julho de 2023)

O aglutinamento populacional do alto rio Doce – onde se inserem os municípios de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e a localidade de Chopotó (município de Ponte Nova)–iniciou a partir da criação de animais, produção de laticínios, garimpo e a fixação de lavradoras às margens dos rios (Fundação Getúlio Vargas, 2020).A agricultura camponesa construiu relações de pertencimento no vale do rio Doce e seus afluentes, tendo a proximidade com o rio a significação e a territorialização das áreas com solos férteis (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016, 2016).

Figura 3– Mapa localizando o alto rio Doce



Fonte: Elaboração da autora (julho de 2023)

Considerando esse recorte, esta pesquisa evidencia o alto rio Doce e toma como objeto de estudo o Projeto Renovando Paisagem. Mais especificamente, as ações desenvolvidas nas localidades de Vianas (Santa Cruz do Escalvado) e Chopotó (Ponte Nova). Os interlocutores são os agricultores e as agricultoras atingidas pelo desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, bem como (ex) técnicas¹¹ da Fundação Renova e de instituições parceiras que estiveram envolvidas com o referido Projeto.

A escolha em focar nesses dois municípios está atrelada ao recorte espacial, ao escopo do Projeto Renovando Paisagem e das minhas experiências e vivências nessas localidades, que são constituídas de sentimento e pensamento (Tuan, 1983). Intenciona-se conceber a (res)significação de lugares e a(s) (in)definições pós-rompimento. Essencialmente, pesquisei uma localidade específica, que possui enraizamento com práticas socioprodutivas, mesmo diante do desastre da Vale/Samarco/BHP Billinton.

A partir deste desenho metodológico, realço que irei me basear na categoria de *lugar* (Holzer, 1997; Escobar, 2005; Chizenga; Blanco; Almeida, 2022), tomando o conceito como constituinte do território, ponte entre identidade e poder, e praticando a investigação dos modos (inter)subjetivos dessa constituição (Escobar, 2005).

Ademais, ressaltando as autoras supracitadas, busco refletir sobre o desastre, considerando as práticas socioprodutivas e como essas contribuem para cocriar novas realidades (Chizenga; Blanco; Almeida, 2022). Meu objetivo não é conceber os lugares como fonte de identidades autênticas e essenciais, mas sim como “construções da natureza elaboradas pelas pessoas” (Escobar, 2005, p.71). Em consonância, também lanço mão da perspectiva fenomenológica¹², analisando as vivências intencionais e na (auto)observação dos fenômenos.

A partir deste ponto, a leitora irá perceber diferentes temporalidades nas minhas descrições do lugar ao longo do texto, que avalio como pertinentes com o

¹¹ Opto por padronizar a referência as pessoas técnicas e a todos e todas os colaboradores e colaboradoras da Fundação Renova e suas terceirizadas, independente dos graus de formação/especialização, não referindo-me, necessariamente, à sua formação.

¹² Essa pesquisa aproxima-se da fenomenologia intencionando (re)aproximar-se das ações vividas, ações e dos projetos, a partir das experiências do fenômeno, anteriores aos pré-conceitos, isto é, relativas à percepção intersubjetiva do mundo e de seus objetos enquanto fundamentos dos conceitos (Holzer, 1997, p.3).

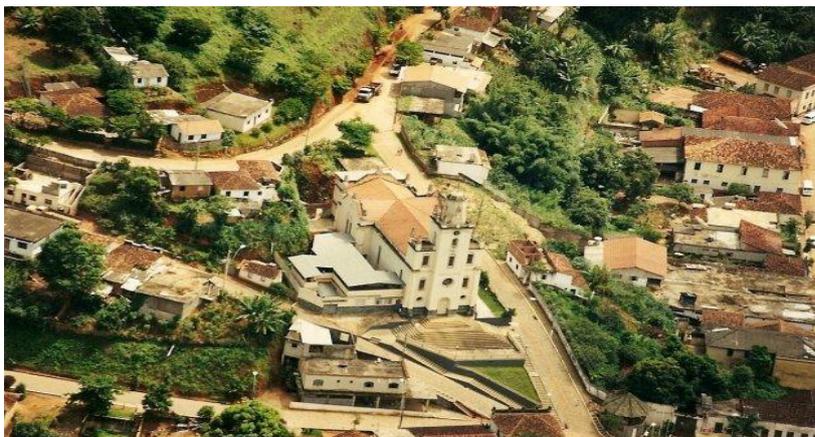
objetivo de situar a dinâmica que envolve/envolveu a reparação e conceber o rompimento e seus desdobramentos.

A primeira vez que vivenciei o alto rio Doce foi em maio de 2017, quando cheguei em Ponte Nova já bem tarde da noite. Dado o contexto, meu coração estava apertado e ansioso, sentia um misto de preocupação e vontade de aprender, pois estava iniciando a atuação no projeto de reparação da Fundação Renova. No dia seguinte, pela manhã bem cedinho, encontrei um colega que conduziu o veículo em uma estrada beirando ao rio Gualaxo e foi me indicando as localidades adjacentes. Tentando captar na memória minhas primeiras sensações e sentimentos, lembro de achar distante o percurso de Ponte Nova a Santa Cruz do Escalvado/Rio Doce, sentido que foi alterado com o experienciar deste deslocamento.

Adentrando em Santa Cruz do Escalvado, mais especificamente na localidade de Novo Soberbo, percebi uma intensa movimentação de veículos de empresas, muitas pessoas circulando, em sua maioria uniformizadas, e a presença de maquinários de grande porte. Essa observação repetiu-se ao chegar na sede de Rio Doce.

Conforme dados do IBGE (2010), o município de Santa Cruz do Escalvado possui 4.758 habitantes e sua principal atividade econômica vincula-se à arrecadação oriunda da geração de energia da Usina Hidrelétrica (UHE) Risoleta Neves. Destaca-se em sua economia o setor de comércio e serviços, relacionado principalmente à venda de materiais de construção (areia, cascalho, entre outros) e ao transporte rodoviário (SEDRU, 2016). A Figura 4 ilustra o município de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 4 – Santa Cruz do Escalvado com enfoque na Igreja de Santa Cruz



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, 2022

Por sua vez, o município do Rio Doce possui uma população estimada de 2.610 pessoas (IBGE, 2020), tendo como principal atividade econômica a produção de energia elétrica por parte da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, cerca de 80% da arrecadação do município. A infraestrutura da barragem da UHE Risoleta Neves bloqueou parte dos rejeitos oriundos do rompimento, que percorreu um trecho de aproximadamente 77 km, passando pelos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Desde então, suas atividades foram paralisadas (SEDRU,2016). A Figura 5 ilustra o município de Rio Doce.

Figura 5– Rio Doce com enfoque na Igreja Matriz de Santo Antônio



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Doce, 2022

A comunidade rural de Chopotó – por vezes grafado Xopotó, remetendo aos povos originários preexistentes na localidade – faz parte do município de Ponte Nova. Contudo, essa pesquisa faz referência, mais precisamente, ao Sítio Simplício, localidade situada às margens do rio Piranga, onde residem cinco famílias de agricultores e agricultoras familiares.

Desde o meu primeiro contato, esse foi um local – posteriormente transformado em lugar a partir dos meus afetos e afetações (Holzer, 1997) – de muito encantamento, sobretudo, pela paisagem que constitui o caminho até a chegada. Sem pretensão de enquadrar meu imaginário e subjetivo, as Figuras 6 e 7 ilustram o lugar.

Figura 6– Placas para Chopotó



Fonte: da autora (julho de 2022)

Figura 7– Chegada ao Sítio Simplício



Fonte: da autora (abril de 2022)

Em linhas gerais, as principais atividades econômicas das famílias atingidas em Chopotó eram desenvolvidas para a subsistência e caracterizavam-se a partir da lógica da (re)produção da vida e do patrimônio, não necessariamente da propriedade. A complementação da renda advinha/advém, sobretudo, da pluriatividade (re)produtiva dos membros da família, incluindo eventualmente trabalho remunerado de algum destes (Fundação Getúlio Vargas, 2020).

2.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A estrada até o alto rio Doce é longa, sinuosa, ora com pontos altos, ora baixos. No caminho, perpasso por paisagens-pensamentos e lugares-sentimentos. E o que isso me diz sobre o percurso? Parto da premissa que a metodologia aqui apresentada – e que se desdobra ao longo de todo o texto – inclui, concomitantemente, a abordagem (método), os instrumentos sociotécnicos de operacionalização do conhecimento (técnicas) e o eu pesquisadora (Deslandes, 2007; Larrosa, 2014). Portanto, o mundo vivido, a subjetividade e a intersubjetividade são fatores importantes e considerados neste estudo.

Esta pesquisa deriva, sobretudo, da necessidade de elaborar a vivência no empírico e o *sentir-pensares* que me tocam/tocaram de forma inquietante, considerando que o “saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal” (Larrosa, 2014: 32). Assim, as formas de conhecimento foram (co)produzidas a partir dos *sentidos, sentires, experiências e vivências*, referentes à consciência dos atos que são registrados por mim, baseadas na subjetividade e na percepção dos fenômenos (Bello, 2006).

A pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa, a partir do *estudo de caso* (Ventura, 2007), com intuito de investigar as características peculiares mais amplas mediante a análise delimitada e contextualizada das percepções dos agricultores e das agricultoras atingidas do alto rio Doce e dos (ex) técnicos atuantes no Projeto Renovando Paisagem da Fundação Renova.

A pandemia da Covid-19 impôs limitações, principalmente devido às restrições de contato, tendo sido necessário (re)pensar e (re)estruturar a proposta metodológica e o quantitativo de participantes da pesquisa, buscando ajustar o prazo, sem comprometer as premissas éticas, fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Em detrimento disso, a pesquisa de campo foi realizada entre abril e setembro de 2022, com oito interlocutores, em duas etapas: presencial com os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce e virtual com os (ex) técnicos da Fundação Renova.

Inspirada em outros estudos (Murta, 2009; Evangelista, 2016) e com a intenção de traçar um paralelo entre a classificação botânica e a aplicação dessa perspectiva

às pessoas, opto por referir as sujeitas desta pesquisa a partir de nomes de árvores/flores comumente encontradas no alto rio Doce¹³. Para isso, a partir das minhas observações e sentir-pensares, correlaciono características, atribuindo o adjetivo “social” para legitimação dessa deslocação (Quijano, 2010).

Bougainville é conhecida pelo seu ornamento de flores, sendo delicada, vistosa e resistente. Contudo, para aquelas que mexem com ela sem atenção, mostra-se forte, possuindo espinhos como defesa “natural”.

Mangabeira e *Aroeira* são importantes produtoras de matéria-prima (para a agroindústria) do cerrado, possuem potencialidade para a exploração frutífera, apesar de suas folhas miúdas serem pontudas.

Pau-terra é lenhoso, resistente e resiliente. Suas folhas brilhantes podem ser usadas no paisagismo, ou comumente, para reluzir e expor características desejáveis às sujeiras que as manipulam. Por sua capacidade de mobilização/dispersão, está entre as mais importantes plantas da localidade.

Embaúba, pioneira, forrageira e atrativa, toma frente do início dos processos e (co)cria um ambiente propício para o desenvolvimento das demais espécies.

Pau-Santo, ornamental com galhos retorcidos que podem ser ajustáveis a um arranjo floral, possui floração abundante, tal quanto a produção de narrativas, ao passo que delicada, pode conferir um aspecto (muito) bonito a quem observa o conjunto.

Jacarandá-mimoso é vistoso. Disposto, disponível e enraizado. Anuncia quando a primavera (ou outras expectativas) estão por vir e se faz presente ao longo de toda a floração.

Cedro é frondoso, espécie rara que passou a ser protegida por lei. Possui sementes aladas, leves que, com um estímulo externo, comumente o vento, tem alta dispersão e proliferação. A escolha tem aderência com minha percepção sobre a visão de mundo da interlocutora: seu modo de enfatizar as possibilidades de mudar (seu)

¹³ Cabe destacar que apesar dessa escolha, dois (ex)técnicos da Fundação Renova, interlocutores da pesquisa, não se opuseram ao uso de seus nomes próprios.

mundo e de sensibilizar/engajar pessoas naquilo que acredita, tal como a proliferação das sementes dessa árvore.

O Quadro 2 sintetiza as sujeitas do estudo, a partir da caracterização supracitada e expondo o gênero, faixa etária e vínculo.

Quadro 2– Caracterização das interlocutoras da pesquisa

Nº	Nome da árvore	Núcleo familiar	Gênero	Faixa etária	Vínculo
01	Bougainville	01	Feminino	+65 anos	Agricultora de Chopotó
02	Mangabeira	02	Feminino	50-54	Agricultores de Santa Cruz do Escalvado
03	Aroeira		Masculino	55-59	
04	Pau-terra	03	Masculino	50-54	Agricultor de Santa Cruz do Escalvado
05	Embaúba	04	Masculino	35-39	(Ex)técnico da Fundação Renova
06	Pau-Santo	05	Masculino	45-49	(Ex)técnico integrante do Projeto Renovando Paisagem
07	Jacarandá mimoso	06	Masculino	30-34	(Ex)técnico integrante do Projeto Renovando Paisagem
08	Cedro	07	Masculino	35-39	(Ex)técnico integrante do Projeto Renovando Paisagem

Fonte: Elaboração própria, 2022

Neste estudo, considera-se que os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce representam os corpos-territórios que (re)existem e compõem o lugar, produzindo e reproduzindo suas práticas socioprodutivas, apesar das tentativas de deslegitimação e marginalização dos seus saberes, impostos pelo desastre da Samarco/Vale e BHP Billiton e perpetuado pela Fundação Renova.

Honrando e referenciando os conhecimentos percebidos a partir da realidade vivida e vivenciada com as sujeitas da pesquisa e das imersões em/no rural, meu *diário de campo* foi meu principal aporte. Esta pesquisa constitui-se, ainda, a partir de teorias e leituras referenciais, principalmente, de autoras desde o sul do mundo, da Sociologia Ambiental e Ecologia Política.

No decorrer desta pesquisa, e sobretudo durante as incursões a campo, diálogos e escutas, privilegiei a *abordagem fenomenológica* aproximando-me das interlocutoras considerando-as, junto a mim, como integrantes da pesquisa. A partir da consciência de que a imersão permite a observação de fenômenos diferentes dos anteriores, busquei me despir dos conhecimentos prévios, por vezes, me permitindo o (re)experienciar, compreendendo que a experiência demanda aprender e apreender a partir das vivências (Tuan, 1983; Bondía, 2002).

Assim, a *observação* (também) foi utilizada como método, pois me permitiu observar e ser observada pelas sujeitas da pesquisa. Essa escolha concatena com as demais abordagens, visto que a observação envolve a habilidade de atribuir (outros) sentidos na imersão em campo e durante a(s) interação/interações, como a percepção, o olfato, a escuta e a visão (Flick, 2009). Para tal, de forma consciente e atenta, busquei considerar as relações de poder, estruturação e privilégios, compreendendo os dilemas teóricos e práticos (Valladares, 2007). Em minha percepção e experiência, as imersões em/no campo permitem/permitiram um espaço de silêncio e solidão, não necessariamente pejorativos.

Por meio da escuta e do diálogo enquanto produtores de significações, utilizando *entrevistas semiestruturadas* com os participantes da pesquisa, conduzidas entre os meses de agosto e setembro de 2022, meu objetivo foi captar as narrativas sobre a reparação. A escolha de realizar entrevistas como parte da abordagem metodológica deu-se por:

- a) busca por informações mais detalhadas e específicas sobre o PRP, já que os dados disponíveis em fontes secundárias, como as notícias no site da Fundação Renova, oferecem uma visão genérica e superficial;

- b) intenção de obter elucidações e reações espontâneas dos (ex)técnicos da Fundação Renova, possibilitando-me adentrar nas impressões sobre o processo e a (sensação de) reparação como um todo.

No total, foram realizadas oito entrevistas, englobando interlocutores de sete núcleos familiares, que incluíam agricultores e agricultoras aderentes ao Projeto Renovando Paisagem e representantes institucionais da Fundação Renova.

O consentimento para a realização e a utilização das informações das entrevistas ocorreu por meio da verbalização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado com as especificações do estudo, expondo oralmente a motivação, o recorte temático e seus objetivos. Da mesma forma, foi solicitada autorização para gravação das entrevistas e para o uso de falas, que foram transcritas, de forma literal, entre os meses de outubro e dezembro de 2022.

As atividades de campo foram iniciadas entre os dias 06 e 08 de abril de 2022 com uma incursão situacional-exploratória. Em linhas gerais, esse campo situacional-exploratório me permitiu rever os agricultores e as agricultoras e dissipar (algumas) ansiedades e inseguranças. Ao mesmo tempo, me afetou com angústias, tensões e energia densa. Ao chegar, minha sensação foi de abandono, de vazio, de ruptura (novamente) e, decerto, essa sensação também estaria/estava presente nas sujeitas da pesquisa.

Nesse sentido, partilho minhas afetações e inquietações ao retomar a interlocução com esses agricultores e agricultoras, cerca de três anos após nosso último encontro e seis anos após o desastre. Era maio de 2022 e eu (ainda) estava buscando-os e(re)encontrando-os, batendo em suas portas e chamando por seus nomes. Me sentia constrangida. Me sentia envergonhada. Me sentia invadindo seus lugares e sem jeito de chamá-los. Isso porque, eu havia deixado o meu trabalho para a Fundação Renova e, junto dele, suas demandas, o Projeto Renovando Paisagem em andamento, o acompanhamento das intervenções nas propriedades, a lama depositada nos quintais, enfim, o processo de reparação. Me preocupava ainda, se iriam me reconhecer e em elucidar com clareza meu atual lugar de fala/interlocução.

Ademais, o contexto da pandemia da Covid-19 trouxe questões e embaraços que me atravessaram e permearam minha imersão em campo, mesmo com a

flexibilização. Isso impactou as interações pessoais e os contatos, gerando inseguranças e receios relacionados ao contágio: eu poderia/deveria apertar as mãos das pessoas? Poderia abraçá-las? Usar máscara causaria desconforto, ou impacto? E não utilizar máscara, seria desrespeitoso?

Em resposta, ao me ver, a sensação era de que os agricultores e as agricultoras pareciam recordar-se de um tempo em que tinham esperanças em um processo (justo?), no mínimo, diferente. Ou, recordar-se de quantas pessoas, reuniões, tempo e esforço foram empreendidos na (busca da) reparação. Relataram perceber o fim da centralidade da Fundação Renova, contando que havia tempo que não viam “movimentação” e discorrendo que a instituição estava “utilizando a pandemia como pano de fundo para legitimar a ‘finalização’ das atividades” (Bougainville, agricultora do alto rio Doce, abril de 2022). Essa fala acentuou a sensação que tive ao chegar no alto rio Doce, observando e experienciando o *sentir-pensar* (Escobar, 2014) ao/do processo. Foi preciso me ater a minha imaginação que (re)cria fatos, lugares e memórias. Escrevi no meu caderno de campo: “como de praxe, faz um calor absurdo, fazendo parecer que o vento não tem fôlego. Mas ao contrário de outros tempos, há um vazio e silêncio”.

Outro ponto que me chamou a atenção foi o ecoar da palavra “reparação”, misturada com uma frustração, o verbalizar da sensação de injustiça e de sentir raiva de todos esses anos e do próprio desastre. Fato curioso é que as pessoas com quem conversei percebem um aporte financeiro por parte da Fundação Renova. Mas como ressaltam os agricultores e as agricultoras em suas falas, isso não foi suficiente, as instalações são desproporcionais e os plantios disfuncionais: “assim como a Renova, minha propriedade virou um elefante branco”; “gostaria de contar o que estou passando e como o rompimento acabou com a minha vida!” (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, abril de 22).

Para além do campo exploratório, estive presencialmente com os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce entre os meses de maio e julho de 2022. Conforme mencionado anteriormente, mantive contato com os(ex)técnicos da Fundação Renova de maneira virtual, por meio da plataforma *Google Meet*, entre julho e setembro de 2022.

Os operadores conceituais que subsidiam esta pesquisa visam dialogar e discutir os conceitos de desenvolvimento em disputa, neoextrativismo, projetos de desenvolvimento, práticas socioprodutivas, desastre, reparação lugar no contexto empírico dado.

Para isso, considero que o *desenvolvimento* é um aspecto a ser analisado a partir do ambiente, da dimensão sociopolítica e socioeconômica, bem como de suas inter-relações. Neste estudo, busco concatenar saberes acadêmicos e não acadêmicos na discussão sobre o(s) (re)significado(s) e a apropriação desse conceito.

Posiciono-me a partir da noção de que o *desenvolvimento* (rural) parte do (re)conhecimento do insucesso das tentativas de uniformização dos modelos de progresso e modernização agrícola contemporânea (Schmitt, 1995) e representa um avanço das discussões/concepções, interpondo a preservação dos “recursos” às dimensões econômicas e aspectos socioculturais. Deste modo, indica anseios a mudanças no paradigma tecnológico, buscando formas socioprodutivas capazes de compatibilizar usos do solo e geração de renda (Almeida, 1997) e interpretações da interface ambiental, isto é, da articulação entre o social e o natural.

Coloco a pesquisa em diálogo com Svampa (2013; 2019; 2020), Acosta (2019), Acosta e Brand (2018), Gudynas (2015; 2020), Sachs (2000; 2021) e Shiva (2003), que concatenam o desenvolvimentismo/neoextrativismo e os paradigmas de acumulação de bens materiais para pensar e propor coletivamente alternativas ao desenvolvimento, com base na cosmovisão e nos direitos da natureza.

Procuro estabelecer correlações entre o projeto de reparação da Fundação Renova e a crítica aos modelos de desenvolvimento estabelecidos, particularmente nos países do sul global. Para isso, estabeleço paralelos com análises elaboradas por Ribeiro (2008) e Jean Anil (2007) sobre as ONGs e os projetos de desenvolvimento comunitário no Haiti.

A análise das *práticas socioprodutivas* se baseia no recorte de pesquisa, aliado às abordagens de Wanderley (2001; 2004; 2010), Rocha (2013) e Bispo dos Santos (2023), que exploram as cosmologias e a sociologia da experiência. Essas autoras ressaltam a importância da subjetividade e da integração sistêmica, considerando as experiências individuais e destacando as relações sociais e dialéticas existentes no

desenvolvimento destas práticas. Nessa perspectiva, as práticas socioprodutivas referem-se às atividades de lida com a terra, com o rio, aos ciclos de plantio e colheita e atividades produtivas e socioafetivas. O uso deste conceito nesta pesquisa não é espelhado no escopo do Projeto Renovando Paisagem (objeto de análise do estudo), ou seja, este não é um termo adotado pela Fundação Renova. Essa escolha é fundamentada na impossibilidade de caracterizar separadamente as lógicas agrícolas e de produção e reprodução social apenas por meio de perspectivas econômicas, sociotécnicas ou socioambientais. Cabe aqui entender como os agricultores e as agricultoras redefinem e ajustam suas práticas socioprodutivas e as representações sociais intrínsecas. Para tal, é fundamental analisar as relações com o contexto cosmológico e as restrições impostas com o desastre.

Me interessa, ainda, o modo como o Projeto da Fundação Renova vem estruturando ações, projetos e programas apresentados como reparadores. É nesse âmbito que o *desastre* e a *reparação* se tornam conceitos-chave e em disputa, partindo das suas significações a partir das epistemes pós-coloniais. Fundamento em autoras, como Acselrad e Zhouri (2005), Oliveira (2008), Zhouri e colaboradores (2016; 2018), Milanez e Losekann (2016), Acselrad (2018), Santos e Milanez (2013; 2018), Losekann (2018), Gonçalves e Milanez (2019); Leeuwen (2021a; 2021b), Coutinho (2022), entre outras, para co-construir reflexões sobre os sentidos da reparação para as sujeitas da pesquisa.

Por fim, esta pesquisa parte da ideia de *lugar* enquanto categoria analítica, tomando como base as discussões apresentadas por Diegues (2000); Escobar (2005); Chizenga; Blanco; Almeida (2022) e ainda concatenando com a fenomenologia, Holzer(1997), trazendo a pesquisadora enquanto (co)produtora destas relações, sentidos, sentimentos e afetações.

O Quadro 3 associa os objetivos e conceitos que ancoram a pesquisa.

Quadro 3– Objetivos e conceitos da pesquisa

Objetivos		Conceitos
Objetivo Geral	Investigar de que modo o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova relaciona-se com a (re)significação do lugar para os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce.	desenvolvimento, neoextrativismo, projetos de desenvolvimento, práticas socioprodutivas, desastre, reparação e lugar
Objetivo Específico I	Descrever as disputas em torno da atividade minerária e do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton em Minas Gerais	desenvolvimento, neoextrativismo, projetos de desenvolvimento e desastre
Objetivo Específico II	Identificar as motivações e as narrativas institucionais que embasaram os (ex)técnicos da Fundação Renova a propor e implementar o Projeto Renovando Paisagem	desenvolvimento, projetos de desenvolvimento, desastre e reparação
Objetivo Específico III	Investigar as relações entre os agricultores e as agricultoras atingidas no alto rio Doce com o lugar, pré e pós rompimento, e diante da implementação do Projeto Renovando Paisagem	projeto de desenvolvimento, práticas socioprodutivas, desastre, reparação e lugar
Objetivo Específico IV	Analisar os sentidos e sentires da reparação, focalizando o Projeto Renovando Paisagem e suas afetações para as práticas socioprodutivas (re) produzidas pelos agricultores e pelos agricultores e as agricultoras no alto rio Doce.	desenvolvimento, projetos de desenvolvimento, desastre e reparação

Fonte: Elaboração própria, 2022

Após discorrer sobre o tema, situar o recorte espacial/lugar de pesquisa, apresentar o campo exploratório e o caminho teórico-metodológico, incorporando o quadro teórico-conceitual que sustenta as análises, a seguir, apresento o Projeto Renovando Paisagem a partir dos diálogos, das narrativas e das percepções das (ex) técnicas da Fundação Renova.

3 DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP BILLITON AO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DA FUNDAÇÃO RENOVA: O RENOVANDO PAISAGEM NA PERSPECTIVA DOS (EX)TÉCNICOS INSTITUCIONAIS

Início a escrita deste capítulo com um preâmbulo (cuidadoso) em referência aos(ex)técnicos da Fundação Renova¹⁴, que contribuíram para esta pesquisa, dedicando seu tempo a(re)elaborar vivências, compartilhar histórias e experiências, ainda que, diante de questões que possam ter causado afetações ou desconfortos¹⁵.

Responsabilizando-me pela (co)produção do conhecimento e sem o intuito de engendrar certezas ou verdades, destaco que analisei as narrativas e perspectivas sobre o Projeto Renovando Paisagem, de forma respeitosa e a partir de uma visão externa e/ou futurista, ou seja, afastada das imersões de campo e diante de situações e conjunturas pretéritas. Assumo o conforto deste olhar, sobretudo por estar distanciada de efervescências da realidade vivida/vivenciada no contexto de atuação do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.

Assim, justifico a escolha de evidenciar as falas dessas sujeitas ao longo do texto, incluindo trechos extensos, como busca de privilegiar e ressaltar os interlocutores enquanto (co)produtores de teorias e destacar minha escolha metodológica de *observação* – e uso dos demais sentidos e sentires, em especial, a escuta atenta e, por vezes, despida de pré-concepções – como fio condutor da escrita. Desse modo, este capítulo trata o Projeto Renovando Paisagem (PRP), a partir da interlocução com os (ex) técnicos da Fundação Renova, a fim de apresentar e analisar seu escopo, intencionalidade, metodologias e as (principais) ações realizadas, em consonância com um dos objetivos específicos deste estudo¹⁶. Para isso, considero a Fundação Renova enquanto um *projeto de desenvolvimento*¹⁷, tendo em vista os

¹⁴ Conforme detalhado no capítulo 1 DO PROJETO (NEO)EXTRATIVISTA AO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/ BHP BILLITON, subcapítulo 1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA, refiro-me a esses interlocutores como Embaúba, Pau-Santo, Jacarandá Mimoso e Cedro.

¹⁵ Apresentado no APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas, (Ex)técnicas da Fundação Renova.

¹⁶ A saber: identificar as motivações e as narrativas institucionais que embasaram os (ex)técnicos da Fundação Renova a propor e implementar o Projeto Renovando Paisagem.

¹⁷ Neste estudo me refiro ao projeto de desenvolvimento Fundação Renova, abrangendo todos os seus programas e subprojetos, e ao projeto Renovando Paisagem enquanto um recorte, uma ação de reparação voltada aos impactos das agricultoras e/ou propriedades atingidas.

posicionamentos institucionais adotados, sobretudo, acerca da ideia de “aprimoramento” da bacia do rio Doce e de “promoção de legado”, que se aproxima da noção desenvolvimentista/paradigma do desenvolvimento e tende a reproduzir um padrão único de modernização replicado dos países do norte global.

3.1 ESCOPO, APLICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO RENOVANDO PAISAGEM

Como referido anteriormente, a Fundação Renova é a instituição responsável por conduzir o processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Vale/Samarco/BHP Billiton na bacia do rio Doce. Foi estabelecida a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em 2016, entre a União, Unidades Federativas (Minas Gerais e Espírito Santo) e as mineradoras em questão, visando à proposição e implementação de programas de recuperação ambiental e socioeconômica. É uma instituição: “de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, a ser instituída pela Samarco e pelas acionistas com o objetivo de elaborar e executar todas as medidas previstas” (Brasil, 2016, p.12).

O arranjo de gestão e governança da Renova foi contextualizado e objeto de estudo de autoras como, Carvalho(2019), Leeuwen(2021b), Melendi e Lopo (2021) e Silva (2023). Entretanto, não irei aqui retomar essas discussões; atentarei ao recorte da estrutura e à organização dos programas que a compõem, enfatizando os ditos socioeconômicos e a inserção do Projeto Renovando Paisagem nessa conjuntura.

O portal eletrônico da Fundação Renova (Fundação Renova, 2023c) informa que existem 42 Programas, categorizados em socioeconômicos e socioambientais. Dentre os voltados à “reparação socioeconômica”, tem-se o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG017) que, conforme a instituição, objetiva a adequação socioambiental das propriedades rurais atingidas, a disponibilização de áreas para viabilização produtiva, a recomposição e recuperação de pastagens, o estabelecimento de estruturas de captação de água e o fornecimento de alimentação animal às agricultoras atingidas.

Observa-se que, sob a ótica da Fundação Renova, *reparar* é interpretado como a realização de uma série de ações voltadas a “atenuar” os impactos decorrentes do

desastre, categorizando-os em esferas ambientais, sociais e econômicas. Por outro lado, os atingidos e as atingidas reivindicam uma reparação que não se limite apenas à compensação financeira das perdas materiais, almejando um processo abrangente que contemple sua participação ativa. Mais do que isso, almejam ter autonomia para, com base em suas próprias vivências e necessidades, liderarem a restauração econômica do tecido social. Essas reivindicações estão fundamentadas na necessidade de justiça, no respeito aos direitos humanos e na busca por uma reparação abrangente e integral.

Especificado o Projeto Renovando Paisagem, este está inserido e vinculado ao supracitado Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, conforme exposto por Embaúba, sujeita da pesquisa, que explanou sobre sua concepção:

O Programa que ele [Renovando Paisagem] estava conectado era o de Retomada das Atividades Agropecuárias. O conceito era: a gente teve um impacto na atividade agropecuária que precisa ser retomado, mas não pode ser retomado da mesma forma. Então, precisa ser retomado com mais produtividade na área menor que ele vai ter, porque você vai ter, necessariamente, uma adequação ambiental. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Interessante observar as necessidades, posturas e/ou narrativas produzidas pelos(ex) técnicos da Fundação Renova a partir do desastre, como o “adequar ambientalmente” as propriedades atingidas e o “precisa[r] [do uso] de tecnologia[s]” para a promoção da “produtividade” e do “desenvolvimento”. Esse parece ser um aspecto comum ao escopo dos projetos de desenvolvimento, também observado por Jean Anil (2007, p. 165), que aponta: “a[s] carência[s] aparece[m] enquanto produto natural, uma perfeição quase inata.”

Consoante ao discorrido pelas interlocutoras institucionais entrevistadas, o Projeto Renovando Paisagem foi motivado/derivado, sobretudo, de pontes/redes pré-estabelecidas entre o (então) presidente da Renova e a gestão da instituição WRI:

O WRI era uma empresa que o presidente já tinha contato, tínhamos trabalhado com eles e veio muito dessa rede de relacionamento. O ICRAF é uma referência em agrofloresta, que a gente estava buscando, uma referência de mercado. A mesma coisa a Fazenda Ecológica, eram conhecidos no meio técnico. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

O presidente da Fundação Renova [...] era do conselho do WRI, então já existia um contato, ele já conhecia o projeto. [...] [Ele] falou: “dentro disso aqui existe esse projeto que está sendo desenvolvido no WRI e que é interessante

para a Fundação Renova” e convidou a gente para participar. (Pau-Santo, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Nota-se que a conjuntura estrutural e organizacional no campo do desenvolvimento é estabelecida e articulada por meio de processos históricos de estruturação de redes, delimitados por poderes e interesses (Ribeiro, 2008).

Percebe-se como o(s) projeto(s) de desenvolvimento dominante(s) é(são)pautado(s) no sentido da conservação do sistema do capital (Louis-Juste, 2007), não implicando, necessariamente, a associação de aptidões das envolvidas/aderentes”, assim como em parâmetros e escopos pré-elaborados e/ou desenhados, visto que já foram delimitados por financiador(es) do(s) projeto(s).

Chama a atenção, ainda, como a concepção de projeto(s) de desenvolvimento ocorre a partir de conexões, contatos/redes (pré)estabelecidas. Essas iniciativas e origens dos projetos de desenvolvimento instigam-nos a indagações em relação aos “encontros entre *insiders* e *outsiders*” (Ribeiro, 2008, p. 110), (re)produzidos a partir do ancoramento e da transversalidade das assimetrias de poder. No contexto em questão, parece-me que o presidente da Fundação Renova, com seu poder de decisão, é o ator “de dentro” que estabelece os processos e/ou projetos. Os “de fora” estão estruturados em, pelo menos, dois grupos/estratos sociais, em que também há desigualdades de poder: o WRI, ao se dispor a elaborar e executar um projeto com “inovação” e “tecnologia” dentro da conjuntura do desastre; e os agricultores e as agricultoras, às quais é (im)posto Projeto Renovando Paisagem.

No que tange às tecnologias e técnicas a serem implementadas na bacia do rio Doce, a escolha derivou da intenção em executar projetos (pré-concebidos) de planejamento territorial, voltados ao que foi chamado de (re)estruturação e renovação da paisagem, conforme exposto por uma interlocutora:

Quando estávamos construindo o escopo, já estava na mesa [a] Fazenda Ecológica, [o] ICRAF e [o] WRI. A Fundação fez um pouco desse movimento de forçar a integração das empresas para conseguir fazer um escopo com a abrangência eo que tinha de intenção: conectar o planejamento territorial e a metodologia de gestão de paisagem. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

A fala de Embaúba destaca a intenção de “não ficar só no planejamento”, mas implementar projetos e “fazer mudança efetiva”. Contudo, tende a desconsiderar a organização, composição social e interesses (pré)existentes (Wanderley, 2001) e há uma crença de que as práticas desenvolvimentistas implicam no desenvolvimento.

Assim, o referido projeto foi iniciado em janeiro de 2018, com o objetivo de identificar e mapear oportunidades para restauração de paisagens e florestas na bacia do rio Gualaxo do Norte/MG (Fundação Renova, 2019). Como escopo, previu a implantação de Unidades Demonstrativas (UDs), isto é, espaços com a finalidade de modelo/demonstração de técnicas/tecnologias de produção (sustentável?), almejando divulgação/adesão de outros agricultores e as agricultoras, sendo:

- a) Manejo de Pastagem Ecológica (MPE): também conhecido como Sistema Voisin Silvipastoril, uma técnica que propõe períodos de descanso e crescimento do solo a partir da rotação dos pastos em que se coloca o gado, podendo ainda ser aliada à introdução de árvores que possibilitem o conforto térmico dos animais (WRI, dezembro, 2020);
- b) Sistemas Agroflorestais (SAFs): manejo milenar realizado pelos povos originários em que o sentir, observar e perceber é mobilizado junto ao cuidado, a conhecimentos ancestrais, tecnologias e à alternância de cultivos agrícolas, produzindo formas de conhecimento e diversidade. Possibilita, comumente, cultivar, em um mesmo espaço, diferentes espécies (perenes) com outros cultivos agrícolas e/ou animais (Nair, 1993¹⁸ *apud* Arruda, 2016), promovendo a diversificação e buscando a geração de vida e renda com recursos da floresta;
- c) Silvicultura de Espécies Nativas: trata-se do plantio de árvores de espécies nativas para a produção de madeira e produtos florestais não madeireiros com fins “ecológicos” e econômicos (WRI, dezembro, 2020).

Nesse sentido, o cerne do projeto era a implantação de 25 UD's nas propriedades dos agricultores e as agricultoras atingidas em Mariana e no alto rio Doce, conforme discorrem as interlocutoras institucionais entrevistadas:

¹⁸ Nair, 1993 – NAIR, P. K. Ramachandran. An introduction to agroforestry. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1993.

A gente tinha 25 UD's, eram 15 de Pastagem Ecológica, cinco de Silvicultura e cinco de Agrofloresta. [...] Eram 21 propriedades para 25 UD's. Então, pelo menos quatro propriedades tinham mais de uma tecnologia implementada. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022)

O Renovando Paisagem era essa parceria técnico-científica da Fundação Renova com o WRI para introduzir essas três tecnologias: o manejo de pastagem ecológica, os sistemas agroflorestais e a silvicultura de nativas[...] e a implantação de 25 Unidades Demonstrativas (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

O desenvolvimento do Projeto Renovando Paisagem envolveu parcerias entre a Fundação Renova, o WRI Brasil, a Fazenda Ecológica e o ICRAF, compondo a equipe técnica atuante nas atividades de campo e coordenação/supervisão.

Destaco as minhas percepções sobre o período durante o qual atuei no alto rio Doce junto a esta equipe em que percebia um “brilho no olhar” das pessoas que chegavam para atuar no PRP. Havia uma forma atípica (e encantadora) no falar e nas narrativas das técnicas envolvidas no projeto, que (me) transmitiam a sensação de motivação/vontade e crença no potencial do projeto. Eu acreditei. Foram construções (coletivas) pautadas na ciência e na tecnologia? Isso se perdeu? Como? Quando?

Ao retomar as conversas, a partir das entrevistas com as sujeitas da pesquisa, esses sentimentos e essas questões foram retomados. Senti, diante das e nas falas engajamento, vontade, disposição e paixão, em especial, em duas situações: a primeira, quando uma interlocutora narrava os processos de sensibilização e convite às agricultoras para participação no Projeto Renovando Paisagem:

O que eu senti é que é muito melhor alguém que é apaixonado, conhece e sabe o que está falando, chamar você. Se eu te convidar para uma atividade de agrofloresta, você vai me ver gastar mais de uma hora para falar de agrofloresta e você vai ficar louca para vir, pelo menos para ver se é tudo verdade ou se eu sou um cara super mentiroso (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

A segunda, quando perguntei sobre a motivação para a participação/atuação no Projeto Renovando Paisagem e a interlocutora me disse, com uma voz empolgada e um sorriso no rosto: “quando eu cheguei e percebi à estrutura física e, a princípio, as pessoas que eu conheci e que estavam ligadas ao projeto [...], só reforçava a minha motivação de dizer assim: ‘poxa, isso aqui tem um potencial absurdo’ (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Essas (re)memórias me incitaram a construir uma nuvem de palavras (Figura 8), com base nas respostas das interlocutoras à pergunta inicial de “quebra-gelo”, sobre suas trajetórias e formações, enfatizando suas experiências e como chegaram para atuar na/para a Fundação Renova.

Figura 8– Nuvem de palavras sobre as trajetórias/formações dos (ex)técnicos da FR



Fonte: Elaboração da autora (fevereiro de 2023)

Em destaque, algumas das palavras mais mencionadas foram: *Universidade Federal de Viçosa (UFV)*, local onde três das quatro interlocutoras se graduaram; *engenharia*, sendo essa a formação também de três interlocutoras, duas em Engenharia Florestal e uma em Engenharia Civil; *agrofloresta*, indicando as experiências anteriores e aptidões/interesses nessa temática; *agroecologia*, e *agricultura*.

Ao trazer as experiências e trajetórias dos (ex)técnicos, busco mobilizar a discussão sobre a ciência enquanto *campo em disputa*, a fim de emergir elementos que instigam a pensar sobre o como *fazer ciência*, e neste caso específico a partir da execução das ações do PRP, envolve a implementação das ações do(s) projeto(s) de desenvolvimento, seus interesses e ancoramentos. Partindo do recorte em questão, infere-se que “o conhecimento capaz de produzir a reparação da bacia do rio Doce não é apenas um fator que descreve e incide sobre o ambiente atingido, mas coproduz formas de relação” (Leeuven, 2021b, p.62), em especial, aquelas estabelecidas entre os(ex)técnicos e os agricultores e as agricultoras, aspecto que será abordado no capítulo posterior.

Esta perspectiva me convida a refletir e ponderar sobre como o desastre trouxe luz à conveniência e à produção científica de informações e conhecimentos sobre a bacia do rio Doce, e suas adjacências, à população ocupante/vivente dessas localidades/lugares e às demandas de tecnologias de fomento à produtividade e/ou geração de renda. Logo, pergunto: como e com quais aparatos, *ciências e suas tecnologias*, saberes, cores e sabores viviam e (re)produziam as pessoas antes do *desastre*? Por que(m), quando e como são (co)produzidas as necessidades nas localidades/lugares rurais a partir da perspectiva do desenvolvimento? Desenvolvimento (sustentável) para quê(quem)? O que é preciso sustentar?

Na ocasião em que atuei para a Fundação Renova, recordo de narrativas das técnicas envolvidas com a *reparação ambiental*—como o monitoramento da qualidade da água, os plantios de mudas na mata ciliar e beira de rio, as articulações com o poder público dos municípios atingidos para construção de plano de saneamento – verbalizando que estas ações contribuem/contribuíram para que a situação do rio Doce pós-rompimento se tornasse “*melhor*” que a situação antes do rompimento.

Enfatiza-se que essa narrativa institucional tem suas raízes no Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (UNDRR, 2015), originado da Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres em Sendai, Miyagi, no Japão. Esse fórum foi concebido para orientar ações de países, instituições e demais envolvidos na redução do risco de desastres em níveis local, nacional, regional e global. A partir dessa conferência, foram estabelecidos princípios orientadores para prevenção, preparação e mitigação de desastres naturais, delineando um plano de ação. Entre essas diretrizes destaca-se a necessidade, na fase pós-desastre, de adotar a estratégia de "reconstruir melhor", que prioriza a conscientização e a educação da sociedade sobre riscos de desastre.

Entretanto, para a construção desse imaginário, os (ex)técnicos somavam argumentos enfatizando o histórico de degradação pré-rompimento, o desconhecimento da diversidade (pré)existente e das condições para pesca e consumo da água, bem como o pouco conhecimento técnico-científico – referindo a produções acadêmicas de artigos, dissertações e/ou teses, sobre o assunto –, justificando assim a configuração do processo de reparação e, por consequência, a estruturação da Renova.

Em consonância, há a percepção de um interlocutor, frisando aspectos, em sua visão, históricos da bacia do rio Doce:

O rompimento da barragem só veio para escancarar de vez um processo de destruição que está acontecendo aqui há centenas de anos (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Nessa linha da *preocupação ambiental* e de expectativas e especulações de futuro, pós processo reparatório, o Projeto Renovando Paisagem propõe:

Recomendar ações e estratégias que visam apontar caminhos mais sustentáveis e, ao mesmo tempo, dar condições para retomada das atividades agropecuárias na região **mais** atingida, em propriedades localizadas em Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e regiões. (Fundação Renova, 2020, grifo acrescido).

Entende-se, portanto, que os projetos de desenvolvimento podem configurar-se como instrumentos para a imposição de regras e normas por parte de especialistas considerados, no senso comum, como mais instruídos ou detentores de um conhecimento superior, sobre as pessoas 'locais'. Nesse caso, os agricultores e as agricultoras atingidas passam a ser vistas, a partir de sua formação escolar/acadêmica, como pouco instruídas e com desconhecimento do ambiente em que (co)construíram e (co)constituíram, histórica e culturalmente, desde o pré-rompimento.

Isso resulta na segregação entre o conhecimento científico e os outros, constituindo uma visão institucional, que se desdobra em narrativa da *prevalência científica* (Leeuwen, 2021b, p. 83). Assim, a pessoa técnica, as leis e os demais aparatos sociotécnicos possuem posição privilegiada e hierarquizada aos saberes-fazeres, historicamente presentes nas localidades atingidas.

A imposição do conhecimento científico em detrimento do saber orgânico acarreta implicações, especialmente para os agricultores e agricultoras. Esse cenário promove uma dinâmica na qual as pessoas atingidas são percebidas como menos instruídas, relegando ao segundo plano seu entendimento e as relações com o ambiente, construído e moldado ao longo do tempo, inclusive antes do desastre da Samarco/Vale/ BHP Billiton. Tal abordagem não apenas desvaloriza os saberes-fazeres, como também amplifica a marginalização das comunidades locais, impedindo a incorporação de seus conhecimentos e silenciando esta cosmovisão.

A pergunta sobre as ações do PRP voltadas à apresentação e divulgação do projeto às agricultoras elucidou as etapas de realização das oficinas/imersões de sensibilização e intercâmbios para trocas de experiências, visitas às propriedades e definição das Unidades Demonstrativas, realizadas entre os meses de julho e outubro de 2018. Ainda, conforme levantado nesta pesquisa, foram realizadas formações sobre as tecnologias a serem implementadas com a exposição das técnicas especialistas sobre a temática às agricultoras atingidas das localidades de abrangência do projeto. Nesse sentido, enfatizam-se informações disponíveis no site da Renova sobre as expectativas/preensões com a realização dessas ações:

Ponto alto da capacitação foi o engajamento dos produtores em aprender para se tornarem multiplicadores da tecnologia. [...] “As ações darão autonomia no manejo das pastagens, trazendo inúmeros benefícios diretos e indiretos. Entre eles, a maior produtividade e consequente aumento de renda para as famílias [...]” (Fundação Renova, 2018).

Neste trecho, há uma questão que, particularmente, interessa neste estudo, a visão sobre como há/houve, ou imagina-se, a construção do conhecimento: a partir do repasse de informações dos técnicos da Fundação Renova e do aprender dos agricultores e das agricultoras, ressaltando a crença nos *conhecimentos científicos*.

Não é contraditório ou inesperado, portanto, que os critérios de seleção dos agricultores e das agricultoras *aderentes* ao projeto tenham se dado pelo agrupamento de parâmetros em uma planilha contendo pontuações e pesos para o *ranking* de aptidões. Por exemplo, envolver-se durante as etapas de mobilização, capacitação e/ou intercâmbio promovido; possuir propriedade com área mínima disponível; ter disponibilidade de mão de obra e/ou contratação; estar disposto e disponível para colaborar com o projeto; ter vontade e tempo hábil para disseminar os sistemas implantados; ter interesse nas tecnologias (SAFs, MPE ou Silvicultura de Nativas); ter sucessão familiar (filhas/parentes), e adotar práticas agroecológicas.

Logo, torna-se evidente que o PRP foi concebido de maneira análoga à estruturação típica dos *projetos de desenvolvimento*, fundamentados na utilização de ferramentas e arranjos sociais que perpetuam os privilégios e desigualdades que estes ajudam a sustentar (Ribeiro, 2008).

Para além das categorizações supracitadas, a escolha dos agricultores e das agricultoras e/ou propriedades para implantação das Unidades Demonstrativas derivou: do cadastro da Fundação Renova e da categorização do que se chama de *diretamente atingidas*; do Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental, denominado PASEA, que será melhor detalhado adiante.

Cabe uma ressalva em relação aos *critérios de elegibilidade*, praticados pela Fundação Renova, para inculir adjetivações, como *direto/diretamente* e *indireto/indiretamente*, às atingidas pelo desastre. Nesse sentido, duas categorias são centrais às reflexões: “evento” e “impactado”, uma vez que são utilizadas como critério para o cadastramento junto ao Programa de Levantamento e Cadastramento dos Impactados (PG001).

Desse modo, discute-se como essas conceituações pretendem produzir, concomitantemente, a delimitação da visibilidade, a espacialidade e temporalidade dos danos do desastre (Oliveira, 2018). Ou ainda, como procuram estabelecer um limiar entre a elegibilidade dos danos e a elegibilidade dos direitos, favorecendo as mineradoras/mantenedoras sob o prisma das controvérsias do licenciamento ambiental (Zhourri *et al.*, 2018).

Assim, as autoras supracitadas chamam atenção para a nebulosidade e a problemática dos critérios de alocação dos recursos em cada um dos programas/planos/projetos, à relevância de um diagnóstico prévio e consistente que possa apontar as reais necessidades e as possibilidades de “reparação” e/ou “compensação” do desastre. Pondera-se ainda, sobre a gravidade da não participação e envolvimento das atingidas nas tomadas de decisão.

Por sua vez, Ribeiro (2008, p. 109) tece considerações interessantes sobre o(s) projeto(s) de desenvolvimento, discorrendo que é preciso “*conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção, assim como as características do campo de poder que a sustenta*”. Estabelecendo um elo, percebe-se o poder das mineradoras, causadoras do desastre, ao compor uma arquitetura institucional e criar critérios e categorias que lhes permitam (continuar a) controlar o processo de “reparação”, de acordo com seus interesses.

Esses apontamentos demonstram que, em alusão à retórica do desenvolvimento (sustentável?) e/ou da adequação ambiental (Zhour, 2008), o(s) projeto(s) de desenvolvimento da Fundação Renova apropriam-se da ambientalização dos conflitos (Lopes, 2006). Nessa perspectiva, critérios/categorizações (leis e normas) são frequentemente criados, reinterpretados ou readequados de modo a não impossibilitar o desenvolvimento dos projetos concernentes aos interesses dos empreendedores, nesse caso, a Samarco e suas mantenedoras (Vale e BHP Billiton).

Corroborando esse pressuposto, o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aponta que os impactos e as perdas dos desastres envolvendo barragens não precisam, necessariamente, ser físicos, tangíveis e/ou locais. Nessa lógica, explanam sobre a necessidade de extrapolar a condição espacial e palpável dos danos, para abranger os aspectos simbólicos, imateriais e culturais. Assim, dispõe que os critérios estabelecidos e/ou categorizações devem abranger as relações sociais, os laços afetivos, as redes coletivas, as tradições culturais, as tradições religiosas, os locais de valor simbólico e outros aspectos relevantes para o coletivo (MAB, 2011).

Dessa forma, percebe-se que, ao tomar como base o recorte de elegibilidade (*direta e indiretamente* atingidas) para os processos iniciais de mobilização, e escolha dos agricultores e as agricultoras à participação no Projeto Renovando Paisagem, há um reforço à adequação da materialidade dos danos e às categorias estabelecidas no instrumento cadastral. Ao que parece, estas categorizações subdimensionam a extensão dos danos e as afetações do desastre, limitando sua espacialidade à deposição da lama “dentro da calha do rio” (Zhour *et al.*, 2018).

Como mencionado anteriormente em relação ao critério para a participação dos agricultores e as agricultoras no PRP, também o enquadramento como “diretamente atingida” ainda se vinculava à elaboração do PASEA. Este Plano, também inserido no escopo do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, objetiva adaptar as propriedades rurais atingidas, de forma a melhorar os índices de produtividade, da maneira mais sustentável possível (Cáritas, 2021).

Contudo, conforme dossiê da Cáritas (2021), Assessoria Técnica Independente que atua no município de Mariana (MG), em entrevistas realizadas entre outubro e

novembro de 2020 com agricultoras indicadas pela Fundação Renova como aderentes ao PASEA, algumas não sabiam do que se tratava o plano, outras indicaram não saber que “estavam inscritas no PASEA”. Ainda, houve aquelas que responderam entender sobre as intencionalidades da Renova ao instituir o plano, mas não souberam/quiseram relacionar às práticas socioprodutivas e/ou formas de “trabalho que tradicionalmente faziam antes do rompimento”. Assim, as críticas voltadas a esse plano estão relacionadas à elaboração do próprio TTAC, podendo ser ampliados os programas/planos/projetos da Renova como um todo, isto é, foi estabelecido/definido sem a participação das pessoas atingidas.

Ademais, conforme o Relatório da Ramboll, auditora designada pelo Ministério Público Federal em junho de 2020, constatou-se que, das iniciativas programadas pelo PASEA na área deste estudo, que engloba o alto rio Doce, somente um terço das infraestruturas afetadas foram reparadas ou reconstruídas. Um ponto alarmante evidenciado é que as estruturas de maior porte, tais como currais e galinheiros, ainda não tinham sido iniciadas. Esse cenário revela um atraso considerável na implementação das ações propostas pelo PASEA, particularmente no que diz respeito à recuperação das infraestruturas prejudicadas. O fato de somente um terço das obras ter sido concluído, somado à ausência de progresso em estruturas de maior porte, denota uma falha significativa na eficácia da aplicação das medidas reparatórias delineadas pelo plano.

3.2 “O PROJETO RENOVANDO PAISAGEM FOI SÓ UM GOSTINHO”¹⁹: PERCEPÇÕES SOBRE RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS

As análises dos desdobramentos do projeto são expostas a seguir, sob a ótica dos (ex)técnicos da Fundação Renova. Para isso, considera-se a complexidade que permeia as relações entre sociedade e natureza e, por conseguinte, as múltiplas visões sobre o ambiente. Isso implica compreender o desastre, a Fundação Renova e o Projeto Renovando Paisagem como resultado direto dessas interações e percepções múltiplas.

¹⁹Cedro, ex-técnica da Fundação Renova, setembro de 2022.

Informações disponíveis no site da Fundação Renova e do WRI apontam sobre os resultados esperados com o Projeto Renovando Paisagem: “o projeto espera deixar um legado de uso sustentável que renove a paisagem e supere a degradação até mesmo anterior ao rompimento da barragem, gerando benefícios socioeconômicos e ambientais” (WRI, 2023). Além disso, que promova a melhoria na qualidade de vida do campo, possibilidade a diversificação e aumento da renda e interação social nas ações de restauração de paisagens (Fundação Renova, 2020).Essas expectativas são corroboradas por Jacarandá-mimoso:

Um projeto de longo prazo, que tinha uma capilaridade absurda e recursos inimagináveis, então o potencial era simplesmente colossal. Para mim, o objetivo era esse, o aspecto inicial palpável eram as Unidades Demonstrativas, mas no final das contas o projeto era muito mais ambicioso, que, para mim, era essa mudança cultural. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

A partir do convívio comas(ex)técnicos da Fundação Renova e a participação em encontros institucionais, lembro-me do marco inicial da ideia de promoção de *mudança cultural, legado da reparação*, enquanto horizonte conceitual a ser seguido, um *imaginário sociotécnico* (Leeuven, 2021b). E o que é “deixar legado”, promover “mudança cultural”, diante de um processo de *reparação*? Ainda, dentre tantas pretensões, intenções e expectativas, o que foi alcançado e/ou concluído no âmbito do Projeto Renovando Paisagem e/ou da Fundação Renova?

Tomando essas questões como norteadoras, torna-se relevante apontar os aspectos e as fragilidades do PRP, que podem estar atrelados a ausência de resultados palpáveis e ao encerramento do projeto sem informar aos agricultores e agricultoras participantes.

Um indicativo dos (in)sucessos do Projeto Renovando Paisagem está relacionado à falta de integração entre os programas e projetos da reparação, percepção trazida por Pau-Santo:

Teve desistências [de agricultoras] porque tem muito desafio no meio do caminho. Inclusive, um dos desafios é a própria Fundação Renova, porque às vezes o cara estava até feliz com o nosso trabalho, mas ele estava ofendido com outras iniciativas da Renova e por conta disso ele falou: “não quero mais contato com a Fundação Renova”. (Pau-Santo, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

A maneira como a Fundação Renova, seus programas e projetos foram instituídos também é um fator limitante do alcance dos resultados do PRP, conforme percebe e aponta Embaúba:

A gente sempre tentou mudar a forma de atuação da Renova, que tinha muitas amarras e muita gente contra no território. Tinha amarra de atuação por parte da própria instituição [Fundação Renova] e do modelo de atuação que não deixa você muito no campo, não deixa você de fazer as coisas de forma muito transparente, por ter gestão de contrato, por não poder ser obrigada a fazer nada a mais do que está na cláusula, uma série de amarras e restrições. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Nesse sentido, as dificuldades em compreender os objetivos e a gama de ações da Fundação Renova, sobretudo pela execução desconexa e a (re)produção de narrativas que tendem/tendiam a agrupar/limitar os processos em *caixinhas/planos/programas projetos*, partindo de uma visão cartesiana, demonstra a complexidade em alcançar resultados positivos com a *reparação*.

Somando-se a essas percepções, Jacarandá-mimoso considera que a atuação das demais frentes da Fundação Renova trouxe desafios para o PRP, sendo este fator um indutor das desistências dos agricultores e as agricultoras:

Quanto mais a gente ficava no território, mais dificuldades a gente tinha em fazer uma matriz, mesmo porque a gente chegava na propriedade e o produtor estava super indignado com outras questões e a gente dizia: “Calma, calma, a gente não é Renova, somos WRI, somos o Projeto Renovando Paisagem, nossa capacidade de agir é aqui”. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Ainda, diante da multidisciplinaridade das equipes/técnicos da Fundação Renova, esperava-se/espera-se atuações e ações, que partissem de uma abordagem sistêmica, enfatizando as atingidas, o desastre (e seus desdobramentos) enquanto cerne/central à *reparação*. Nessa perspectiva, a composição das equipes que atuaram na Fundação Renova foi apontada como entrave. Cedro problematiza a aptidão, à experiência e aptidão à agroecologia dos (ex) técnicos, e associa a escolha do perfil das colaboradoras para a composição das equipes a uma intencionalidade das mineradoras mantenedoras:

É uma ignorância institucional achar que as pessoas [agricultoras] não querem [o PRP] porque [as colaboradoras da Fundação Renova] precisam ter a construção do conhecimento na pegada agroecológica, que é o que a gente tem na veia, eu tenho no coração, e a gente carrega isso por onde a

gente vai como o fungo do bem, [mesmo que] trabalhando em projetos que por um lado são as incoerências da nossa vida. Mas quem sou eu para falar mal da mineração se eu uso aqui meu isqueiro toda vez para acender meu cigarro? (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Visão similar também foi trazida por Jacarandá-mimoso, que problematiza a influência das empresas causadoras do desastre no processo de reparação:

Eu pensando muito depois, eu não acho que ninguém da Vale, da Samarco, da BHP deveria estar em conselho nenhum da Renova, nenhum mesmo. Como você é o criador do problema e você vai gerenciar sua multa? Maravilha, né? Não é à toa que está acontecendo, você cria orçamentos de gastos baseados no do ano anterior. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Outro ponto destacado pelos interlocutores em relação aos resultados limitados do PRP envolve a crença na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um meio para que os agricultores se apropriem e utilizem as tecnologias implementadas. Ou seja, no *imaginário sociotécnico*, havia a expectativa de que, por meio da ATER, eles reconhecessem os *benefícios produtivistas* dessas inovações, compartilhassem esse conhecimento com a comunidade local e considerassem os aspectos de renovação da paisagem para a *mudança cultural* na bacia do rio Doce. Um tanto utópico?! Para ilustrar essa perspectiva, destaco a opinião de Jacarandá-mimoso sobre os desdobramentos do projeto e as possíveis contribuições da ATER:

A gente só conseguiu fazer 16 Unidades Demonstrativas: conseguimos fazer cinco de silvicultura, cinco de SAF e seis de manejo de pastagem ecológica. Mas, boa parte delas, ou seja, a taxa de sucessos das UD's, que aumentaria bastante se tivéssemos, de fato, cumprido pelo menos o mínimo de um ano de assistência técnica lado a lado com eles [agricultores]. O que não permitiu foi uma série de erros que aconteceram e a gente praticamente implementou no prazo que ia ser a assistência técnica [...]. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Sobre a ATER, hesito em fazer inferências, pois, conforme indicado pelos interlocutores, essa etapa não foi integrada nem realizada no prazo estipulado do PRP. Contudo, desde 2021, a ATER está sendo abarcada no escopo da Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA²⁰), instituição contratada pela Fundação Renova,

²⁰ A OCA é uma cooperativa de trabalho que visa colaborar no fomento e implementação de técnicas e tecnologias que se adequem às realidades, condições socioeconômicas, culturais e agroecológicas dos territórios com os quais interage (OCA, 2023).

atualmente encarregada de fornecer assistência técnica às agricultoras e agricultores na região do alto rio Doce.

É importante ressaltar que durante a implementação do Projeto Renovando Paisagem, a OCA não desempenhava um papel ativo no processo de reparação. A contextualização da instituição nesse estudo faz-se necessário, já que a maioria dos interlocutores associa a continuidade das ações do Projeto Renovando Paisagem e, conseqüentemente, o incremento nos resultados bem-sucedidos, ao envolvimento desta organização. Isso é evidenciado, por exemplo, nas falas de Cedro e Embaúba:

O Projeto Renovando Paisagem foi só um gostinho, porque agora a OCA está lá e tem quatro anos de trabalho. Então, os resultados que aparecem são porque, na verdade, a OCA continuou. Se a OCA está lá falando de trabalhar com SAFs, diversificar quintal, mas é porque a OCA está lá. A Fundação Renova acabou sendo privilegiadíssima e com certeza a reputação dela está muito mais azeitada e muito mais polida no território porque a OCA está fazendo um trabalho para ela de assistência técnica e extensão rural. (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Eu acho que a gente ainda depende do trabalho da OCA para alcançar os objetivos finais verdadeiros [do Renovando Paisagem]. A gente tem os objetivos de governança sobre a mudança da paisagem, que acho que foram bem atendidos, foram bem trabalhados... Acho que o principal fator foi a inserção da OCA como uma agência de ATER em um território que antes era muito carente de ATER, apoiados só pela EMATER, pontualmente, e tendo influência só de agricultura tradicional, agropecuária tradicional. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

O relatório da Ramboll, datado de fevereiro de 2021 (MPF, 2021), ofereceu uma avaliação dos atestados das atividades de ATER conduzidas pela OCA. Foi constatado que a equipe envolvida nessas atividades é capacitada, contudo, há uma necessidade premente de estabelecer diretrizes claras para que profissionais qualificados conduzam as ações. Um ponto crítico levantado diz respeito a realização, por diferentes profissionais e em múltiplas visitas, do diagnóstico da propriedade e dos modos de vida da família, o que reduz o tempo disponível para as atividades de ATER na propriedade.

Em uma perspectiva analítica, é possível interpretar a crença na ATER como uma forma de transferir a responsabilidade pelos desdobramentos do PRP. Assim como em qualquer outra intervenção, é necessária uma abordagem sensível e participativa, respeitando os saberes locais e estimulando a apropriação das

tecnologias e técnicas pelos agricultores e agricultoras, desde que estas sejam de seu interesse e aplicáveis em suas práticas socioprodutivas.

Os interlocutores refletiram também sobre a implementação *outsider* de “projetos de desenvolvimento”, em uma perspectiva decolonial que, conforme discussão anterior, desconsideram as aptidões das comunidades. A exemplo, a fala de Embaúba:

A gente não vai chegar e gerar o desenvolvimento com base só no aumento de renda. A gente depois viu a abordagem da OCA de pequenos passos para transição para a agroecologia... Passar a usar uma calda, passar a fazer um pequeno consórcio. Então, a OCA tinha um contrato de cinco anos para ATER e veio com uma abordagem, por estar muito mais no dia a dia do agricultor, muito mais de desenvolvimento aplicado à realidade deles e com foco na transição para a agroecologia. A gente veio com pacotes mais prontos, sofreu para traduzir isso para a realidade local. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Por outro prisma, perguntei às interlocutoras se mudariam algo no PRP, obtendo respostas positivas, relacionadas ao tempo e ao prazo de execução, conforme relato de Embaúba:

A gente percebeu que era um processo de mais longo prazo para conseguir esse engajamento. Alguns produtores que a gente achava que iriam pegar a tecnologia para si e ser disseminadores acabaram, às vezes, parando de mexer, cruzaram os braços, perderam o interesse e outros, sim, foram promotores do projeto e das tecnologias durante todo o processo e acho que até hoje ainda estão lá colhendo frutos. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Os prazos estabelecidos para os projetos de desenvolvimento são uma discussão em voga, pois as instituições geralmente adotam uma visão linear e pré-determinada do tempo de execução, sem considerar a possibilidade de intervenção ou alteração por parte dos envolvidos, sejam indivíduos atuantes ou coletivos participantes, na previsibilidade das atividades planejadas.

Assim, findo o(s)projeto(s), o que parece interessar é a necessidade de evidenciar a execução realizada, ainda que as pessoas envolvidas (executoras e receptoras) não se apropriem nem se sintam realizadas com os resultados obtidos. Percebe-se que, no campo do desenvolvimento (ainda), há crenças e práticas geradas e transmitidas de/por projetos de grande escala (Ribeiro, 2008). Assim, nota-se que os empreendedores, causadores principais da degradação e do desastre ambiental,

passam a apropriar-se das críticas à sua atuação e procuram utilizá-las a seu favor (Lopes, 2006), evidenciando grandes números para as ações desenvolvidas e enfatizando a preocupação com a questão ambiental para a construção de narrativas e imagens positivas.

De forma dissonante à evidenciação dos projetos de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, consoante necessidade de maior tempo para a execução e a interação com as sujeitas do/no projeto, neste caso agricultoras, Jacarandá-mimoso traz elementos que subsidiam o *sentir-pensaras* multiplicidades de pensamentos, *boas intenções*, sentimentos e complexidades envolvidas na *reparação*:

Eu não sei se eu mudaria tanto alguns aspectos de amplitude na avaliação, eu duplicaria o tempo, ao invés de um mês para fazer essa avaliação inicial, a gente demoraria dois meses. Aí a gente pudesse conversar mais, entender mais, maturar um pouco mais o nosso conhecimento enquanto equipe que estava chegando para implantar isso e talvez até interagindo com mais gente que estava no campo há mais tempo (fiscais, diálogo, do pessoal como um todo). Ainda, abrangendo o leque de possibilidades, ou seja, não trabalhar direto só com aquele pessoal que foi atingido porque se a gente tem pessoas que foram interessadas e elas estão apenas uma fazenda atrás? Poxa, está dentro da bacia! (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Oliveira e Lima (2022), analisam o modo como o tempo decorrente do/no processo de *reparação(re)produz* (novas) correlações de assimetrias de força e poder, gerando expectativas e produzindo formas de dominação e o estabelecimento de nova ordem política para as localidades/lugares e grupos sociais atingidos. Nesse sentido, Jacarandá-mimoso reflete sobre os *projetos de desenvolvimento*, a partir da perspectiva focalizada no Projeto Renovando Paisagem: “[são] território[s] reativo[s] em que a ‘coisa’ está sendo proposta e não demandada” (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Por sua vez, Ribeiro (2008) problematiza as limitações e debilidades dos *projetos de desenvolvimento*, discorrendo que o pragmatismo envolvido limita as pessoas técnicas de terem presença mais duradoura e forte no(s) lugar(es) da atuação e, por consequência, pode implicar no êxito/desfecho dos resultados. Essa perspectiva é aderente à percepção de Cedro:

Um projeto de renovar uma paisagem não se dá em dois anos. Não é indo fazer uma reunião, não é indo implantar uma área e abandonando ela que a gente renova. Volta lá para você ver, é mato. Se não for o esforço extra, hercúleo de uma família ou outra que tem uma sensibilidade um pouco maior, nenhum projeto está lá. (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Algo que não foi apontado na fala dos agricultores e agricultoras entrevistados e que pode relacionar-se com a investigação deste projeto de desenvolvimento é o fato de tratar as atingidas enquanto “comunidade”. Em outras palavras, considerar os agricultores e as agricultoras das localidades/lugares de abrangência do(s) projeto(s) de desenvolvimento enquanto elemento único de identidade social, enraizadas nos processos vivenciados e tomando suas interpretações de forma genérica.

Sob esse aspecto, Jean Anil (2007) discorre que os *projetos de desenvolvimento* tendem a privilegiar o individual ao invés do coletivo, abordando os desafios enquanto essencialmente singulares e desconsiderando o processo social gerador dos problemas. Dito de outra forma, parece-me que esses projetos possuem a propensão a desconsiderar as particularidades históricas que emergem destes desafios. Na mesma perspectiva, Embaúba aponta questões similares no âmbito do Projeto Renovando Paisagem:

Às vezes esse engajamento era impactado pelo próprio relacionamento com a Renova, às vezes foi uma inocência [da] nossa metodologia de considerar que todos os produtores iriam pegar aquela unidade, aquela tecnologia e conseguir tocar sozinhos em um curto prazo. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Enfim, como cerne desta pesquisa, que busca investigar se e como o Projeto Renovando Paisagem promoveu mudanças nas práticas socioprodutivas dos agricultores e as agricultoras aderentes, perguntei aos (ex) técnicos suas percepções e reflexões sobre este aspecto. Em linhas gerais, essa foi uma questão que expôs visões antagônicas e, ao mesmo tempo, concomitantes, entre as sujeitas da pesquisa, tal como Cedro que expressou entendimento complexo sobre a pergunta apresentada:

A gente não fez construção do conhecimento de nada, fizemos aquela velha história do jeito que as grandes corporações gostam...Elas escrevem projetos em seus escritórios, identificam áreas nos seus georreferenciamentos e têm os seus polígonos. Fazem o somatório de áreas desses vários polígonos e colocam nos seus relatórios para os seus contratantes e gestores de projetos internacionais, dizendo que tem tantos 'x' hectares de áreas implantadas. Agora volta lá para ver se as árvores estão lá, volta para ver se o SAF está funcionando..., mas o polígono dizendo que está lá, está lá! [...]A Fundação Renova está falando sobre esses polígonos, esses tantos hectares, eles estão tirando onda! Mas volta na casa da família e vê se o hectare está servindo para alguma coisa? [...] Então, a reputação dessas empresas sanguessugas em projetos, ditos, sociais, com agricultura familiar, esses caras estão crescendo suas ações com as reputações desses projetinhos. Agora, vai lá avaliar para ver se está de fato implantado e tendo seus próprios objetivos. Então, sua pergunta é muito complexa, não consigo responder se deu... Sim, não, com a mesma força na fala, porque depende. [...] Tem a dimensão do "sim" nessa resposta. Porém, eu tenho uma visão sistêmica e um sentimento holístico sob uma visão de luta e de mudança de sociedade. Esse projeto foi um pequeno lampejo imperceptível. Foi uma daquelas estrelas cadentes que a gente nem vê. Aí você me pergunta, passou uma estrela cadente? Passou! Mas será que todo mundo viu? Não sei. (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Nesse sentido, me permito interpretar que a sua resposta indica alguém que acredita que houve mudanças e ao mesmo tempo – “na mesma força” (suas palavras) – enquanto técnico atuante no Projeto Renovando Paisagem, foi capaz de promover alterações nas práticas socioprodutivas dos agricultores e as agricultoras:

Ao contrário, para outros interlocutores, não houve dúvidas– ou ao menos não foram expressas de forma clara– sobre a geração e promoção de impactos positivos que somam aos/nos modos de vida dos agricultores e as agricultoras:

Entendo que sim, em alguns casos, sim, principalmente nas unidades de pastagem ecológica, acho que mudou imediatamente o entendimento sobre boas práticas de manejo de pastagem e já em um curto prazo já gerou mais renda. As pessoas já viam resultados muito imediatos e passavam a ser promotoras desse método, dessa tecnologia, para as propriedades vizinhas. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Ah, sem dúvidas! Porque, no mínimo, a gente deu atenção. Deu atenção no sentido de pegar na mão e ensinar mesmo, entendeu? Ensinar coisas básicas pra gente, mas para eles, novidade. Então, eles se sentiram...primeiro que eu tenho comigo que as pessoas gostam de atenção, assim, todo mundo quer atenção, todo mundo gosta de ser bem tratado, bem cuidado etc. E o fato de a gente fazer isso, ajudou bastante. [...] Ah, a parte da Fazenda Ecológica teve um impacto muito grande porque o pessoal mexe com o gado, então o pessoal recebeu muitas visitas dos próprios vizinhos porque é um jeito muito barato e muito eficiente de manejar. [...] Então a parte da pecuária, do manejo rotacional do gado foi o mais impactante porque também o pessoal trabalha, é o ganha pão deles, o leite”. (Pau-santo, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Para outro (ex)técnico, os resultados foram pontuais, *aquém* de suas expectativas e percepções sobre as possibilidades de amplitude do projeto:

O impacto foi 'pífio', eu acho que não foram dadas as condições para que houvesse o mínimo de coisa. Eu vou falar só por mim mesmo, pelo manejo de pastagem ecológica, só teve uma propriedade que deu certo, pelo menos até agora. [...]E o resultado do manejo de pastagem também é um resultado de longo prazo, as maturações do sistema de manejo de pastagem ecológica acontecem em cinco anos/sete anos. [...], mas eu, particularmente, olhando dentro desse potencial todinho e da nossa expectativa junto com aquela motivação inicial, eu acho muito pouco. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Esses resultados evidenciam implicações contrastantes das percepções sobre as mudanças geradas pelo Projeto Renovando Paisagem. Enquanto algumas interpretações apontam para a crença na efetiva transformação das práticas socioprodutivas dos agricultores e agricultoras, outras refletem dúvidas ou ausência de clareza quanto aos impactos positivos tangíveis desse projeto. Além disso, há uma discrepância entre as aspirações e a efetiva abrangência atingida pelo projeto. Essas distintas visões ressaltam a complexidade das avaliações e o panorama multifacetado das ações propostas pela Fundação Renova para *reparação* do desastre. É possível reparar?

Ademais, os interlocutores ressaltam um aspecto importante no campo dos *projetos de desenvolvimento*: a heterogeneidade e constituição a partir de distintos atores que representam diferentes segmentos/grupos sociais, abrangendo organização civil, estado e governo(s), empresas privadas, pessoas políticas, corporações nacionais e internacionais (Ribeiro, 2008).

Em uma perspectiva pessoal, eu aprendi enormemente. A questão da complexidade, a interdisciplinaridade das pessoas que eu interagi, o nível de reatividade do território, a sensibilidade com que a gente tinha que lidar com determinadas coisas, os aspectos técnicos, por mais que eu tenha estudado em Viçosa e que o território fosse relativamente conhecido. Foi muito, muito bom! Regra geral, foi muito proveitoso para mim e eu aprendi muito. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

De experiência pessoal, o que mais me chamou atenção foi esse processo de articulação unindo atores das mais diversas origens. [...] Então acho que o que mais me agradou, mais me chamou atenção, o que eu gostei de fazer foi esse processo de articulação e de conectar esses atores todos para tentar convergir para um objetivo, um alinhamento para o que é o desenvolvimento territorial sustentável ali. [...] Qualquer idealização de qualquer processo de construção de projetos de desenvolvimento rural eu sempre iria com o viés de articulação, de conexão, de alinhamento, de convergência para o conceito de desenvolvimento, mas que precisa ter um pouquinho de benefício para

cada uma dessas partes para que todos consigam estar no mesmo ambiente e conversando. Acho que essa percepção do que é, de como gerar e de como fazer uma intervenção do território para gerar o desenvolvimento, foi a experiência que eu mais tirei proveito e que eu mais gostei de trabalhar. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

O que se percebe como ponto comum, também foi observado por Leeuwen em sua pesquisa (2021b, p. 91): “o conhecimento científico e a tecnologia ocupam um papel privilegiado na reparação ambiental, orientando e subsidiando as tomadas de decisão sobre as ações reparatórias”. Isso implica a desvalorização dos saberes orgânicos (*saber-fazer*), reducionismo na abordagem das ações e exclusão da participação social.

Nota-se, que as interlocutoras fomentam a crença na ciência e tecnologia, argumentando sobre a disseminação do conhecimento como ponto alto do projeto:

A gente fez acontecer, renovamos de fato, transformamos a paisagem, em poucas propriedades, mas principalmente o que eu sempre digo, mais do que implantar uma muda no chão, a gente plantou a semente da agrofloresta na cabeça das pessoas ao ponto de uma família que era areeira, sem aptidão nenhuma para agricultura... estão promovendo oficinas lá, sabe? (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Assumo e expresso que essa visão das interlocutoras (ainda) corrobora o que (re)produzo enquanto pesquisadora e ser mundano, a partir das minhas crenças a começar por mim, fomento as sementes (e amorosidades) acreditando que se fortalecem nas escutas, trocas e experiências. Nesse sentido, Cedro me narra um ditado que reforça o meu *sentir-pensar*:

O projeto em si, se mudou é pelo seguinte, porque quando a gente conhece as pessoas e somos verdadeiros, a gente transforma a si mesmo. Tem um ditado chinês que fala o seguinte sobre trocas: “Se dois chineses se encontram no meio do caminho, em sentidos opostos e cada um deles leva um pão e troca os pães, ao irem embora, cada um deles continua levando um pão”. Quando duas pessoas se encontram trocando ideias, cada uma com a sua ideia, elas duas saem com duas ideias. (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Minhas afetações e reflexões a partir e diante da pesquisa me provocam no que tange as minhas motivações de escolha deste recorte e temática como objeto de

estudo: derivam de um *greenwash*²¹? Fui eu quem acreditei e colaborei com as narrativas sobre o PRP? Meu cartesianismo me trouxe até aqui? Escolhi pesquisar o “lado verde” da Fundação Renova? Acreditei que um *projeto de desenvolvimento* poderia ser segregado e contribuir com o processo de *reparação* da Fundação Renova?

Por outro aspecto, chama-me a atenção que, apesar das críticas, reflexões e indicações de erros e/ou necessidades de ajustes e melhoria do projeto, todas as interlocutoras, quando questionadas sobre a sua atuação, apontaram como positiva e boa a experiência vivenciada junto ao PRP, conforme expresso a seguir:

Foi muito boa, foi ótima! De zero a dez, foi 9,9, porque sempre pode melhorar um pouquinho. Mas, foi bom porque, primeiro do ponto de vista profissional, me trouxe uma visão de campo, de pessoas que tiveram problemas que eu não tinha tido essa experiência. Então eu tive uma experiência muito legal de troca de ideias, de conversa, de extensão rural, vamos chamar assim. [...]então, isso me deixou muito feliz mesmo. Do ponto de vista do relacionamento humano foi excelente também, porque claro, a governança da Fundação Renova era complicada, mas eu acredito assim, existimos para poder fazer as coisas acontecerem no ambiente na qual ela se encontra, se estivesse tudo certinho, não precisava da gente. Então, o profissional vai trabalhar e é fazer acontecer, é resolver os problemas”. (Pau-santo, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

No geral, eu só tiro coisa boa: fiz amigos, cresci na minha experiência profissional, conheci de perto a realidade do que aconteceu com a tragédia de Bento Rodrigues, mas não tive nem a oportunidade de ir em Bento, enfim! Estávamos no Gualaxo, do lado e já deu para sentir o gostinho de como foi, bem devastador mesmo. Então, no fim, foi uma experiência positiva no frigor dos ovos”. (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Nessa perspectiva, identifica-se que a experiência é o que nos acontece, nos atravessa, nos engaja, e o saber da experiência relaciona-se com “a elaboração do (sem)sentido do que nos acontece” (Larrosa, 2014, p. 32).

Assim sendo, ao longo deste capítulo, busquei evidenciar e descrever o Projeto Renovando Paisagem considerando as perspectivas dos (ex)técnicos da Fundação Renova. No próximo capítulo, me interessa discutir e analisar o que os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce pensam, sentem e refletem sobre e a partir do projeto,

²¹O termo *greenwashing*, “lavagem verde” em inglês, refere-se à prática em que empresas, ONGs ou instituições divulgam informações inconsistentes sobre a sustentabilidade. Isso ocorre quando afirmam que seus produtos ou serviços são sustentáveis, seja através de publicidade ou ao colocar informações enganosas nos rótulos comerciais. Em essência, o *greenwashing* cria uma imagem falsa de compromisso com a sustentabilidade por parte de uma empresa.

especialmente diante das questões: Como os agricultores e as agricultoras se afetam diante do projeto? O PRP promoveu mudanças em suas práticas socioprodutivas? De que forma?

4 DO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DA FUNDAÇÃO RENOVA À (RES)SIGNIFICAÇÃO DO LUGAR: O PROJETO RENOVANDO PAISAGEMNA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES E AS AGRICULTORAS

Este capítulo intencionar visibilidade às histórias e vivências dos agricultores e agricultoras interlocutoras desta pesquisa, percebidas e captadas durante o trabalho de campo. Consiste em reflexões a partir do meu olhar, além de sentidos e sentires, assumindo que a escrita é, por vezes, um exercício de violência e simplificação da realidade vivida.

Para tanto, levo a sério as falas e partilhase enfatizo suas memórias e narrativas, tentando me despir de preconceitos e julgamentos, não desconsiderando, contudo, as assimetrias das relações. Posiciono-me com respeito e atenção às representações e expressões dos *sentires-pensares* desses e dessas interlocutoras. Reconheço-me enquanto sujeita ativado estudo e (co)produtora de significações, sem a tentativa de neutralização e/ou distanciamento enquanto pesquisadora. Assim, assumo que as análises aqui elaboradas são frutos partem da minha perspectiva de mundo, minhas observações, imersões em campo e seus desdobramentos: afetações, reflexões, experiências, vivências e entendimentos dessa comunicação/interlocução.

O texto foi organizado em consonância com um dos objetivos específicos desta pesquisa, portanto, voltado à identificação das práticas socioprodutivas (re)produzidas por agricultores e agricultoras do alto rio Doce, antes e depois do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, e diante da implementação do Projeto Renovando Paisagem (PRP). Para tanto, inicialmente contextualizo a interlocução e trajetórias (co)construídas com os agricultores e as agricultoras – às quais me refiro nesta pesquisa como Aroeira, Bougainville, Mangabeira e Pau-Terra²² –, buscando investigar como eram suas práticas socioprodutivas pré-desastre. Em sequência, partindo do desastre, foco nos fenômenos em curso, com foco no PRP, avaliando suas implicações e afetações para esses sujeitos. Por fim, analiso as percepções desses agricultores e as agricultoras em relação ao referido projeto, sobretudo no que se refere a possíveis alterações em suas práticas socioprodutivas, enfatizando suas

²² Cabe lembrar que o subcapítulo 1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA apresenta-se as características dessas interlocutoras

expectativas e sentimentos, desde os contatos iniciais, o convite à participação e os desfechos/resultados alcançados

Como esperado, a interação com os agricultores e as agricultoras ocorreu de maneira distinta em cada caso, conduzidas a partir do relacionamento que possuíamos e/ou(re)estabelecendo e (co)construindo ambiências para o diálogo. Após um momento inicial “quebra-gelo”, em que conversamos amenidades, elucidei minhas intenções enquanto pesquisadora, expliquei os objetivos da pesquisa e combinei de retornar, com mais tempo e disponibilidade, em um momento mais oportuno, para que pudesse observá-las (e ser observada) em suas formas de se (co)relacionar com a terra e em suas práticas socioproductivas.

Pau-terra recepcionou-me em sua casa em uma manhã de frio e neblina. Previamente, havíamos marcado horário e, ao chegar, senti que ela havia suspenso suas atividades para me receber. Logo me convidou a entrar em sua cozinha, oferecendo-me café, broa e água. Entrei e me sentei. Pau-terra me pediu para apresentar as minhas questões, demonstrando certa ansiedade com meu contato e presença. Assim, quase duas horas depois, após detalhadamente responder a todas as perguntas propostas no roteiro semiestruturado²³e outras que foram se desdobrando com as partilhas, percorremos sua propriedade. Pau-terra foi à frente, destacando as nuances da implantação do Projeto Renovando Paisagem e demais ações da Fundação Renova que lhe eram importantes. Depois dessa caminhada, pedi para observá-lo realizando suas práticas cotidianas, mas percebi certo desconforto e, talvez, cansaço diante das partilhas. Por fim, convidou-me a retornar na manhã seguinte.

Cheguei na propriedade de Bougainville, chamei algumas vezes sem retorno, até que sua cunhada me sinalizou que ela estava próxima à beira do rio, buscando suas criações. Fui até lá e a encontrei junto a quatro vacas e dois bezerros. Logo que me viu, mostrou-me a deposição de lama nas margens, apontando também para o plantio de capim braquiária e indicando o insucesso do seu crescimento. Arriscaria dizer que, antes da minha chegada, Bougainville estava *biointeragindo e confluindo* com suas plantas e com a terra (Bispo dos Santos, 2022, p.22). Assim ficamos durante

²³Apresentado no APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas, Agricultoras do alto rio Doce.

grande parte do dia, ela com suas práticas socioprodutivas e eu ao lado, perguntando, falando e escutando. Passamos por diversos assuntos, em diferentes pontos de sua propriedade – do curral ao pomar, do pomar ao galinheiro, do galinheiro à horta. Bougainville me apontava mudas, cercas, arames, indicando as intervenções que a Fundação Renova havia feito ao longo do processo de reparação. Em certo momento, convidou-me a entrarem sua casa e ali ficamos sentadas na cozinha. Picou uma pitaya contando que não conhecia essa fruta, até o plantio dos Sistemas Agroflorestais (SAF) do Projeto Renovando Paisagem. Fez-me um suco de acerola, também colhida no seu quintal, e pediu-me para não “reparar”, pois ia fazer o seu jantar. Nesse momento, achei oportuno repassar algumas questões, que ainda não haviam sido tratadas anteriormente. Dessa forma, seguimos com uma conversa fluida, enquanto ela colocava lenha no fogão, refogava o arroz, picava o quiabo... muitos sentidos, sentires, cheiros e sabores.

Mangabeira recebeu-me em sua varanda, com um sorriso e acolhimento. Havia sons de patos e da máquina de moer capim. Conversamos sobre suas filhas, trivialidades, minha vida em Belo Horizonte e o mestrado. Questionou se eu ainda tinha contato com ex-colegas da Fundação Renova e me compartilhou sobre a dinâmica do seu dia a dia. Contou-me sobre como sua lagoa permaneceu cheia mesmo na seca, atribuindo o fato à construção de barraginhas²⁴ e ao cercamento das suas nascentes. Foi então que Aroeira chegou e iniciamos uma conversa compartilhada a três, por vezes, Aroeira e Mangabeira se complementando em falas e outras discordando e apresentando diferentes perspectivas/pontos de vistas para as questões apresentadas.

Partindo desse situar inicial e assumindo que o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton rearranja os sentires e sentidos de passado, presente e futuro (Coutinho, 2022), apresento a seguir as histórias relatadas pelos agricultores e as agricultoras do alto rio Doce.

²⁴ As barraginhas são pequenas bacias escavadas no solo, geralmente construídas e dispersas nas propriedades, com a função de captar enxurradas, controle de erosões e proporcionando a infiltração da água das chuvas no terreno (EMBRAPA, s.d).

4.1 MEMÓRIAS, SENTIDOS E SENTIRES DO DESASTRE: PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES E DAS AGRICULTORAS PRÉ E PÓS ROMPIMENTO

Reconhecendo as agricultoras enquanto testemunhas dos acontecimentos, emprego a *memória afetiva* como ferramenta para (re)memorar o passado vivido (Matos; Senna, 2011; Losekann, 2018) e enveredar por lembranças, histórias e estórias prévias ao rompimento. Assim, por meio de representações do passado (Amorim, 2012) retêm-se pensamentos, expressões, saberes/conhecimentos e sentidos/sentires pré-adquiridos, reportando-se às reminiscências como formas de retomar as percepções de presente (Bear, 1996²⁵ *apud* Amorim, 2012).

Desse modo, com vistas à identificação das práticas socioprodutivas (re)produzidas pelos agricultores e as agricultoras do alto rio Doce antes do desastre, pedi que relatassem e/ou retomassem as *memórias* do e com o *lugar*²⁶. Para isso, sugeri que descrevessem como era a dinâmica cotidiana, o que plantavam/criavam, como percebiam a disponibilidade de água, a aparência do plantio, do solo e seu bem-estar. Em linhas gerais, há pontos em comum nesses relatos, sobretudo relacionados à forma como esses sujeitos construíram as relações com o *lugar* a partir do e com o rio Doce.

Bougainville foi categórica ao afirmar que antes do rompimento “era maravilhoso, era muito bom”, agregando o rio Doce ao seu quintal e contando que as relações estabelecidas com o *lugar quintal-rio Doce* vêm sendo (co)construídas “de longa data”, uma vez que vive em Chopotó desde a infância:

Eu fui nascida em Rio Casca e mudei para cá com 10 anos. Eu estou com 67 anos. [...]morava em uma casa lá em cima, a sede que nós fomos criados ainda está lá e quando você voltar, eu te levo. [...] toda vida eu morei aqui...morei, casei, tive meus filhos, estudei no Chopotó. [...] a gente brincava no rio, nadava. Minha netinha está com 13 anos, ela vinha cá pequenininha na beira do rio, mexendo na água. (Bougainville, agricultora do alto rio Doce, maio de 2022).

²⁵ Bear, 1996 – BEAR, Mark; CONNORS, Barry e PARADISO, Michael; “Neuroscience: Exploring the Brain” in: Memory Systems. Londres: Lipincott, Williams & Wilkins, 1996, pp. 514-545.

²⁶ Cabe retomar que este estudo toma por base a categoria de lugar enquanto lócus de produção das relações sociais e simbólicas (DIEGUES, 2000), não estático, isto é, processual e relacional (Chizenga; Blanco; Almeida, 2022).

Percebe-se, a partir das imersões e observações, que, para Bougainville, o *lugar quintal-rio Doce* representa mais do que a extensão da casa, um mundo de significados e significâncias.

Pau-terra relaciona-se com o *lugar-rio Doce* desde que nasceu: “Eu nasci aqui, meus pais tinham uma propriedade ao lado, onde meus avós paternos começaram a vida” e relata como percebe a abundância e oportunidade propiciadas pelo rio Doce:

O rio, a gente vê ele como muito grande. Eu tenho várias histórias comigo[...] eu vejo o rio de uma forma muito grande, porque desde novo, meus 12/13 anos, eu já ia com meu pai para o rio para a gente tirar ouro de fuscador. Depois eu me tornei mergulhador, eu mergulhei muito nesse rio, tirei muito ouro de mergulho. [...]É nisso que eu vejo o rio muito grande, sabe? Várias atividades. Tinha época que a gente tirava cascalho. [...]Então, essa grandiosidade do rio propiciava a gente fazer isso tudo. E aí veio a enchente e hoje, realmente, deslocou essas coisas. (Pau-terra, agricultor do alto rio Doce, junho de 2022).

Seus relatos e partilhas das vivências, permitem-me tecer o estabelecimento de marcos temporais em sua memória pré e pós-rompimento, destacando o fenômeno em curso e suas relações e visões com/sobre o rio Doce.

Mangabeira e Aroeira contam que moram no alto rio Doce desde que se casaram e que esta escolha está atrelada ao *lugar-sítio* onde nasce o rio Doce. Ao perguntar sobre a dinâmica e as práticas pré-rompimento, relatam que a princípio possuíam gado de leite e faziam alguns plantios. Alguns anos depois, já em meados de 2005, investiram as economias em um areal que passou a ser a principal fonte de renda da família: “A nossa fonte de renda hoje, atualmente, há sete anos, quando tudo foi acontecido, vinha tudo do areal. A gente não vivia mais da roça porque a gente vivia do areal” (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, setembro de 2022). Contam que, esporadicamente, possuíam animais de criação, como gado e galinhas, e tiravam leite, faziam queijo, sobretudo para subsistência. Essa narrativa é enfatizada por Mangabeira em praticamente todas as interações que tivemos – seja durante minha atuação enquanto consultora para a Fundação Renova (2017-2019), seja como pesquisadora (2022) –, contando como a renda oriunda do areal proporcionou a suas filhas estudarem em boas escolas, fazerem atividades complementares, como natação e inglês, e que a mais velha pudesse cursar faculdade em outra cidade.

É notável que, embora a memória seja um fenômeno individual, pois cada sujeito é singular em possuir e retomar as lembranças sobre sua trajetória, experiências e vivências, ela também se relaciona ao seu aspecto social, enquanto fenômeno coletivo, construído a partir das transformações e alterações do tempo e lugar (Pollack, 1989²⁷ *apud* Amorim, 2012). Ainda, longe de simplificar um *lugar* onde se obtêm meios de subsistência, para os agricultores e as agricultoras, o rio Doce constitui um conjunto de inter-relações, ou ainda, um “palco de uma sociabilidade sutil” (Diegues, 2000, pg.1).

Nessa perspectiva, adaptando a metodologia proposta por Coutinho (2022)²⁸, com a intenção de refletir sobre o contexto das afetações para investigar a (re)significação do *lugar* pós-rompimento como se (re)apresentam as práticas socioprodutivas, indaguei às agricultoras sobre como o rompimento da barragem da Samarco/ Vale/ BHP Billiton implicou ou modificou suas práticas agrícolas.

Em resposta, Bougainville conta que “mudou muito, mudou tudo!”, ponderando sobre as alterações no lugar e nas suas práticas socioprodutivas pós-desastre. Esses aspectos são percebidos por ela pela morte de suas galinhas/frangos, plantas e árvores frutíferas, pelo aumento das pragas em seu pomar, pela baixa disponibilidade de água e pela forma como se relaciona com seu quintal produtivo – *lugar quintal-rio Doce* – após a deposição de lama nele: “O quintal mudou demais, muita fruta e plantio está acabando. [...] Lá na beira do rio não tem mais nada, acabou! A terra está diferente, a terra está mais dura”.

Além disso, Bougainville relaciona a secura da terra e as cheias/enchentes do rio Doce nos períodos de chuvas, com o rompimento. Essa é uma questão também tratada por Margulis e Dubeux (2010), que discutem os impactos do desastre para o assoreamento do rio Doce, a partir das previsões associadas às mudanças climáticas e às expectativas de aumento de chuvas intensas no Sudeste, indicando a possibilidade de recorrência de eventos de inundações nos municípios às margens do rio Doce. Associam o assoreamento da calha com o possível agravamento desse

²⁷ Pollack 1989 – POLLACK, Michael.; “Memória, Esquecimento, Silêncio”; in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.3-15.

²⁸ Cabe destacar que Coutinho (2022) toma como base em seu estudo a categoria de paisagem.

problema, dado que, à medida que a lama vai sendo depositada no leito do rio Doce, ele se torna mais raso e com maior previsibilidade de extravasamento com as chuvas.

Na percepção de Bougainville, há insegurança em relação ao uso da água e à prática de pesca para a subsistência: “o rio, a gente não pode utilizar ele porque não sabemos como a água do rio está”. Ela destaca alterações e transformações provocadas pelo desastre, relatando sua visão em relação ao rio, que antes era lugar de acolhida, lazer, fonte de renda e alimento:

Ficou ruim, está muito ruim! Acabou a nossa área de lazer. A pesca, nadar no rio era uma relação que tínhamos com o rio. A gente não vai lá mais, porque não tem como você pescar, não tem peixe no rio, você joga um anzol e nem belisca mais, acabou. A beira do rio ficou horrorosa, não tem aquela margem verde de braquiária que você passava e sentava, acabou, afundou. A terra virou barranco por causa da lama e cada vez que o rio enche vai descendo mais um bocado. (Bougainville, agricultora do alto rio Doce, maio de 2022).

De modo similar, Pau-terra associa suas práticas socioprodutivas às relações e interações com o rio Doce –*lugar-rio Doce*. Conta da sua frustração ao ver o rio de lama, da impossibilidade de (co)criação de novas memórias, experiências e mergulhos, lazeres, convívio com a família e/ou os amigos pós-desastre, destacando a pesca e a possibilidade de extração de ouro enquanto prática cotidiana:

No meu dia a dia, o que mudou mais mesmo foi a questão seguinte: sempre que chegava o período do rio mais vazio, a gente tinha aquela expectativa de ainda dar uns mergulhos, tirar um ouro e tal. A pesca, como eu moro muito próximo ao rio e você vê, sempre a gente tinha oportunidade de pescar durante a tarde, às vezes é um lazer. (Pau-terra, agricultor do alto rio Doce, junho de 2022).

Como mencionado anteriormente, Mangabeira e Aroeira contam que, alguns anos antes do rompimento da barragem da Vale/Samarco/BHP Billiton, constituíram suas vidas a partir da extração de areia no rio Doce: “depois que a gente abriu o areal, as coisas foram melhorando para nós”. Apesar de terem cultivos de animais e plantios na propriedade – *lugar-sítio* –, essa não era a principal fonte de renda/trabalho da família. Relatam que, após o rompimento, tentaram retomar práticas agrícolas, sobretudo em aderência aos programas e projetos propostos pela Fundação Renova:

Nosso sítio está praticamente parado, porque a gente tem o sítio, a nossa casa, as nossas terras e tínhamos gado, mas o nosso sustento, a nossa vida, estudo das nossas filhas, tudo era tirado de lá, entendeu? (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, setembro de 2022).

À luz das memórias afetivas e dos relatos pós-rompimento, constata-se que o desastre da Vale/Samarco/BHP Billiton transformou *lugares* em *não lugares*, com a privação de acessos aos *lócus* de vida, fonte de renda, socialização e lazer. Esse cenário implicou às agricultoras formas enfáticas e forçadas de (res)significação do lugar-quintal rio Doce, do lugar-rio Doce, do lugar-sítio e de suas práticas socioprodutivas.

Nesse sentido, endosso a análise de Oliveira (2018), que discorre sobre os desastres enquanto *efeitos de lugar*, posto que as transformações causadas às agricultoras enfatizam e reforçam as formas ordinárias e duradouras de (re)produção social. Isso acontece ao restringir as relações estabelecidas, submetendo-as a repensar e reproduzir a ressignificação do e com o lugar. Adicionalmente, observa-se que os agricultores e as agricultoras disputam o restabelecimento de suas antigas condições de vida (Zhourri, 2020) e interações com o, e a partir do lugar.

Assim, percebe-se que esses como corpos-territórios (Cabnal, 2010), carregando memórias, histórias, saberes e resistências do *lugar-alto rio Doce*. A imposição do 'não-lugar', decorrente do desastre da Vale/Samarco/BHP Billiton, e a estratégia de reparação adotada pela Fundação Renova acabam por invisibilizar e alterar o desenvolvimento das práticas socioprodutivas. Por conseqüente, resulta na violação das significações do *lugar* para estes agricultores e agricultoras.

Desse modo, retomo o Projeto Renovando Paisagem, pensando como e se contribuiu para a “renovação da paisagem”. Quais expectativas os agricultores e as agricultoras possuíam para sua aderência? Como foi a aproximação com a equipe e com o Projeto? O que as fez aderir/participar? De quais processos participaram? Como avaliam as ações executadas? Essas são algumas das questões que são tratadas a seguir.

4.2 “MINHA PROPRIEDADE VIROU UM ELEFANTE BRANCO!”²⁹: EXPECTATIVAS E REALIDADES DO PROJETO RENOVANDO PAISAGEM

Anteriormente, apresentei sucintamente minhas motivações de pesquisa, esbarrando e sobrepondo às expectativas que possuía em relação ao Projeto Renovando Paisagem (PRP). Em meio ao desastre e a um complexo processo de *reparação*, sentia afetações diante da minha atuação enquanto consultora para a Fundação Renova. Possuía muitos questionamentos internos, sobretudo a respeito das ações realizadas, das equipes atuantes e da governança da instituição. De forma antagônica e até controversa, recordo-me dos alinhamentos iniciais sobre o PRP, momento em que tomei conhecimento sobre o escopo e a metodologia proposta, quando me sentia motivada, envolvida e engajada.

Ainda, durante a fase de mobilização do PRP, foram conduzidas visitas de campo/vivências, buscando promover o intercâmbio de ideias entre os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce e de outras localidades. Estes agricultores e agricultoras já haviam implementado em suas propriedades técnicas e tecnologias similares às propostas pelo projeto (SAF, rotação de pastagem e silvicultura de nativas). Na minha perspectiva, esse era um diferencial, pois divergia da abordagem proposta e realizada até então pela Fundação Renova. Isso enfatizava a voz dos agricultores e agricultoras atingidos, possibilitava a partilha de experiências e o estabelecimento de pontes/redes.

Retomo a essas memórias afetivas com a intenção de evidenciar as percepções iniciais sobre o PRP que, de alguma forma, se aproximadas expectativas dos agricultores e as agricultoras e até mesmo dos (ex) técnicos institucionais. No entanto, essas expectativas parecem não ter se concretizado, sendo este o ponto tema central desta seção: salientar as motivações e perspectivas iniciais dos agricultores e agricultoras para aderirem ao projeto e, diante da sua implementação, suas avaliações, seus sentidos e sentires.

Nessa perspectiva, Mangabeira e Aroeira relatam que, a princípio, a partir das abordagens dos (ex)técnicos da Fundação Renova e das vivências realizadas,

²⁹ Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, abril de 2022.

sentiam-se motivados e possuíam expectativas em relação ao PRP: “na minha cabeça, quando olhava o projeto em si...ele era perfeito! Muito bom! Nós nos encantamos com tudo” (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, setembro de 2022). Relembra as reuniões realizadas em sua varanda, relatando animação com o desdobrar de um novo projeto, o olhar integrado para a propriedade, o encaixe das técnicas propostas em diferentes espaços do *lugar-sítio*, trazendo a sensação de casa cheia. Destacaram que a maior motivação para a participação era a geração de renda e a retomada da autonomia, visto que o desastre causou danos ao areal que era o principal trabalho e fonte de renda da família.

No entanto, Mangabeira e Aroeira ressaltam que, na realidade prática, o PRP gerou uma demanda adicional por mão de obra e esforços para a manutenção da propriedade, exigindo um investimento financeiro considerável, especialmente após a implementação das três técnicas³⁰ na propriedade:

Eu acho que o que fizeram aqui foi bom, só que eu não tenho condições de tocar, porque tudo tem manutenção. [...] a situação atual que nós estamos vivendo, para a gente ter um sítio produzindo, ou com leite, ou com qualquer cultura, a gente tem que ter uma situação que possa investir. Vamos começar pela cerca elétrica, que foi o primeiro passo. A silvicultura, o SAF e até mesmo o curral que implantou, todas essas coisas precisam de manutenção e precisam de dinheiro para continuidade. (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, setembro de 2022).

Bougainville menciona ter optado por aderir ao PRP depois de ser abordada por uma técnica da Fundação Renova durante uma reunião na qual estava presente, realizada no município de Barra Longa (MG). Conta que sua motivação principal eram as tecnologias a serem implementadas em sua propriedade, por acreditar que “era uma coisa do outro mundo” e que poderiam contribuir para o aumento da sua renda. Principalmente pelo “comércio das frutas em Ponte Nova”, a partir da criação de feira/ou do fomento a elas, e pela intenção de composição de uma cooperativa envolvendo as demais agricultoras participantes. Ainda, conta que se sentia interessada em tornar sua propriedade um “lugar de visitaçã”, uma Unidade Demonstrativa, por gostar de receber/acolher e de cozinhar para pessoas, vendo essa possibilidade também como oportunidade de geração de renda extra.

³⁰ A saber: SAFs, manejo ecológico de pastagem e silvicultura de espécies nativas.

Partindo da hipótese de Wanderley (2001), que toma o espaço rural como *lugar de vida*, ou seja, um lugar onde se reside e onde se concebe o mundo, e levando em conta as narrativas dos agricultores e agricultoras (apresentadas anteriormente) sobre o impulso à geração de renda, questiono: se/ e de que forma as “inovações” e tecnologias propostas e implementadas como escopo do PRP contribuíram para as práticas socioprodutivas e para a reparação, considerando que não abordaram adequadamente o aspecto econômico, fundamental para o desenvolvimento (rural)?

Retomando aspectos trazidos por Jean Anil (2007), percebe-se que a adoção dos projetos de desenvolvimento da Fundação Renova, tal como o Projeto Renovando Paisagem, reproduz lógicas neoliberais de fomento ao modelo político econômico mineral brasileiro. Isso porque, ao desconsiderar alternativas de fomento, geração de renda e/ou diversificação econômica, esses projetos/instituições (re)afirmam a dependência mineral para o desenvolvimento (rural) local.

Ainda nessa perspectiva, Goldman (2001) argumenta sobre o *modelo dos comuns*³¹, enquanto metáfora do mundo *desenvolvido* que, por sua vez, se desdobra no fomento à atuação de profissionais de desenvolvimento e instituições enquanto mecanismo de controle social à exploração do ambiente. No caso em questão, a partir da implementação de projetos de desenvolvimento, como o Projeto Renovando Paisagem, a Fundação Renova parece não aprimorar as condições sociais das (agricultoras) atingidas, mas sim camuflar os danos decorrentes e em curso do desastre, a partir de pautas de preservação ambiental e desenvolvimento rural. Ou ainda, não questionar as práticas destrutivas e as políticas desenvolvimentistas aplicadas, como o neoextrativismo, como um modelo político e econômico no Brasil, mas sim aceitá-lo e legitimá-lo como parte integrante da dependência socioeconômica.

Ampliando a análise, o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova e suas implicações (o PRP), suscita uma reflexão sobre a sustentação do processo de reprimarização da economia (Gudynas, 2015) no alto rio Doce. Essa reflexão se

³¹ O autor utiliza o termo *comum* em referência aos “recursos naturais” de propriedade comum (Goldman, 2001).

estende às repercussões socioespaciais e ambientais nos modos de apropriação da natureza (Rojas; Pereira, 2018).

Portanto, pode-se inferir que uma das deficiências do PRP reside na sua implementação sem considerar ou propor estratégias para estimular a geração ou o fomento de renda, o que resulta na falta de autonomia para os agricultores e agricultoras. Em outras palavras, trata-se de um projeto que não assegura sua sustentabilidade após o término das atividades da Fundação Renova e suas agências.

Por outro prisma, as expectativas em relação ao PRP também permearam as representações sociais voltadas à preservação ambiental. Nessa perspectiva, Pau-terra relata que sua principal motivação para participar do projeto foi impulsionar ações ambientais, especialmente voltadas para a conservação da nascente, em sua propriedade. Ele recorda que os (ex)técnicos da Fundação Renova propuseram o cercamento e ele se sentiu entusiasmado com a perspectiva de instalar cercas de alta qualidade para manter a proteção das áreas em sua propriedade.

O relato de Pau-terra indica sua vocação às adaptações das práticas agrícolas ao contexto do *lugar*, considerando a proteção dos “recursos naturais” como imperativo de sustento de ambientes.

Desse modo, Pau-terra enfatizou sua dedicação à preservação ambiental, destacando que sua propriedade já demonstrava iniciativas e potencial para a restauração ambiental, como cercamentos, manutenção da vegetação nos topos dos morros e cuidados com a nascente. Ele descreveu que a Fundação Renova foi a “cereja do bolo”. Destacou acreditar que as ações desenvolvidas pela instituição voltadas à preservação, também no âmbito do PRP, foram voltadas ao incremento de sua própria imagem, e usou o termo “autopropaganda”, visto que foram divulgados os resultados obtidos em sua propriedade, como o aumento do fluxo de água da nascente, a partir de ações pontuais realizadas, como os cercamentos e a construção de barraginhas.

Infere-se, assim, que algumas técnicas apresentadas enquanto soluções “inovadoras” são, por vezes, práticas socioprodutivas já desenvolvidas histórica e culturalmente por agricultores e agricultoras (Ribeiro, 2008).

Nesse contexto, Antônio Bispo (2023, p. 27) explora as relações de poder e conhecimento presentes nas universidades, destacando que as (didas) práticas agroecológicas são derivadas dos saberes orgânicos praticados pelos povos afro confluente e os povos originários. Entretanto, há a transformação do saber em mercadoria, resultando em uma categorização desigual de sua relevância. Em suas palavras, “uma necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade”. Em análise, essa dinâmica resulta na marginalização dos saberes (e das práticas socioprodutivas) dos agricultores e agricultoras, criando uma dinâmica de hierarquia epistêmica que subalterniza esse grupo.

Mangabeira e Aroeira reforçam que aprenderam com o PRP, sobretudo com a absorção de conhecimentos e as trocas com outros agricultores e as agricultoras e (ex) técnicos da Fundação Renova. Nesse sentido, Mangabeira cita que “depois que cercou as nascentes, fizeram esses projetos e fizeram as barraginhas, a nossa lagoa está simplesmente do mesmo jeito, ela não esvaziou”.

Ao analisar esse aspecto do PRP, pondero sobre as narrativas (im)postas pelos(ex) técnicos da Fundação Renova em relação ao *legado* das ações de reparação, sobretudo a reparação ambiental, projetando para os agricultores e agricultoras a ideia de um futuro *aprimorado*. Como bem observado por Leeuwen (2021b), ao pautar a reparação a partir da ideia de *legado*, construindo narrativas sobre *melhoria da qualidade de vida, deixar a bacia melhor do que estava e/ou fazer mais e melhor* (dentre outras visões), a Fundação Renova, ou melhor, as técnicas atuantes, desconsideram ou invisibilizam a fundamentação principal de criação da instituição: a reparação a partir de um evento descrito, o rompimento da barragem da Vale/Samarco/BHP Billiton.

Essa vertente reflete uma visão de “salvamento”, comumente presente em projetos de desenvolvimento, enraizados na ciência cartesiana e no colonialismo, que percebem as comunidades como necessitadas. No contexto em questão, nota-se que diante da atuação voltada ao *legado*, os (ex)técnicos da Fundação Renova consideram a necessidade de “estruturar”, “orientar”, “organizar” os agricultores e as agricultoras e suas práticas socioprodutivas.

Em relação à participação e ao envolvimento dos agricultores e as agricultoras nas etapas de execução do Projeto Renovando Paisagem, houve unanimidade em dizer que havia consultas, trocas ou conversas a respeito dos locais de instalação e plantio das tecnologias, cercamentos, e construções de barraginhas. Desse modo, quando perguntei a Pau-terra se havia ambiência/espço para colocar suas opiniões, ele frisou que “quem conhece a propriedade é o dono. Às vezes o técnico vem e tem uma visão, mas o proprietário já tem a prática”, convidando-me a refletir sobre os *sujeitos-ativos* da reparação.

Conforme discorre Ribeiro (2008), a existência de sujeitos-ativos evidencia a capacidade de acesso ao poder e controle das pessoas aos processos, evitando ser o objeto da vontade de *outsiders*. Assim, a distribuição do poder nesse tipo de projeto depende dos processos de formação de rede implementados, bem como do *modus operandi* das instituições para planejar e implementar as ações.

Em contraponto, Mangabeira relata que apesar do envolvimento nas discussões do PRP, sentia-se inferiorizada em relação aos(ex)técnicos da Fundação Renova, mencionando que, por vezes, ao pautar suas percepções sobre alguma tecnologia, sentiu-se subjugada diante dos argumentos dos ‘especialistas’.

Observa-se a utilização de aparatos sociotécnicos como agentes que amplificam as discrepâncias no poder de fala e as assimetrias no contexto da *reparação*. Além disso, percebo que, na visão dessa agricultora, os (ex)técnicos da Fundação Renova agiam como especialistas em desenvolvimento (Goldman, 2001), demonstrando de maneira pragmática a imposição de suas práticas socioprodutivas

A partir da minha experiência, vivências e observações, em diferentes temporalidades do pós-desastre, noto que as narrativas adotadas pela Fundação Renova reproduzem paradigmas dos projetos de desenvolvimento, principalmente quando enfatizam as necessidades de adequação ambiental e das práticas socioprodutivas. Por sua vez, reforçam a posição de que os conhecimentos trazidos pelos técnicos atuantes, *saberes sintéticos*, sobrepõem os *saberes orgânicos* históricos e culturalmente praticados pelos agricultores e agricultoras. Ao que parece, na implementação do Projeto Renovando Paisagem há uma distinção entre os *saberes resolutivos*, isto é, o saber-fazer, “saberes que envolvem o ser” (Bispo, 2020,

p.23) e do *saber científico*, este apresentado como de maior prestígio e *status*, coproduzido por práticas sociais (Jasanoff, 2004³² *apud* Leeuven, 2021a).

De maneira geral, percebe-se a legitimação da narrativa desenvolvimentista do rural traçada por lógicas externas, que pressupõe a transferência de conhecimento aos agricultores e agricultoras, deslegitimando seus saberes. Digo em linhas gerais, visto que tive a chance de interagir com técnicas e técnicos da Fundação Renova que buscavam co-construir o conhecimento junto com as pessoas atingidas.

No que tange à avaliação do Projeto Renovando Paisagem, os agricultores e agricultoras demonstram frustrações similares em relação ao seu desenvolvimento, assumindo que houve pontos positivos. Mas, em suma, sentiram o projeto aquém de suas expectativas. Além disso, esperavam a continuidade das ações ou a manutenção das técnicas implementadas, algo que, até o momento, não ocorreu.

Nessa perspectiva, Bougainville menciona não acreditar que o projeto findou, inclusive, relatando que “não houve continuidade do que eles trataram, faltou muita coisa para eles estarem cuidando”. Em seu entendimento, a pandemia foi utilizada como pano de fundo para a descontinuidade das atividades, relatando que mesmo com a flexibilização, não houve retomada do projeto em sua propriedade:

Tem muita coisa: milho, quiabo, mandioca, banana, frutas como acerola, tem muito trem lá. Eles iam botar irrigação também, antes da pandemia, quando estava bombando, eles estavam dando curso, assistência. Depois que veio a pandemia, acabou tudo, acabou contato, ninguém veio mais, ficou abandonado. (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, setembro de 2022).

Ainda, Bougainville acredita que o PRP não cresceu nem alterou suas práticas socioprodutivas, mostrando-se indiferente à implantação do projeto e verbalizando que “à exceção da pitaya, tudo que eu colho, eu já tinha plantado. Não mudou nada, eu ia cuidando, continuei cuidando e continuarei cuidando”. Enfatiza que o projeto “encheu a linguiça, foi enchendo e foi esvaziando”, referindo-se, sobretudo, às expectativas criadas *versus* a realidade vivida e vivenciada.

Além disso, a agricultora diz que o plantio de mudas para incorporar seu quintal foi bem aceito, porém não vê relevância para sua reparação, indicando: “O projeto do

³² Jasanoff 2004 – JASANOFF, Sheila. States of knowledge: the co-production of science and technical order. New York: Routledge, 2004.

SAF é bom, mas só que..., né? Faltou muita coisa para seguir ele e pouco mudou o meu dia a dia” (Bougainville, agricultora do alto rio Doce, maio de 2022).

Assim, de acordo com Bougainville, o projeto não contribuiu para suas práticas socioprodutivas, visto que já possuía um quintal produtivo, com o plantio suficiente para seu consumo. Relata que “as coisas que plantaram, morreram tudo”, referindo-se à forma (sem estruturar uma irrigação) e à temporalidade (período de seca) em que houve o plantio de mudas do SAF em sua propriedade. Em sua avaliação, “faltou muito”, mencionando sua expectativa quanto à canalização da água para o cuidado com as mudas plantadas, à realização de plantio de espécies próximas ao rio e à retirada de parte da lama que foi depositada.

Mangabeira e Aroeira compartilham percepções similares ao expressar a crença de que o projeto ainda não foi finalizado. Eles apontam para a necessidade de ajustes, manutenção e a conclusão integral das atividades.

Pau-terra destaca a importância de um acompanhamento contínuo das ações ao longo de um período específico para garantir a manutenção das intervenções realizadas. Menciona: “ainda vejo como pouco as reparações ambientais realizadas... é muito pouco” (Pau-terra, agricultor do alto rio Doce, junho de 2022).

Em contrapartida, Pau-terra, Aroeira e Mangabeira observaram uma melhoria na qualidade do pasto em um curto prazo, resultado da implementação da técnica de manejo ecológico de pastagem. Relatam percepções de que “isso é a melhor coisa que tem para boi...O sistema é o melhor que tem” (Aroeira, agricultor do alto rio Doce, setembro de 2022) e “Eu já tinha alguns piquetes e eles ampliaram... a rotação de pastagem é uma coisa que ajuda a gente na produção” (Pau-terra, agricultor do alto rio Doce, junho de 2022).

Pau-terra destaca que esses piqueteamentos reforçaram suas práticas socioprodutivas, ressaltando, no entanto, que essa já era uma técnica habitual em suas atividades diárias. Conta que realizava rotação da pastagem, destacando sua experiência de participação no PRP como “interessante”, visto que pôde aprender a produzir, dar a manutenção nas cercas elétricas e estabelecer maiores quadrantes/piquetes em sua propriedade.

Para Aroeira, seu ganho foi aprender mais sobre o plantio SAFS, contando com animação sua pretensão: “a minha vontade era fazer esse terreno virar tudo agrofloresta.” (Aroeira, agricultor do alto rio Doce, setembro de 2022).

Dessa forma, percebe-se que a apropriação do conhecimento se dá menos como ferramenta e mais como um ambiente de constituição e soma de saberes orgânicos, de uma forma aplicada e ordenada. Essa dinâmica ressalta a perspectiva de Balée (1986³³ *apud* Diegues, 2000), em que, para além do manejo científico tradicional baseado em parâmetros acadêmicos e cartesianos, as práticas socioprodutivas envolvem interferência humana e manipulação consciente do ambiente. Isso inclui técnicas agrícolas, como o pousio, que contribuem para a diversidade de espécies e trazem benefícios ao solo, à água e à criação animal.

Por conseguinte, basear-se somente na crença na tecnociência para a *reparação* das propriedades atingidas, despreza os conhecimentos e saberes já praticados pelos agricultores e agricultoras em suas práticas socioprodutivas. Esses conhecimentos (co)constituíram as formas de vida e o *lugar* até o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton.

Como aspecto latente, Bougainville relata o não recebimento de indenização para ressarcimento dos danos causados, demonstrando não dissociar a reparação financeira dos demais projetos e programas da Fundação Renova: “a indenização está toda bagunçada e não é justo a gente receber o que eles estão pagando, porque nós fomos atingidos direto”.

De modo similar, Pau-terra apresenta um posicionamento claro na distinção de ações que considera como de *reparação* e ações que descreve como de *compensação*. Por exemplo, ao relatar as ações que a Fundação Renova desenvolveu em sua propriedade, por meio do Projeto Renovando Paisagem, categoriza-as como de *compensação*. Isso porque, são ações que contribuem para a recuperação ambiental da bacia do rio Doce, sobretudo pela preservação das nascentes que, em suas palavras: “vão levando outras formas de vida, despoluição e movimento para o rio Doce após o rompimento”.

³³ Balée 1986 – BALÉE, William - Relatório final: pesquisa etnobotânica entre quatro grupos Tupi - Guarani, 1984 - 1986. FUNAI/CNPq, 1986.

Pau-terra demonstra uma clara segmentação das ações e equipes da Fundação Renova. Quando eu trazia alguma questão em que ele encaixava como ação de *reparação*, ou eu utilizava o termo, havia alteração em suas expressões e no tom de voz, reforçando: “nesse ponto, sobre a reparação, eu não gosto nem de pensar... me causa uma revolta, uma raiva”:

Eu entendi, e sempre foi conversado sobre isso, que o que eles estavam fazendo na minha propriedade são compensações ambientais, ou seja, eles estão compensando um impacto ambiental. Outra coisa era a questão da minha indenização pelo meu ente querido que eu perdi, que foi meu rio. (Pau-terra, agricultor do alto rio Doce, junho de 2022).

Diante disso, observo que, para os agricultores e agricultoras, os resultados do projeto foram insignificantes em relação às expectativas, principalmente relacionadas à retomada da geração de renda a partir das suas propriedades e quanto aos sentidos de (in)justiça da *reparação*.

Assim, reflito: há possibilidade de distinção e separação dos resultados de um único projeto em relação às percepções da *reparação* como um todo? É possível analisar os desdobramentos do PRP sem considerar as demais ações e intervenções realizadas, sobretudo no âmbito da reparação financeira (indenização)?

O que observo é que tanto quem não esteve diretamente envolvido no projeto de *reparação* da Fundação Renova quanto os agricultores e agricultoras, enfrentam dificuldades para distinguir as ações realizadas nos programas ou nos projetos inseridos nesses programas. Essa foi uma constatação a partir do campo, evidenciando uma mistura entre as estruturas propostas. Dito de outra forma, a proposição cartesiana da Fundação pode ter funcionado para dentro, mas essa estrutura de governança não é orgânica entre o público externo, tampouco atende às expectativas da sensação de reparação. Esse aspecto será abordado com maior profundidade no capítulo a seguir, que trata especificamente das relações entre o Projeto Renovando Paisagem e a ideia de reparação, considerando as perspectivas tanto dos agricultores e agricultoras quanto dos (ex) técnicos da Fundação Renova.

5 O PROJETO RENOVANDO PAISAGEM E O(S) SENTIDO(S)/SENTIR(ES) DA REPARAÇÃO

Neste capítulo, procuro reunir e analisar as percepções e narrativas dos (ex)técnicos da Fundação Renova e dos agricultores e agricultoras atingidas do alto rio Doce – sujeitas desta pesquisa³⁴ – sobre os sentidos e sentires da reparação, e a partir da execução do referido projeto.

A *reparação* é um conceito-chave para esta pesquisa, visto que busquei investigar as nuances do processo de reparação no projeto de desenvolvimento da Fundação Renova, com ênfase no Projeto Renovando Paisagem (PRP). Autoras da Ecologia Política e da Sociologia Ambiental, como Acselrad (2018), Zhouri *et al.* (2018), Losekann (2018), Milanez (2021), Leeuwen (2021a; 2021b), Coutinho (2022), dentre outras, têm mobilizado esse conceito em discussões envolvendo o rompimento de barragens em Minas Gerais e as controvérsias da mineração.

Decorridos mais de sete anos desde o rompimento, os efeitos da lama ainda se desdobram sobre corpos-territórios. Como anteriormente mencionado e especialmente enfatizado no Capítulo 1, os efeitos do desastre, ainda em curso, persistem e impactam significativamente os modos de vida das populações ao longo da bacia do rio Doce. Estas repercussões geram alterações drásticas nas atividades econômicas, além de causar efeitos emocionais coletivos e subjetivos e interferir nas relações sociais pré-existentes (Losekann, 2018).

Os desastres envolvendo barragens em Minas Gerais³⁵ suscitaram expectativas de que o Estado pudesse rever a legislação ambiental e de segurança dessas estruturas. Esperava-se tornar este processo mais rigoroso e a fiscalização mais crítica, assertiva e efetiva. Entretanto, na prática, o que ocorreu foi a flexibilização dos processos de licenciamento ambiental e o contínuo sucateamento dos órgãos de acompanhamento e fiscalização, tanto nas esferas estaduais quanto nas municipais.

³⁴ Destaca-se que as interlocutoras da pesquisa são apresentadas e caracterizadas no subcapítulo 1.2 (PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA, p. 35-36).

³⁵ Refiro-me ao rompimento da barragem de Fundão (2015), em Mariana (MG), de responsabilidade das mineradoras Samarco Vale/BHP Billiton, contexto anteriormente apresentado neste estudo (cap. 1), e ao rompimento da barragem de Córrego do Feijão (2019), em Brumadinho, de responsabilidade da mineradora Vale.

A tendência é de que esse cenário seja impulsionado com a instalação e a operação de empreendimentos desenvolvimentistas, gerando riscos incalculáveis. Dito de outra forma, em detrimento da intensificação dos investimentos voltados à exportação mineral, tem-se o aumento dos conflitos ambientais (Zhour, 2014).

Nesse horizonte, ao contextualizar o cenário que permeia o desastre da Vale/Samarco/BHP Billiton – enfatizando-o como material e socialmente construído (Oliver-Smith, 1994³⁶ *apud* Zhour *et al.*, 2018) – e a reparação, conduzida pela Fundação Renova, faz-se necessário retomar a importância assumida pela atividade minerária e tecer reflexões sobre o modelo político e econômico brasileiro. Isso porque, contrapondo a visão tecnocrática dominante sobre os desastres como eventos isolados, a Ecologia Política e a Sociologia Ambiental os compreendem como manifestações de processos contínuos de degradação ambiental e marginalização de grupos sociais específicos. Esses eventos são intrinsecamente vinculados a estruturas econômicas que criam e ampliam as desigualdades (Milanez, 2021).

A observação do processo de reparação a partir dessa conjuntura culmina no convite aos (ex)técnicos da Fundação Renova para relacionarem as ações implementadas e os resultados do PRP ao desastre da Vale/Samarco/BHP Billiton. Mais especificamente, perguntei se acreditavam que o projeto teria contribuído com a reparação. Cabe destacar que a análise das emoções, dos sentires e sentidos, vai além do escopo das falas conscientes enquanto constructos do sujeito, isto é, as expressões corporais também importam (Scribano, 2013³⁷ *apud* Losekann, 2018).

Em resposta, os (ex)técnicos da Fundação Renova, Pau-santo e Embaúba, expressam percepções semelhantes, ainda que mobilizando diferentes sentires, emoções e ênfases em suas falas, conforme grifos destacados. Eles expressam a crença de que o PRP contribuiu, em algum grau, para a reparação ambiental. No entanto, destacam lacunas evidentes, particularmente relacionadas ao desenvolvimento econômico, enfatizando diferentes aspectos em suas falas:

³⁶ Oliver-Smith 1994 – OLIVER-SMITH, A. Reconstrucción después del desastre: una visión general de secuelas y problemas. In: LAVELL, A. (Ed.). Al norte del Río Grande. Cidade do Panamá: La Red, 1994. p. 25-40.

³⁷ Scribano 2013 – SCRIBANO, Adrián. 2013. “Expressive Creative Encounters: a strategy for sociological research of expressiveness”. Global Journal of Human-Social Science Research, v. 13, n. (5).

Contribuiu! Talvez não na escala que nós gostaríamos, mas que contribuiu, porque você está levando tecnologia, conhecimento, está levando o que não tinha, entendeu? Foi uma *grande oportunidade* para as pessoas aprenderem. Aí aquela história, o conhecimento chega, aprende quem está a fim, quem não quer aprender, não aprende. E quem tem atitude, consegue replicar, mas tem que querer, né? *O problema é a atitude*. Assim, quem observou e viu vantagens com certeza, ou é capaz, ou replicou. Mas assim, eu gostaria que atingisse mais pessoas [...], o projeto em si tem um poder de escala, é escalonável e nesse quesito ficou um pouco *aquém* daquilo que a gente desejava. (Pau-santo, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

[...] para as ações que a gente propôs no Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, eu *fiquei bem* satisfeito. Acho que poderia ter sido mais intenso, poderia ter feito com esse viés que a gente tentou adotar, de arriscar, de trazer proposta de implantação de campo e participação social mais efetiva. Eu sou *muito crítico* em relação à atuação da Renova como um todo. Eu vi que tinha muita carência, principalmente no fomento da atividade econômica, tinham programas de desenvolvimento econômico, mas acho que a gente deixou muito a desejar, não conseguimos expandir nosso trabalho para cooperativas de produção, *não conseguimos conectar* com feiras e com outros projetos econômicos, então isso foi uma carência e poderia ter alavancado muito mais o resultado. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Ao passo que Cedro problematiza a questão, pois reflete seus sentires para construir os sentidos a partir de diferentes prismas da reparação ambiental. Mais especificamente, dos desdobramentos da implantação de SAF no âmbito do PRP:

Você me pergunta, ajudou? Depende! Em que instância? Para o meio ambiente, tem mais árvores plantadas por causa do projeto? Com certeza! Tem mais carbono, biomassa, maior assimilação de carbono, sequestro de carbono nas áreas por causa do Renovando Paisagem na parte de SAF? Sim, com certeza! Quanto? Nesse sentido, super andou, 100% de sucesso. Agora em termos de responsabilidade com a família? O objetivo de renda do SAF, de melhoria de vida? Cadê? Não sei. (Cedro, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022).

Apenas Jacarandá-mimoso menciona sobre a impossibilidade de se alcançar uma reparação, apesar das ações realizadas no âmbito do PRP. Contudo, argumenta sobre a ideia de *legado* e “benefício” do desastre:

Tem coisa que é irreparável! [...] há de se considerar um território reativo em que a coisa está sendo proposta e não demandada. [...]Retomamos a margem do jeito que era, apesar de muito desse jeito que era, era extremamente degradado. Então para mim, só isso já é um grande benefício. (Jacarandá-mimoso, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

Isto posto, o processo de mobilização dos sentidos e sentires da reparação, conforme percebido pelos (ex)técnicos da Fundação Renova, não se restringe diretamente ao PRP como seu definidor. O ponto crucial reside nas experiências individuais de cada participante do projeto, em suas trajetórias pregressas e perspectivas, nas interações estabelecidas e na maneira como essas dinâmicas provocam e influenciam as emoções vivenciadas.

Em algumas das falas dos (ex)técnicos da Fundação Renova, percebe-se uma lacuna no reconhecimento dos agricultores e agricultoras como agentes ativos e protagonistas da reparação. Essa dinâmica sugere uma relação baseada na aplicação de normas que se apresentam como naturais - isto é, técnicas-científicas –em que os (ex)técnicos da Fundação Renova são vistos como detentores do conhecimento científico e tecnológico, enquanto as pessoas atingidas e/ou os agricultores e agricultoras são consideradas como dependentes ou meras beneficiárias.

Nota-se, principalmente para Pau-Santo, que o PRP, reproduzindo aspectos dos projetos de desenvolvimento, privilegia o individual em detrimento do coletivo. Em especial, ao afirmar que “o problema é a atitude”, referindo-se à apropriação dos conhecimentos que, em sua percepção, foi uma “grande oportunidade” e à contribuição do projeto à reparação do rio Doce. Além disso, destaca-se uma dimensão tecnocrática, em que a tecnologia é tida como capaz de sanar e solucionar todos os complexos e sistêmicos aspectos e danos do desastre. Ao passo que, os agricultores e agricultoras que discordam deste pensamento ou não o corroboram, são tidas como sem conhecimento ou sem compreensão do processo, a exemplo: “quem tem atitude, consegue replicar, mas tem que querer” (Pau-santo, ex-técnico da Fundação Renova, agosto de 2022).

É notável que para esse grupo, os sentires e sentidos da reparação estão conectados à ideia de “legado”, uma narrativa arraigada e reproduzida pelo corpo técnico da Fundação Renova. Como mencionado anteriormente, essa abordagem busca refletir diretrizes internacionais delineadas com o Marco de Sendai.

Ao enfatizar a ideia de ‘legado’, cria-se no imaginário coletivo a crença da realização de ações de impacto duradouro e positivo. Por sua vez, leva à implementação de projetos de desenvolvimento que não estão alinhados com as

necessidades reais das pessoas atingidas. Ainda mais, minha experiência de atuação ressaltou a presença frequente e institucionalizada do discurso de caridade e de prosperidade, refletindo o paradigma do humanismo ocidental (Almeida, 1997). Esse discurso idealiza a Fundação Renova como “entidade salvadora”, ao passo que retrata as pessoas atingidas como oportunistas no processo.

Nota-se que, embora agregando pessoas com questões similares, os projetos de desenvolvimento tendem a abordar os escopos como essencialmente singulares, desconsiderando o processo socioeconômico causador (Louis-Juste, 2007) das adversidades. Neste caso, desconectando as ações desenvolvidas para a “renovação das paisagens” do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.

Assim, fomenta-se a concepção das dicotomias espaço/tempo e sociedade/natureza, com a imposição da colonialidade do poder, da colonialidade do saber e da colonialidade do ser, oriundas do modelo de progresso europeu – expansionista, influente e destrutivo (Acosta, 2019, p. 55). Nessa perspectiva, o tempo é um impulsionador de mudanças rumo ao melhor, ao progresso e ao crescimento sem que se discutam os custos desse movimento (Almeida, 1997; 2016).

Na mesma ótica, a atuação da Fundação Renova reforça, tal como as mineradoras, estratégias de apropriação e controle dos “recursos naturais” e da “reparação”, mediante a consolidação de *territórios corporativos* (Silveira, 2007). Observa-se o uso da colonização discursiva na busca por reverter, nesse caso segregar, a reputação da mineração, passando a integrar no discurso visões imperativas de superioridade, tais como: “*Deixar melhor do que estava*”.

Assim, coloca-se em xeque o jogo político de interesses, no âmbito do paradigma da adequação ambiental, destinado a propiciar e fomentar o neoextrativismo e a reprimarização econômica, incorporando externalidades ambientais e sociais como forma de medidas mitigadoras, compensatórias e, nesse caso, reparatórias, desde que (obviamente) não inviabilize, do ponto de vista econômico, a maximização dos lucros das mineradoras.

Nessa perspectiva, leis e normas são frequentemente reinterpretadas ou readequadas de forma a não impossibilitar projetos de desenvolvimento que são anunciados como de interesse público. Desse modo, diante da crença na tecnologia

e da possibilidade de *conciliações* e *mitigações*, os acordos são (re)pactuados com intuito de atender ao modelo desenvolvimentista e aos interesses do mercado.

Nota-se o esvaziamento da crítica à noção do desenvolvimento, visto como sinônimo de crescimento econômico, vinculado a um conceito ocidental, racionalista e masculino em essência, que se atém à dominação da natureza (Acosta; Brand, 2018). Em detrimento a isso, há um apelo concernente aos discursos de/para a reparação e à retórica do desenvolvimento sustentável e/ou da sustentabilidade, termos apropriados para legitimar o contínuo extrativismo, ou neoextrativismo, como modelo de acumulação primário-exportadora, com saque aos recursos que corroboram o modelo posto do capitalismo moderno.

Em contraponto, nenhuma dos agricultores e as agricultoras acredita que o PRP contribuiu para os sentires e sentidos da reparação, conforme fala de Bougainville: “Até agora eles não repararam nada em mim ainda” (Bougainville, agricultora do alto rio Doce, maio de 2022). Logo, não cabe que esse antagonismo seja questionado? Nesse sentido, os agricultores e as agricultoras expõem:

Isso tudo que eles fizeram, foi bom? Foi. Várias ações que eles fizeram, a meu ver, se conseguissem fazer no planeta inteiro, seria ótimo. Quem sabe?! Se fizessem proteção de nascentes, o tanto de melhoria que viria para as águas dos rios, dos afluentes e do próprio Doce. Infelizmente é difícil, pois eu acho que tudo que eles fizeram ainda não consegue recuperar meu pai que eles tiraram, sabe? Eu não vejo isso, porque todo dia quando eu olho para o rio eu não consigo ver ali aquilo que eu via antes. Não tem como eu te explicar direito, mas é triste. Eu olho para o rio e não vejo a alegria que eu via antigamente. Eu pensava: vou lá no rio hoje, vou lá no rio pescar, vou lá no rio tirar um ouro, vou no rio nadar. (Pau-terra, agricultor do alto rio Doce, junho de 2022).

Eu acho que o PRP não chegou a finalizar, como por exemplo, eles falaram que iam colocar mais arame das cercas e não colocaram. São coisinhas que faltam, ajustes e o início das Unidades Demonstrativas. Talvez a gente ia se sentir, mesmo que um pouco, reparado, com a propriedade voltando a gerar renda. (Mangabeira, agricultora do alto rio Doce, setembro de 2022).

O agenciamento operado de forma sofisticada pela Fundação Renova, embasado em diretrizes enraizadas na confiança na ciência e na técnica (Leeuven, 2021b), revela que as possibilidades para (re)conceber e ressignificar o lugar a partir das práticas socioprodutivas não se limitam a aplicação das técnicas vigentes.

Sendo assim, conforme verbalizado pelos agricultores e agricultoras, os sentidos e sentires da reparação estão relacionados/vinculados às injustiças,

sobretudo pelo não recebimento de uma indenização que consideram justa e pela condução do processo que vem invalidando as práticas reproduzidas e as relações estabelecidas com o lugar.

A respeito disso, há um embate entre a objetificação das afetações e a subjetividade política das pessoas atingidas que, de modo compulsório, precisam resistir e disputar o controle do próprio destino. Além do deslocamento físico e material, às atingidas ainda é (im)posto o deslocamento sociocultural e ambiental (ZHOURI *et al.*, 2018).

Assim, a temporalidade dos *impactos* e a institucionalização da *participação e do controle social* culminam na gestão de danos e sofrimentos, transformando os sentires, os sentidos e as experiências das sujeitas em aspectos e indicadores observáveis e mensuráveis. Por sua vez, estão alocados em instrumentos padronizados e numéricos como “cadastros socioeconômicos” e “matriz de perdas e danos” (Zhourri, 2020). Esses instrumentos desconsideram aspectos fundamentais, como as redes de apoio, vizinhança, trabalho e parentesco preexistentes, as relações sociais e a significação do/com o lugar. Contudo, reforçam o controle da empresa Samarco e suas mantenedoras (Vale/BHP Billiton) e as incongruências do processo conduzido pela Fundação Renova (Zhourri *et al.*, 2018).

A reparação, enfim, desvela-se no pagamento de indenizações financeiras, para as pessoas atingidas *elegíveis*, como forma de compensação das *perdas* e dos *transtornos* materiais e imateriais decorrentes do desastre. Ao fim e ao cabo, os sentidos e sentires da reparação perpassam a sensação de parcialidade e assimetrias de poder a partir das intervenções das mineradoras e expõe as limitações das restituições materiais ou da reposição de renda para a sensação de justiça, conforme falas e percepções das interlocutoras exemplificadas abaixo:

A indenização, toda essa loucura que vai ter sempre injustiça e justiça, mas acho que teve, ao final das contas, uma abrangência grande, mas enfim, eu precisaria ter mais proximidade para entender o contexto de cada programa. (Embaúba, ex-técnico da Fundação Renova, setembro de 2022)

Indenização que está toda bagunçada, que não é justo a gente receber o que eles estão pagando. (Bougainville, agricultora do alto rio Doce, maio de 2022).

Diante do exposto, reflito sobre a fragilidade da reparação, que passa a ser pautada como um espaço de/para construção de consensos entre distintos atores e

grupos sociais envolvidos. Nota-se, entretanto, que a ideia de congruência e/ou harmonia para a mercantilização da (ideia de) natureza e da privatização dos bens comuns não é específica desta concessão, mas situa o debate em nível mundial, tendendo a negligenciar as relações de poder que sublinham os conflitos em torno da significação e da apropriação do ambiente.

Entende-se, portanto, que não é suficiente caracterizar as lógicas agrícolas e de produção e reprodução social pelo viés econômico, sociotécnico ou socioambiental para entender como essas sujeitas definem e modificam suas práticas socioprodutivas e representações implicadas, logo torna-se relevante a análise das inter-relações com o contexto cosmológico e as limitações impostas, dado o pré-existir e o rompimento.

Ademais, depreende-se que o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton, e o processo de reparação (ambiental) conduzido pela Fundação Renova, transformou o *lugar* em um *não-lugar* (Diegues, 2000), ao impor restrições de acesso ao rio Doce e as práticas socioprodutivas dos agricultores e as agricultoras atingidas.

Ao longo deste capítulo, busquei investigar as afetações, os sentidos e sentires da reparação ambiental, conduzida pela Fundação Renova, principalmente no âmbito do desenvolvimento do PRP para as interlocutoras da pesquisa, ou seja, (ex)técnicos da Fundação Renova vinculadas ao referido projeto e agricultores e agricultoras do alto rio Doce. Percebe-se um antagonismo entre as visões e os sentires dessas sujeitas, que possuem diferentes narrativas e/ou percepções sobre a reparação. Para o corpo técnico da instituição, ainda que com lacunas e com menor abrangência de execução do que fora planejado, o projeto conseguiu “reparar”, ou ainda compensar, de alguma forma, os danos/impactos do desastre da Vale/Samarco/BHP Billiton. Contudo, sob o prisma dos agricultores e as agricultoras, tanto o PRP quanto às ações de reparação ambiental do projeto de desenvolvimento da Fundação Renova fomenta conflitos e sentimentos de injustiças às atingidas, invisibilizando as relações e as práticas socioprodutivas (preestabelecidas) com o lugar.

Sendo assim, sugere-se que a controvérsia da mineração é reconfigurada sob a luz da reparação (ambiental) com a perpetuação das injustiças ambientais, violências, espoliações e a produção de desastres permanentes e persistentes.

Nessa perspectiva, indago: as práticas desenvolvimentistas implicam o desenvolvimento? Se nos ativermos à noção estabelecida de desenvolvimento, centrada numa visão linear de um objetivo único e universal, poderíamos afirmar que sim. Isso porque, sob a lógica desenvolvimentista, interessa menos os resultados atingidos, e ainda menos o envolvimento das pessoas atingidas. O cerne reside na operacionalização dos processos de distribuição de recursos. Essas práticas são percebidas como estratégias de poder que perpetuam a apresentação de indicadores numéricos como prova da qualidade de vida e bem-estar social. Importa demonstrar numericamente o crescimento econômico e os dispêndios destinados à reparação.

Por outro viés, sob as perspectivas do pós-desenvolvimento, argumenta-se que as práticas desenvolvimentistas não implicam o desenvolvimento. Essa corrente propõe abandonar a premissa de um modelo único de (des)envolvimento em prol de abordagens diversificadas e contextualizadas, levando em conta as singularidades de cada localidade. No entanto, como evidenciado ao longo deste estudo, a reparação conduzida pela Fundação Renova vem desvalorizando práticas socioprodutivas, saberes orgânicos e estruturas de organização social.

6 CONCLUSÕES

Enfim, o percurso da pesquisa me trouxe até aqui. E como concluir? Em retrospectiva, ao ponderar sobre as motivações iniciais, as projeções e expectativas que culminaram as decisões e delimitações deste estudo, e ao considerar os sentires, afetações e atravessamentos durante meu percurso no mestrado em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação da UFRGS, reconheço os aprendizados. Assumindo isso e considerando que a escrita perpassa as elaborações (e transformações) entre o eu pesquisadora do ponto de partida e a pesquisadora que escreve, no aqui e agora, escrevo esse último capítulo da dissertação (re)apresentando os objetivos, recapitulando as questões centrais, as principais ideias e os resultados obtidos.

Ao longo deste estudo, busquei tecer um fio condutor partindo de uma macro visão do contexto político e econômico que impulsiona o neoextrativismo como modelo de desenvolvimento nos países do sul global, especialmente na América Latina. Esse percurso inclui a flexibilização das leis e regulamentações no Brasil e a intensificação da exploração da natureza, resultando nos desastres ambientais, como o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (MG). Procurei refletir sobre as implicações desse desastre, do projeto de desenvolvimento da Fundação Renova, focando no Projeto Renovando Paisagem. Por fim, analisei as motivações dos (ex)técnicos da Fundação Renova quanto à implementação do referido projeto e com relação aos seus desdobramentos. Em outro prisma, na perspectiva dos agricultores e das agricultoras atingidas no alto rio Doce, investiguei as implicações para as práticas socioprodutivas e a (res)significação do lugar.

Isso posto, considerando as questões que nortearam esta pesquisa³⁸, o objetivo central foi investigar de que modo o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova relaciona-se com a (res)significação do lugar para os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce.

³⁸ A saber: a) como as ações e afetações do processo de reparação implicam nas práticas socioprodutivas dos agricultores e das agricultoras? e b) quais são as motivações e para quem ou para o quê se destinam os projetos de desenvolvimento da Fundação Renova?

Para buscar respostas, no primeiro capítulo, contextualizei o neoextrativismo e foquei o recorte de pesquisa no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton e na Fundação Renova, instituição condutora do processo de reparação. O recorte de pesquisa foi o alto rio Doce e a implantação do Projeto Renovando Paisagem, ressaltando as motivações dessas escolhas. Nessa perspectiva, foi necessário percorrer um caminho metodológico de pesquisa, de modo que fosse possível o diálogo com dois grupos: os (ex)técnicos da Fundação Renova e os agricultores e as agricultoras atingidas do alto rio Doce. Para tal, realizei imersões e observações em campo e entrevistas semiestruturadas, tendo como aporte principal meu diário de campo, em que pude registrar e elaborar pensamentos, sentimentos e afetações da vivência no empírico.

Diante de tal panorama, no segundo capítulo, discorri sobre o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova, argumentando e justificando esse enquadramento – visto que a instituição se constitui/constituiu com narrativas centrais voltadas à ideia de desenvolvimentismo e postuladas na construção de um “legado” – e discutindo as controvérsias desse posicionamento para o processo de reparação. Apresentei informações sobre o escopo, a aplicação e as implicações do Projeto Renovando Paisagem, levantadas a partir dos diálogos e das perspectivas dos (ex)técnicos da Fundação Renova. Do mesmo modo, analisei os resultados e desdobramentos para a reparação, as práticas socioprodutivas e a (res)significação do lugar para os agricultores e as agricultoras do alto rio Doce. Em linhas gerais, foi possível identificar que os (ex)técnicos da Fundação Renova apontam limitações institucionais para o desenvolvimento do projeto conforme o planejado. Diante da sua implantação, constatei que as ações desenvolvidas fomentam demandas por tecnologias e criam carências aos modos de produção dos agricultores e agricultoras atingidas. Ainda, nas narrativas dos (ex)técnicos foi possível notar forte crença na ciência e na tecnologia, em uma perspectiva colonialista de execução dos projetos, em que as ações são desenvolvidas “de cima para baixo”, desconsiderando as aptidões dos agricultores e agricultoras. Na percepção desses interlocutores, o projeto teve resultados pontuais e divergentes das expectativas iniciais. No entanto, chama a atenção que, mesmo com indicações de lacunas e/ou falhas no Projeto Renovando Paisagem, todos os (ex)técnicos institucionais avaliam como positiva/proveitosa a experiência de atuação para a Fundação Renova na execução desse projeto.

Em contrapartida, no terceiro capítulo, escrevi a partir da perspectiva dos agricultores e agricultoras do alto rio Doce. Inicialmente, abordei as relações dessas sujeitas com o lugar e as (res)significações diante do desastre, retomando as memórias afetivas de pré e pós rompimento. De modo unânime, percebi que não havia distinção entre as ações de reparação/compensação da Fundação Renova e o escopo do Projeto Renovando Paisagem. Esse grupo acredita que as ações implementadas não implicaram ou alteraram suas práticas socioprodutivas nem contribuíram para a reparação do desastre da Samarco/Vale/BPH Billiton.

No quarto capítulo, busquei responder como o rompimento da barragem da Samarco/Vale/HPH Billiton e o modelo político econômico de extração mineral, relacionam-se com a transformação e a (res)significação do lugar. Para isso, retomei a relevância da atividade minerária no contexto brasileiro, sobretudo em Minas Gerais, e argumentei sobre a associação das ações de reparação da Fundação Renova aos “projetos de desenvolvimento”, implementados e conduzidos pelas mineradoras. Desse modo, investiguei os sentidos e sentires do processo de reparação para os interlocutores da pesquisa. De modo antagônico, os (ex)técnicos da Fundação Renova acreditam que as ações contribuíram/contribuem para a sensação de cessar os danos, apresentando, por vezes, uma perspectiva tecnocrática associada aos resultados do projeto. Ao passo que, os agricultores e agricultoras destoam da visão cartesiana praticada pela Fundação Renova e entendem o desastre enquanto processos em curso, com danos irreparáveis e relacionais. Em outras palavras, a percepção é de que as medidas de reparação são vistas como distintas das ações indenizatórias, evidenciando que esses projetos são considerados inadequados e não contribuem efetivamente para a sua reparação.

De tal modo, ao longo desta pesquisa, foi possível compreender que o projeto de desenvolvimento da Fundação Renova, bem como os programas/projetos executados, incluindo o Projeto Renovando Paisagem, perpetuam o *modus operandi* das mineradoras. Isso porque desenvolvem projetos que desconsideram as perspectivas locais e fomentam a sensação de injustiça, principalmente por sua atuação pontual, cartesiana e destoante com cada agricultor e agricultora. Ainda, ao que parece, há um posicionamento institucional voltado à visibilidade para as ações executadas, como uma espécie de *greenwashing*, em que as empresas causadoras

de desastres, e suas mantenedoras, optam por fazer propagandas “verdes” de si mesmas. Para isso, fomentam o uso de narrativas voltadas à “sustentabilidade” e ao “legado ambiental”, contribuindo para a associação da imagem às questões de sustentabilidade e preocupações com o ambiente, mas que pouco reverberam para o desenvolvimento (e todos os seus adjetivos) rural, local, territorial.

Julgo essa pesquisa pertinente ao contribuir para a avaliação dos projetos e programas de reparação conduzidos pela Fundação Renova, ao mesmo tempo em que amplifica as vozes e perspectivas dos agricultores e agricultoras e dos (ex)técnicos sobre a implementação e execução dessas ações. Ademais, ao focar em um projeto específico, permite destacar tanto as fragilidades quanto as potencialidades na realização de projetos de desenvolvimento, evidenciando discrepâncias entre perspectivas que negligenciam a participação social das comunidades locais. Em um aspecto mais amplo, este estudo pode embasar discussões sobre os impactos contínuos dos desastres ambientais resultantes de rompimentos de barragens, assim como a efetividade dos processos de reparação.

Ao finalizar a escrita desta dissertação e atentando às lacunas, acredito que há potência ao deixar fios soltos. A iniciar, dado o contexto em que a pesquisa foi realizada, na pandemia da Covid-19, houve a necessária restrição do número de interlocutores da pesquisa, especialmente dos agricultores e agricultoras atingidas, não sendo possível o diálogo com aquelas que não participaram do Projeto Renovando Paisagem. Ainda, não foi possível o aprofundamento das discussões sobre as ações de reparação financeira (indenizatórias), mesmo que amplamente enfatizado pelos agricultores e as agricultoras enquanto fomentadoras das sensações de injustiça do processo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Contexto e histórico comuns e divergentes. *In*: IBID, **Pós-extrativismo e decrescimento**: Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- ACSELRAD, Henri. **Mariana, novembro de 2015**: a genealogia política de um desastre. Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial Guana, 2018. p. 155 -175.
- ACSELRAD, Henri; ZHOURI, Andréa. A Insustentável Leveza da política ambiental. *In*: Zhouri, Andréa., Laschefski, Klemens., Pereira, Doralice(orgs). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1a ed., 1997, p. 33-55.
- ALMEIDA, Jalcione. **Por um outro olhar sobre o desenvolvimento rural**. Anais do Workshop Internacional Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil e em Moçambique, Maputo, PGDR -UEM, agosto de 2006.
- ALMEIDA, Jalcione. O “ambiente” como “território em disputa”. *In*: CANTO, Otávio do. **Mineração na Amazônia**: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016. p. 29-38. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/16>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- AMORIM, Maria Aparecida Blaz. Vasques. História, memória, identidade e História Oral. Jus humanum. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul**, São Paulo/SP, v. 1, n. 2, jan./jun. 2012.
- ANA, **Análise Preliminar Sobre a Qualidade d'Água e Seus Reflexos Sobre os Usos da Água**. Próton Doc. 139/2016, 2016.
- ARRUDA, Luciano de Souza. **Sistemas agroflorestais como estratégia de restauração e recuperação de áreas degradadas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Pós-graduação em Recuperação de Áreas Degradadas, 2016. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/teses/lucianodesouzaarrudamonografia.pdf>. Acesso em 5 nov. 2021.
- BARBOSA, Rômulo Soares; FLEURY, Lorena Cândido. Apresentação *In*: Dossiê conflitos ambientais. **Argumentos**, Montes Claros/ MG, v. 17, n. 1, p. 4-7, jan./jun. 2020.

BELLO, Ângela Ales. **Introdução à fenomenologia**. Caxias do Sul: Editora Edusc, 2006.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora. PISEAGRAMA, 2023. 112 pg.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Início, meio, início. *In*: BISPO, Antônio *et al.* **Quatro cantos**. v.1. São Paulo: N-1 edições, 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. O encontro de Ailton Krenak, Conceição Evaristo e Nêgo Bispo Aldeia, Favela e Quilombo por Patrícia Elaine Pereira dos Santos e Jorge Luiz Barbosa. *In*: **Mestre das periferias**: o encontro de Ailton Krenak, Conceição Evaristo, Nêgo Bispo e Marielle Franco (*in memoriam*)/Jaílson de Souza e Silva... [*et al.*]. 1ªed. Rio de Janeiro: EDUNI periferias, 2020.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, n.19, p. 20-28, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, v. 116, 1996.

BRAGA, Michelle Cristina dos Reis. **Mudanças de política ambiental motivadas por catástrofes**: lições dos rompimentos de duas barragens de rejeitos no Brasil. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Núcleo de Pesquisas e Pós-Graduação em Recursos Hídricos, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas, Departamento Nacional de Produção Mineral, Fundação Nacional do Índio, BHP Billiton Brasil Ltda. (2016). **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Brasília.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. **Momento de paro Tiempo de Rebelión**, v. 116, 2010.

CÁRITAS, **Atraso na reparação do direito à moradia**. Mariana: Coordenação Colegiada da Cáritas Brasileira MG, 2021. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2022/7wPU7OZp392miwPJd536.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. 479 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.

CARVALHO, Natan Ferreira; ALMEIDA, Jalcione. Sentidos de justiça e mediação de conflito ambiental: o caso do rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG, Brasil. **Brazilian Applied Science Review**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 982-998, 2018.

CARVALHO, Natan Ferreira. **A mediação na reparação de danos provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão aos fiscoadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce/MG**. 2019. 198 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CHIZENGA, Anselmo Panse; BLANCO, Gabriela; ALMEIDA, Jalcione. A categoria de lugar e sua relevância para as ciências sociais: uma reflexão a partir de conflitos ambientais em Moatize (Moçambique) e Araxá (Brasil). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre/RS, v. 28, p. 359-395, 2022.

COELHO, André. **Alterações Hidrogeomorfológicas no Médio-Baixo Rio Doce/ES**. 2007. (Tese - Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

COMITÊ INTERFEDERATIVO. **Relatório Mensal de Atividades do Conselho Interfederativo**, Mariana, 2019. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=11021&infra_hash=95c8fa8304bce85a7649ecd948c2fa27. Acesso em: 07 jul. 2020.

COUTINHO, Elenice Aparecida. **A produção de desastres da mineração em Minas Gerais: a barragem de Fundão e a contaminação de paisagens**. 2022. 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2022.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org.). 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Conhecimento e manejo tradicionais; ciência e biodiversidade**. Artigo do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), 2000. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cienciabio.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

EMBRAPA. **Unidade técnica demonstrativa – UTD Manual de implementação**, 2011. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1354377/1849649/Planejamento_UTD.pdf/. Acesso em: 30 abr. 2022.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. *In*: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-**

americanas. Buenos Aires, p. 133-168, 2005. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/escobar-natureza>. Acesso em: 27 de jan. 2022.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, v. 4, 2014.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; NODARI, Eunice Sueli; SANTOS, Mauro Augusto dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira de História**, São Paulo/SP, v. 39, p. 141-162, 2019.

EVANGELISTA, Ana Carolina. **Sobre a produção do carvão vegetal, as histórias e as estórias de usos da mata atlântica: caminhos da conservação em André do Mato Dentro, Santa Bárbara, M.G.** Graduação em Ciências Biológicas (monografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

FEAM, **Inventário Estadual de Barragens do Estado de Minas Gerais: Ano de 2015**. Belo Horizonte/MG, 54 p. 2016.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre/RS, v. 16, n. 35, jan-abr 2014, p. 34-82. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Reparação Individual nos Territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó**: Uma Análise do Desenho, Procedimentos e da Cobertura do Cadastro, do Programa de Indenização Mediada e do Auxílio Financeiro Emergencial da Fundação Renova / Fundação Getúlio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Capacitação agricultores**. Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/capacitacao-orienta-produtores-e-ensina-a-pratica-de-manejo-ecologico-de-pastagens/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Uso Sustentável da Terra**. Mariana, 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/fazendas-modelo-sao-referencia-para-retomada-das-atividades-produtivas-de-propriedades-rurais-atingidas/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Restauração**. Mariana, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/galeria/restauracao-de-77-mil-hectares-podera-adicionar-mais-de-r-23-milhoes-por-ano-no-alto-rio-doce/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Quem somos**: a Fundação. Mariana, 2023a. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Objetivos do Programa**: Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias. Mariana, 2023b. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/programa/retomada-das-atividades-agropecuarias/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Conheça os Programas**: Abrangência dos Programas. Mariana, 2023c. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>. Acesso em: 24 dez. 2023.

GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Napaub-USP, 2001. p. 43-78.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis; PINTO, Raquel Giffoni; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Conflitos ambientais e pilhagem dos territórios na Bacia do Rio Doce**. Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial iGuana, 2016. p. 139-182.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis; MILANEZ, Bruno. Extrativismo mineral, conflitos e resistências no Sul Global. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá/GO, v. 8, n. 2, p. 06-33, 2019.

GUDYNAS, Eduardo *et al.* Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. **Extractivismo, política y sociedad**, v. 187, p. 187-225, 2009.

GUDYNAS, Eduardo *et al.* **Extractivismos**: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

GUDYNAS, Eduardo *et al.* **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a des/territorialização. SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparita, v. 3, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS, v. 29, n. 1, 2003.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, Uberlândia/MG, v. 3, p. 77-85, 1997.

HORA, Aline; DIAS, Carlos Alberto; GUEDES, Gilvan; COSTA, Alexandre; FERRARI JR, Marle. Da exploração econômica da bacia hidrográfica do Rio Doce ao atual processo de degradação de seus recursos naturais. **Território, mobilidade populacional e ambiente**, p. 201–234, 2012.

IBAMA, Laudo Técnico Preliminar: **Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. 2015. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2020.

IBIO, **Diagnóstico consolidado da bacia do rio Doce**, 2005. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2015/02/diagnostico.pdf>. Acesso em: 10. nov. 2022.

IBGE, **Censo Brasileiro de 2010**.

IORIO, Gustavo; MAGNO, Lucas. Os territórios corporativos da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá/GO, v.8, n. 2, p.34-59, 2019.

JACOBI, Pedro; SINISGALLI, Paulo. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

LARROSA, Jorge. Tremores. **Escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LEEUVEN, Leonardo. Imaginários sociotécnicos e reparação ambiental: as medidas reparatórias da barragem de Fundão em Mariana/Minas Gerais (Brasil). *In*: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; FONSECA, Francisca. **Temas intangibles sobre el medio ambiente en América Latina**. Lima-Perú: Asociación Latino-Americana de Sociología Perú, 2021a. p. 309-321.

LEEUVEN, Leonardo. "**Redesenhando margens para que a água limpa comece a chegar**": imaginários sociotécnicos e o processo de reparação ambiental da bacia do rio Doce. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021b.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande/MS, ano 2, n.3, p. 33-52, 2002.

LOSEKANN, Cristiana. "Não foi acidente!" O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. *In*: ZHOURI, Andréa (org.) **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá, PARÁ: **Editorial iGuana**, p. 65-110, 2018.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre/RS, v. 12, n.25, p. 31-64, jan. /jun., 2006.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e projeto de livre individualidade crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti**. 2007. 354 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. 2007.

MAB, **Violação dos Direitos Humanos na construção de barragens**. Relatório da Comissão Especial "Atingidos por Barragens", do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. São Paulo: Movimento dos Atingidos por Barragem, 2011. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_bibliotec

a/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Violacao-dos-Direitos-Humanos-na-construcao-de-barragens.pdf. Acesso em 10 out. 2022.

MANSUR, Máira Sertã *et al.* Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. *In:* Marcio Zonta e Charles Trocate (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**, iGuana, 2016. 237p.

MPF. **Caso Samarco**: Relatórios Ramboll. Brasília/DF, 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/pr-mg-00009481_2021.pdf/view. Acesso em: 06 fev. 2023

MARGULIS, Sergio.; DUBEUX, Carolina Burle Schmidt. (coords.). **Economia da mudança do clima no Brasil**: custos e oportunidades. São Paulo/SP: IBEP Gráfica, 2010. 81 p.

MATOS, Júlia; SENNA, Adriana. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n.1, p. 95-108, 2011.

MELENDI, Lucila; LOPO, Rafael Martins. A Fundação Renova como forma corporativa: Estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, Mariana (MG). **Ambientes**, Revista de Geografia e Ecologia Política. v.3, n. 2, p. 206-250, 2021

MIGUEL, Lovois *et al.* Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. *In:* Lovois de Andrade Miguel (org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. 2ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2018. 210 p.

MILANEZ, Bruno. Desastres ambientais: uma breve discussão a partir da Ecologia Política. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, Juiz de Fora/MG, 5(3), 1-8.2021

MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; PINTO, Raquel Giffoni. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, São Paulo/SP, v. 35, p. e00051219, 2019.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Considerações finais: Desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro. *In:* Bruno Milanez e Cristiana Losekann. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. **Relatório**: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. Belo Horizonte: Sedru, 2016. Disponível em: [relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf](#). Acesso em: 10 out. 2020.

MURTA, Ivana Benevides. **A gente é dono e não é**: representações sociais em torno da atividade turística e do processo de patrimonialização em São Bartolomeu. Graduação (monografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

NUNES, Sued. Povoada. *In*:NUNES, Sued. **Travessia**. Muritiba: Mugunzá Records, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c>. Acesso em: 20 out. 2022.

OCA. **O que é a OCA**. Viçosa, 2023. Disponível em: <https://ocaagroecologia.org.br/o-que-e-a-oca/>. Acesso em: 24 dez. 2023.

OLIVEIRA, Raquel. A Lama e Suas Marcas: neoextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre. **Perfiles Económicos**, Región de Valparaíso, Chile, n. 5, p. 77-103, jul. 2018.

OLIVEIRA, Raquel; LIMA, Maryellen. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E202201, 202201pt, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. 2010. p. 637-637.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, 2008.

RODRIGUES, Maria Sueli. Somos religião e subjetividade. *In*: BISPO, Antônio *et al.* **Quatro cantos**. v.1. São Paulo: N-1 edições, 2022.

ROCHA, Carla Giovana Souza. **Reprodução social e práticas socioprodutivas de agricultores familiares na microrregião de Altamira, Pará, Brasil**. 2013. 202 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz; PEREIRA, Doralice Barros. As veias continuam abertas: o rompimento da barragem de Fundão/MG e o modus operandi da Samarco (Vale/BHP Billiton). **Lutas Sociais**, São Paulo/SP, v. 22, n. 41, p. 223-236, 2018.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luis/MA, v. 10, n. 19, 2013.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. A construção do desastre e a “privatização” da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio Doce. *In*: Andréa Zhouri (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial Guana, p. 111-154, 2018.

SACHS, Wolfgang. Introdução. *In*: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, p.11-17, 2000.

SACHS, Wolfgang. Apresentação: o dicionário do desenvolvimento revisitado. *In*: KOTHARI, Ashish *et al.*(org.). **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, p. 17-26, 2021.

SCHMITT, Claudia. **Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável**: uma abordagem preliminar. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.

SEDRU, Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG, 2016). Disponível em: [http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03\)02_2016_15h5min.pdf](http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03)02_2016_15h5min.pdf). Acesso em: 10. out. 2021.

SILVA, Anderson; CALAÇA, Manoel; MACHADO, Luiza. Compreendendo a relação entre a questão agrária e o movimento de reprimarização da economia no contexto dos Brics. *In*: SAUER, Sérgio. (org.) **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global**. São Paulo: Outras expressões. 2019.

SILVA, Jessica. **“Estamos vivendo a vida das empresas”**: um estudo sobre as estratégias corporativas mobilizadas pela Fundação Renova em Mariana, MG, Brasil. 2023. 155 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território). Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da Universidade Federal de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros, 2023.

SILVA, Olintho Pereira. A Mineração em Minas Gerais: Passado, Presente e Futuro. **Geonomos**, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 1, p. 77-86, 1995.

SILVEIRA, María Laura. **Los territorios corporativos de la globalización**. Geograficando, v.3, n. 3, p.13-26, 2007.

SILVA, Telma Carvalho (2004). “Desastre como Processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia”. LEINBING, Annette (org.) **Tecnologias do Corpo**: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora.

SHIVA, Vandana. Biodiversidade: perspectiva do 3o mundo. *In*:SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. Ed. Gaia, 2003.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración em America Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Argentina, n. 244, mar-abr 2013.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Cidade do México/México: CALAS, 2019.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983. p. 01-22.

UNDRR, Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Geneva, 2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

VALENCIO, Norma. Desastres, tecnicismos e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, Rio de Janeiro/RJ, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos em Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro/RJ, v. 8, n. 2, p. 87-144, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande/PB, v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. **Ruris**, Campinas/SP, v. 4, n. 1, 2010.

WRI. **Renovando Paisagem: Programa de Florestas**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/projetos/renovando-paisagem>. Acesso em: 24 dez. 2023.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008.

ZHOURI, Andréa *et al.* **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. Mariana/Artigos. 2016. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/09/v68n3a12.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre no Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. *In*: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá, PARÁ: Editorial iGuana, p. 28-64, 2018.

ZHOURI, Andréa. Mapeando Desigualdades Ambientais: Mineração e desregulação ambiental. *In*: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Editora UFMG, p.111-14, 2014.

ZHOURI, Andréa; ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Representar territórios e desfigurar conflitos ambientais: o discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade. **Novos Cadernos NAEA**, Belém/PA, v. 14, n. 2, p. 117-140, dez., 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

(Ex)técnicos da Fundação Renova

1. Me conte um pouco sobre sua trajetória, enfatizando suas experiências e como você chega para atuar na/para a Fundação Renova?
2. Como se deu a sua inserção no Projeto Renovando Paisagem?
3. E sobre o escopo do Projeto, quais eram suas motivações, compreensão sobre os objetivos, metodologias, abrangência e indicadores? Como as instituições e atores foram envolvidos?
4. Como ocorreu a apresentação e divulgação do Projeto para os agricultores e as agricultoras? Como foi a receptividade das pessoas? Houve alteração dessa receptividade durante o desenvolvimento do Projeto?
5. Como as participantes foram selecionadas? E as técnicas implementadas? Havia critérios para seleção dos agricultores e das agricultoras? Se sim, quais eram?
6. Houve alteração do escopo e/ou agricultoras aderentes/envolvidas durante o desenvolvimento do Projeto?
7. Quais resultados eram esperados? Eles foram alcançados? De quais formas?
8. Você avalia que o Projeto promoveu mudanças nas práticas socioprodutivas das participantes? De quais formas?
9. Você avalia que o Projeto contribuiu para a reparação do alto rio Doce? De quais formas?
10. O que você mudaria no Projeto? O que você acha que faltou? O que você acha que não precisava ter tido? O que poderia ter sido melhor?
11. Como você descreveria a experiência de atuação nesse projeto de reparação?

Agricultores e Agricultoras do alto rio Doce

1. Como era a dinâmica do seu dia a dia e suas práticas agrícolas (cultivos, áreas de plantio, ferramentas, técnicas, saberes, aparência do plantio, solo, disponibilidade de água, sentimento de realização, saúde física e mental, bem-estar, relação com a comunidade/vizinhança) antes do rompimento da barragem da Samarco?
2. E atualmente, como é a dinâmica do seu dia a dia e suas práticas agrícolas?
3. De qual/is forma(s) o rompimento da barragem da Samarco implicou/modificou suas práticas agrícolas e sua dinâmica no dia a dia?
4. Como foi sua aproximação com o Projeto Renovando Paisagem, os primeiros contatos, suas impressões iniciais? O que te levou a aderir/participar do Projeto?
5. Como foi o processo de implantação do Projeto em sua propriedade (sujeitos, instituições, diálogos, trocas de informações)? Você considera que esse processo foi finalizado? Por quê?
6. Qual a sua avaliação sobre o Projeto? O que você mudaria no Projeto? O que você acha que faltou? O que você acha que não precisava ter tido? O que poderia ter sido melhor?
7. Você acredita que o Projeto contribuiu para a reparação dos danos do rompimento da barragem da Samarco? De quais formas?